

Universidade de Lisboa

Faculdade de Letras



ASSOCIATIVISMO, DEMOCRACIA E INCLUSÃO SOCIAL:

O CASO DO ESPAÇO PESSOA E COMPANHIA

DANIEL DE CARVALHO FERNANDO

Relatório de Estágio orientado pela Professora Doutora Maria Alexandre Lousada, especialmente elaborado para a obtenção do grau de Mestre em Cultura e Comunicação

2021

Resumo

Este trabalho foca a relação entre associativismo, democracia e inclusão social, assim como as minhas experiências enquanto agente associativo, com especial ênfase no estágio realizado no Espaço Pessoa e Companhia.

Na primeira parte, faz-se uma revisão da bibliografia relacionada com o associativismo, contextualiza-se este movimento em termos histórico-sociais, atenta-se na relação que o associativismo tem com o Estado, analisa-se a relevância da classe social no movimento associativo e abordam-se os potenciais perigos que podem surgir com a prática associativa.

Procede-se, depois, na segunda parte, a uma análise demográfica da freguesia de Arroios, na qual está inserida o Espaço Pessoa e Companhia, assim como um levantamento de associações culturais sediadas nesta freguesia. Na terceira parte, avalia-se os eventos que decorreram durante o meu estágio e o funcionamento geral do Espaço Pessoa e Companhia, analisa-se a sua relação que com os seus sócios e conclui-se até que ponto este projecto contribui para a inclusão social de quem nele participa.

Por fim, dá-se conta de outras experiências minhas no movimento associativo, nomeadamente na Associação Desassociada, e reflecte-se sobre a importância do associativismo para uma sociedade democrática e politicamente consciente.

Palavras-chave: Associativismo; Democracia; Inclusão Social

Abstract

This dissertation focuses on the connection between associativism, democracy and social inclusion, as well as my experience as an associative agent, with special emphasis in my internship at Espaço Pessoa e Companhia.

In the first part, it reviews the bibliography related with associativism, it contextualizes this movement historically and socially, it regards the relationship between associativism and the State, it analysis the importance of social class in the associative movement and it approaches the possible dangers of the associative experience.

In the second part, there is a demographic analysis of Arroios, as well as a gathering of cultural associations located in this parish. In the third part, there is an evaluation of the events that took place during my internship and of Espaço Pessoa e Companhia's general functioning. Also, this dissertation analyses the relationship between Espaço Pessoa e Companhia and its members and there is a conclusion about this project's contribution for the social inclusion of those who participate in it.

At last, there is a mention of my other experiences in the associative movement, namely the Associação Desassociada, and a reflection about the importance of associativism in a democratic e politically conscious society.

Keywords: Associativismo; Democracy; Social Inclusion

Agradecimentos

O meu primeiro agradecimento tem de obrigatoriamente ir para os meus pais, por todo o esforço que sempre fizeram para que nunca me faltasse nada, quer a nível académico, quer a nível pessoal. Um muito obrigado por terem permitido que tivesse, até ao dia de hoje, uma vida mais cómoda do que aquela que tiveram com a minha idade.

Estendo os meus agradecimentos à minha orientadora, Professora Doutora Maria Alexandre Lousada, pelas sugestões que me foi dando e ao longo deste período, assim como pela disponibilidade demonstrada; ao David Kong e restante equipa do Espaço Pessoa e Companhia, por toda a ajuda e aprendizagem no decorrer do meu estágio; aos meus amigos, por estarem lá quando é preciso; aos meus colegas na Associação Desassociada, por terem ajudado a que este bichinho pelo associativismo crescesse cada vez mais; e à Camila, por toda a força motivacional e por não me ter julgado nos momentos em que a motivação não era a maior.

ÍNDICE

Introdução.....	1
I – Associativismo e Democracia.....	3
1- Conceptualização de “associação”	3
2- Contexto histórico-social.....	6
3- Associativismo, neoliberalismo, trabalho e participação cívica.....	13
4- Associativismo, Estado e relações de dependência.....	18
5- Associativismo: papel da sociedade civil.....	21
6- O papel democrático do associativismo.....	25
7- Associativismo jovem.....	28
8- Democracia representativa vs Democracia participativa.....	31
9- Associativismo e classe média.....	36
10- Associativismo, paradoxos e utopia.....	41
II – Associativismo na Freguesia de Arroios.....	48
1- Análise demográfica.....	48
2- Associações na Freguesia de Arroios.....	50
2.1- Anjos 70.....	51
2.2- Bus – Paragem Cultural.....	52
2.3- Recreativa dos Anjos (RDA – 69).....	53
2.4- Zona Franca.....	54
III – O projecto sociocultural Espaço Pessoa e Companhia.....	56
1- Origens e objectivos do EPC; órgãos sociais da LUSOFONIAS.....	56
2- Actividades realizadas pelo EPC.....	56
3- Espaço Pessoa e Companhia e inclusão social.....	62
4- Tipologia do Espaço Pessoa e Companhia e dos seus sócios.....	64
IV – A experiência como estagiário no Espaço Pessoa e Companhia.....	67
1- Os primeiros dias.....	67
2- Descrição dos eventos realizados durante o Estágio.....	68

2.1- Festival TODOS.....	68
2.2- Sessão de filmes de animação.....	69
2.3- Sessão de declamação de Poesia.....	71
2.4- Exibição de músicas de índole política.....	72
2.5- Sessão de cinema.....	73
2.6- Exercício de escrita improvisada.....	74
2.7- Aulas de acroyoga.....	75
2.8- Toastmasters.....	76
2.9- Análise geral dos eventos.....	77
V – A experiência como membro da Associação Desassociada.....	79
Considerações finais.....	85
Bibliografia.....	88
Webgrafia.....	96
Anexos.....	101
Fotografias.....	102
A 1 – Fotografia da entrada do Espaço Pessoa e Companhia.....	102
A 2 – Fotografias do interior do Espaço Pessoa e Companhia.....	103
A 3 – Fotografia do Exercício de escrita improvisada.....	104

Introdução

De forma a concluir o meu Mestrado em Cultura e Comunicação, na Faculdade de Letras, escolhi realizar um Estágio Curricular, que decorreu entre 4 de Setembro e 24 de Novembro de 2017.

O estágio começou com o processo de escolha entre as opções apresentadas pela Núcleo de Apoio ao Aluno da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, instituição universitária que já havia ao longo de anos estabelecido parcerias com diversas organizações. A minha escolha recaiu, assim, no Espaço Pessoa e Companhia (daqui em diante abreviado maioritariamente como EPC), um projecto sociocultural que tem como sede a LUSOFONIAS – Associação Lusófona de Arte e Cultura. Esta escolha deveu-se, sobretudo, ao interesse que tenho pelo mundo do associativismo, fomentado em grande parte pela minha experiência na Associação Desassociada, que promove eventos culturais na zona de Cascais.

Além disso, o facto de o EPC ter no seu espaço uma biblioteca também contribuiu sobremaneira para esta escolha, visto que a Literatura é a minha maior paixão e, tendo completado uma Licenciatura em Estudos Portugueses (na qual a maioria das cadeiras se foca em Literatura Portuguesa), estar rodeado de livros seria sempre uma motivação extra.

Serve, portanto, o presente Relatório de Estágio para dar conta dos eventos culturais realizados no EPC durante o período de tempo referido, assim como os aspectos a melhorar e aqueles que mais merecem ser elogiados e marcam a diferença entre este espaço cultural e os restantes da mesma zona de Lisboa – a freguesia de Arroios.

Temas como a contribuição das associações para Estados mais democráticos, a participação associativa como veículo de acção política ou o papel das associações na integração social serão também abordados nestas páginas.

Ao longo do meu estágio no Espaço Pessoa e Companhia tentei registar tudo o que fosse relevante, desde a caracterização dos sócios – de forma a mais tarde realizar a

tipologia apresentada mais à frente nesta dissertação – ao número de pessoas presentes nos eventos.

O Relatório de Estágio está estruturado em duas partes principais, cada uma delas divididas por vários capítulos: na primeira, mais teórica, procura-se reflectir sobre o contexto histórico da criação das associações modernas, as suas relações com o Estado e o seu papel nos regimes democráticos; na segunda, mais prática, procede-se à descrição dos eventos que presenciei enquanto estagiário, assim como à caracterização de algumas associações da freguesia de Arroios. Faz-se, igualmente, um levantamento de dados referentes a idade, profissão, nível académico e classe social de quem frequenta estas associações e dos habitantes da freguesia.

Além de tudo isto, faço ainda uma menção à Associação Desassociada, da qual fui um dos fundadores em 2016 e que é responsável pelo constante aumento do interesse pelo movimento associativo que me levou a escolher este como o tema da minha dissertação.

Por fim, dedico uns parágrafos a algumas considerações sobre as partes teórica e prática desta dissertação, com o intuito de verificar a que conclusões chegou este estudo.

I – Associativismo e Democracia

1- Conceptualização de “associação”

Definir o conceito de “associação” com plena exactidão é uma tarefa bastante complicada, dada a diversidade de definições que, ao longo dos anos, foram surgindo através dos mais variados autores, sem que se tenha atingido alguma vez um pleno consenso. Essa dificuldade está, de resto, registada pela Comissão Europeia, quando esta refere que a própria lei “não dá uma definição”, embora, “segundo a doutrina”, possamos considerar uma associação como um “agrupamento de vários indivíduos que põem certos bens ou serviços em comum com uma finalidade que exclui a procura de um lucro pessoal” (Comissão Europeia, 1997: 72).

Assim, irei nos próximos parágrafos registar as definições de “associação” dadas por vários autores, sendo que sairá/sairão daqui a(s) tipologia(s) que irei utilizar mais à frente nesta dissertação para caracterizar o Espaço Pessoa e Companhia.

Para que se possa dar uma noção daquilo que se entende por “associação” temos de começar por referir o incontornável nome de Alexis de Tocqueville. Na sua basilar obra *Da Democracia na América* (2002 [1835-1840]), o autor francês deixa bem clara a sua opinião de que a existência de associações é crucial para o bom funcionamento de um sistema político democrático.

Apesar de ter sido escrita no século XIX, esta obra mantém-se bastante actual e ajuda-nos a uma melhor compreensão daquilo que caracteriza uma associação, as suas vantagens, os seus perigos e a sua relevância na sociedade civil.

Um dos argumentos em que Tocqueville mais insiste prende-se com a necessidade de cooperação entre indivíduos, de forma a que se tornem mais fortes, já que, individualmente, não têm qualquer tipo de poder. Só cooperando entre si garantem que a sociedade na qual estão inseridos é o mais democrática possível, impedindo quem está no poder de se tornar autoritário, ou pelo menos diminuindo o seu abuso de autoridade:

“nos povos democráticos, todos os cidadãos são independentes e fracos; quase nada podem empreender sozinhos e nenhum deles pode obrigar os seus

semelhantes a ajudá-lo. Portanto, caso não aprendam a auxiliar-se livremente, perdem todo o tipo de poder” (Tocqueville, 2002: 602).

Ainda no que à cooperação entre indivíduos diz respeito, Tocqueville afirma que “para que os homens permaneçam ou se tornem civilizados, é preciso que entre eles se desenvolva e aperfeiçoe a arte da associação na mesma proporção em que aumenta a igualdade de condições” (idem: 605) e que, “na vida civil, um homem pode julgar , até certo ponto, que se basta a si próprio”, mas, “em matéria política, isso não é possível” (idem: 612).

Um autor português que tem tratado as questões relativas ao associativismo é José Manuel Leite Viegas, que nos dá, além da de Tocqueville, perspectivas de outros autores sobre o papel das associações na sociedade civil.

Viegas (2004) afirma, baseando-se em Meister (1972), que uma associação é “todo o grupo de indivíduos que decidem, voluntariamente, pôr em comum os seus conhecimentos ou actividades de forma continuada, segundo regras por eles definidas, tendo em vista compartilhar os benefícios da cooperação ou defender causas ou interesses” (Viegas, 2004: 34).

Com inspiração em Putnam (2000), Wessel (1997) e Van Deth e Kreuter (1998), Viegas (2010) apresenta a seguinte proposta de tipologia de associações: as associações de “integração social”, as “de defesa de interesses de grupo” e as que “expressam os novos movimentos sociais” (Viegas, 2010: 56-57).

No que toca ao primeiro tipo de associações, este divide-se, segundo o autor, em três tipos de modalidades associativas: as associações de “solidariedade social e religiosas”, as associações “desportivas culturais e recreativas” e as associações “de pais e moradores”; o segundo tipo de associações são compostas por “sindicatos, ordens e associações profissionais e de pensionistas” e por associações “empresariais ou financeiras”; por fim, as associações que “expressam os novos movimentos sociais” são compostas pelas associações “de defesa dos direitos de cidadania”, “de consumidores”, “ecologistas e ambientais” e pelas associações “de defesa dos animais” (Viegas, 2010: 57). É no primeiro tipo de associações que nos focaremos nos capítulos referentes ao Espaço Pessoa e Companhia, por se tratar, precisamente, de um projecto associativo de índole cultural.

Na sua tese de Mestrado, Andreia Carvalho (2015) dá-nos uma definição muito próxima da apresentada pela Comissão Europeia, supracitada: “o associativismo é uma forma de organização da sociedade civil, na qual os cidadãos se agrupam em torno de interesses comuns com objectivos de entreajuda e cooperação sem fins lucrativos” (Carvalho, 2015: 7)

Em termos organizacionais, os passos que uma associação dá até estar formalizada são os seguintes: 1) reunião com vista à fundação e à aprovação de estatutos; 2) obtenção do certificado de admissibilidade; 3) escritura pública; 4) registo efectivo; 5) assembleia de eleição dos órgãos sociais; 6) outras obrigações legais (Carvalho, 2015: 13).

Outras concepções assumem que, sendo o associativismo “a expressão organizada da sociedade civil” e “um importante meio de exercer a cidadania” (Santos, 2011: 14), a associação caracteriza-se por ser uma organização que assenta em três pilares essenciais: “democracia, liberdade e solidariedade”, tendo como base do seu funcionamento “a equidade entre elementos, sendo que têm todos os mesmos direitos e deveres”. Além disso, “tem obrigatoriamente uma organização com regras impostas e que devem ser cumpridas por todos” (Santos, 2011: 15).

Alcides A. Monteiro (2004a) refere que as actividades das associações se incluem no grupo da chamada “economia social” e regem-se eticamente por quatro princípios, nomeadamente a “finalidade de serviço aos membros ou à colectividade mais do que ao lucro”, a gestão autónoma, as decisões realizadas através de processos democráticos e a “primazia das pessoas e do trabalho sobre o capital na repartição dos excedentes”. O autor conclui afirmando que o carácter distintivo da economia social “reside na combinação de um agrupamento de pessoas (associação) envolvidas voluntariamente num projecto comum, e não tanto pela condição de accionistas, e uma empresa produtora de bens e/ou serviços” (Monteiro, 2004a: 103), o que vai ao encontro das propostas já citadas.

Por sua vez, Rosana Albuquerque (2008) define na sua tese o associativismo como “um meio de educação não formal que promove a socialização para a cidadania” e “constitui uma fonte de aquisição e de reforço cumulativo de capital social” (Albuquerque, 2008: 443).

Por fim, Ernesto Fernandes (2002) dá conta de que “outras concepções coexistem e hegemonomizam o movimento associativo”: por um lado, “a concepção tradicional ou revivalista que reproduz o modelo associativo do século XIX”, segundo o qual o

associativismo se caracterizava por ser um “espaço de convívio, entreajuda e amizade (...), assente em práticas e recursos humanos sempre voluntários”; por outro, “a concepção pragmática ou empresarial que introduz nas dinâmicas associativas os princípios da organização formal e da gestão (quase) profissional, e se reduz a mera prestação de serviços ao sócio-consumidor”, ao mesmo tempo que desvaloriza e subestima “a participação voluntária e a democracia interna” (Fernandes, 2002: 112).

Há ainda situações em que estas duas concepções se articulam, nomeadamente nos casos de associações que se organizam de forma híbrida, promovendo o associativismo como um espaço de convívio (concepção tradicional) mas com uma gestão semelhante a uma empresa (concepção pragmática).

2- Contexto histórico-social

Mas como se tornou, então, o associativismo tão importante para a garantia de uma sociedade democrática?

No século XIX, com a ascensão do liberalismo, a liberdade individual era vista como uma prioridade, pelo que o associativismo foi encarado, nos seus primórdios, com alguma relutância pelo sistema liberal, algo que viria a mudar quando o próprio indivíduo começou a criar “novas associações, como resposta à fragilidade individual e como meio de fazer ouvir a voz dos cidadãos”. Uns anos mais tarde, já com o direito à livre associação legislado, a prática do associativismo tornou-se “a forma fundamental de diversos tipos de sociabilidade e de defesa de interesses”, nas vertentes “económica, política, cultural ou científica” (Lousada, 2017: 97-98).

Outros autores apontam o sistema capitalista como uma das principais ou mesmo a principal causa para o surgimento do movimento associativo no século XIX, nomeadamente Elísio Estanque (2006), que afirma:

“Com o triunfo do capitalismo e da revolução industrial, os problemas laborais e económicos ganharam então um significado político central, intimamente associado ao protagonismo do movimento operário. É inquestionável o papel decisivo da conflitualidade social e do sindicalismo na longa luta pela construção das democracias

constitucionais europeias e são conhecidos os elevados custos suportados pelas classes trabalhadoras na conquista de um modelo baseado no contrato social e nos direitos de cidadania” (Estanque, 2006: 1).

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Alcides A. Monteiro (2004a) argumenta que “(...) é por reacção aos efeitos nefastos da Revolução Industrial que se constituem as primeiras iniciativas inspiradoras do posterior conceito de economia social” (Monteiro, 2004a: 101). Segundo este autor, as associações eram “estruturas erigidas no seio das classes camponesas e operária, orientadas a um duplo objectivo”: por um lado, “uma condição de sobrevivência, a urgência de procura das melhores condições de vida e satisfação de necessidades essenciais, perante a pobreza, a fome, a falta de protecção social, em suma, a voragem do capitalismo e da revolução industrial”; por outro, “a afirmação de uma coesão e de uma identidade colectivas, fruto do sentimento partilhado pela classe operária de condições e de um destino comuns”. Assim, aliada a todas as questões económicas que lhe eram inerentes, “animava-as uma dinâmica sócio-política” (Monteiro, 2004a: 101-102).

Outro argumento utilizado por este autor para evidenciar a importância das associações passa pela constatação de que é nas fases em que os direitos mais basilares da população são ameaçados – seja pelo regime político vigente, seja pelas consequências do sistema económico – que o associativismo ganha força, de forma a garantir esses direitos.

Depois de uma fase de “grande efervescência” do associativismo na reta final do século XIX e no início do século XX, as décadas que se seguiram foram marcadas por um certo “adormecimento”, uma vez que a “política económica keynesiana” e “o projecto de consolidação do Estado-Providência” se consolidaram nos “«Gloriosos Trinta»”, ou seja, “o desenvolvimento de formas de organização social assentes num trabalho assalariado, (...) a par da concentração no Estado das garantias de protecção e coesão social, enfraqueceram as formas de solidariedade horizontal que caracterizavam as instituições de economia social” (Monteiro, 2004a: 102), pois a existência destas até então justificava-se precisamente pela ausência daquelas garantias na sociedade.

Algumas décadas depois, no entanto, o papel do associativismo volta a ter protagonismo, “num período de crise, o das mutações profundas na sociedade salarial sentidas a partir do choque petrolífero dos anos 70”, durante os quais regressa “o projecto

de uma «economia social», alvo de “um verdadeiro reconhecimento institucional enquanto sector económico específico” (Monteiro, 2004a: 102-103).

A “estreita relação entre a mudança dos movimentos sociais e do associativismo e a trajectória do capitalismo ocidental” é sublinhada por Ernesto Fernandes (2002), uma vez que, no período que inclui o final do século XIX e se prolonga até à década de 60 do século XX – “capitalismo liberal e capitalismo monopolista” – consolidou-se “o movimento das classes trabalhadoras em luta pelos direitos de liberdade e igualdade” (Fernandes, 2002: 109-110), através de uma heterogeneidade de associações que iam das cooperativas de produção e consumo às colectividades de cultura, passando pela educação não formal, recreio e desporto e, claro, os sindicatos e partidos de classe.

Importa, assim, tentar perceber de que forma se concretizou a consolidação do capitalismo no Ocidente. Boaventura de Sousa Santos (2007) resume, de forma brilhante, a relação entre a ascensão do capitalismo e as quedas da ideologia marxista e do socialismo, causadas pela “discrepância entre o vigor e a sofisticação dos debates intelectuais e a mediocridade real do movimento socialista”, abandonado pelos operários que haviam pertencido à luta marxista “e estrangulado entre partidos comunistas que só muito tardia e incompletamente descobriram as virtualidades dos regimes democráticos europeus e partidos socialistas que preferiram a gestão do capitalismo à transformação do capitalismo” (Santos, 2007: 29).

Este “isolamento progressivo dos partidos comunistas” e esta “descaracterização política dos partidos socialistas” (Santos, 2007: 30) abriu a porta à consolidação das sociedades capitalistas que actualmente vigoram no Ocidente, fruto de uma queda do marxismo causada pela “ascensão de partidos conservadores na Europa e nos EUA”, por uma “transnacionalização da economia e a sujeição férrea dos países periféricos e semi-periféricos às exigências do capitalismo multinacional e das suas instituições de suporte, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional”, pela “consagração mundial da lógica económica sob a forma neoliberal e a conseqüente apologia do mercado, da livre iniciativa, do Estado mínimo, e da mercantilização das relações sociais”, pela generalização da cultura de massas, pela mentalidade individualista e consumista que lhe está intrínseca, pela “queda consentida de governos de orientação socialista às mãos do jogo democrático antes julgado burguês”, como na Nicarágua ou em Cabo Verde, e, por fim, pelo “rotundo e quase inacreditável colapso dos regimes comunistas do Leste europeu” (Santos, 2007: *idem*).

Além de tudo isto, pode ainda acrescentar-se à lista de causas da falência do marxismo o facto de esta ideologia se focar, praticamente em exclusivo, na questão de classe. As restantes formas de opressão e de inferiorização do ser humano foram basicamente ignoradas pelos pensamentos de Marx, o que, tendo em conta todas as lutas e reivindicações que se verificaram durante o século XX além da luta de classes, provou ser insuficiente para uma longa duração desta ideologia no cenário político dos países ocidentais: De acordo com Boaventura de Sousa Santos, “as formas de opressão e dominação assentes na raça, na etnia, na religião e no sexo afirmaram-se pelo menos tão importantes quanto as assentes na classe” (Santos, 2007: 39) e o marxismo ignorou esse facto, sofrendo como consequência o afastamento dos outros tipos de luta, entre os quais o feminista:

“Ao privilegiar a opressão de classe, o marxismo secundarizou e, no fundo, ocultou a opressão sexual e, nessa medida, o seu projecto emancipatório ficou irremediavelmente truncado. Perante isto, não admira que a relação entre o feminismo e o marxismo tenha sido, sobretudo desde o início da década de oitenta, muito problematizada (...) e que as feministas tenham buscado as suas referências teóricas noutras correntes de pensamento não marxista, nomeadamente em Foucault, Derrida e Freud” (Santos, 2007: 40).

Nas décadas mais recentes, verificou-se o acentuar desta descentralização da luta de classes, em detrimento dos movimentos de “grupos sociais congregados por identidades não directamente classistas, por estudantes, por mulheres, por grupos étnicos e religiosos, por grupos pacifistas, por grupos ecológicos, etc., etc.” (Santos, 2007: idem)

Este surgimento de outros tipos de movimentos fora da vertente classista é, também, justificado pela “perda de influência da identificação dos indivíduos em torno de classes sociais” (Albuquerque, 2008: 77). Sem esta identificação com uma classe social específica, as prioridades dos indivíduos mudaram: dois indivíduos que, embora pertençam a classes sociais distintas, sejam alvo de discriminação com base na sua cor, género ou orientação sexual acabam por se unir na luta contra com essa discriminação, relegando para segundo plano a questão de classe.

No que diz respeito concretamente a Portugal, “o associativismo afirma-se desde meados do século XIX surgindo associado a organizações de natureza profissional,

reunindo trabalhadores ligados ao comércio ou artesanato”. Este século foi ainda marcado “por uma maior consciência social e cívica, associada ao confronto de classes e à reivindicação colectiva” (Santos, 2011: 19), o que levou a que se considerasse o período pré-Primeira Guerra “a época de ouro do associativismo” (Lousada, 2017: 98).

No entanto, com a implementação do Estado Novo, o associativismo passou um período negro, no qual as actividades culturais das associações foram reprimidas e controladas pelo regime (Fernandes, 2002: 110). A partir da Revolução dos Cravos, em 1974, a prática associativa cresceu, mas nem esse crescimento impediu que, segundo os dados existentes até 2002, Portugal tenha continuado na cauda da Europa no que toca ao número de pessoas associadas (Coelho, 2008: 10-11), sendo que “estas tendências de redução dos índices de associativismo ocorreram também no campo sindical” (Estanque, 2006: 14). Não é, ainda assim, de menosprezar o facto de, desde o 25 de Abril, o número de associações ter “vindo constantemente a aumentar (...), sempre mantendo um balanço positivo” entre as que vão surgindo e as que “desaparecem” (Carvalho, 2002: 7).

Assim, independentemente de ainda se encontrar abaixo da média europeia (Estanque, 2006), a prática do associativismo em Portugal cresceu com a democratização do sistema político. Porém, e por mais paradoxal que possa parecer, “o sistema político, enquanto regime, pode ser democrático, o que não leva, necessariamente, a que a sociedade seja, também ela, democrática” (Coelho, 2008: 1). E é aqui que entra o papel do associativismo, uma vez que, não raras vezes, “o Estado não consegue responder às necessidades da população, o que fará surgir a organização de grupos de pessoas que compõem as associações” (Santos, 2011: 17).

No caso de Portugal, para além do Estado, os próprios partidos de esquerda, teoricamente na linha da frente no que toca à defesa dos direitos sociais, mostraram ao longo de décadas uma certa desvalorização em relação a algumas injustiças presentes na sociedade.

Tomando como exemplo as lutas da comunidade LGBT, Fernando Cascais (2006) refere que, embora “a comunidade já tivesse principiado a constituir-se há muito, não existe movimento associativo gay, lésbico, bissexual ou transgénero organizado em Portugal antes da Revolução de 25 de Abril de 1974” (Cascais, 2006: 110).

Ainda assim, e quando se podia esperar que os partidos políticos de esquerda mais ligados à queda do Estado Novo – e os que se formaram logo de seguida – estariam atentos

a este e outros tipos de luta, a realidade mostrou o contrário, uma vez que “a esquerda portuguesa passou em grande medida ao lado das transformações culturais que ocorriam nos outros países nas décadas de 1960 e 1970, que foram fundamentais para o processo de renovação das esquerdas europeias” (Cascais, 2006: 110).

A luta pelos direitos da comunidade LGBT ficou, portanto, nas mãos de indivíduos que, embora se identificassem com uma ideologia de esquerda, não pertenciam a organizações partidárias e sindicais a ela associada, uma vez que dentro dessas organizações “as identidades e as reivindicações dos homossexuais” não encontravam “qualquer receptividade nem, conseqüentemente, possibilidade de expressão” (Cascais, 2006: 112).

Embora “a esquerda partidária e sindical, sobretudo comunista”, estivesse suficientemente organizada em termos estruturais para se impor em pouco tempo “e adquirir uma ampla influência”, optou por seguir o caminho “do ruralismo tradicional e do industrialismo do século XIX”, tornando-se, dessa forma, “herdeira directa da cultura neo-realista que (...) veicula uma imagem populista idealizante do povo português que prolonga e chega a reforçar, mas não subverte, o nacionalismo do Estado Novo.” (Cascais, 2006: 112).

Já com o sistema democrático em vigor há treze anos, a esquerda portuguesa acabou por se reposicionar no que diz respeito às questões ligadas à comunidade LGBT, no contexto dos governos de Cavaco Silva, muito pouco – ou mesmo nada – interessados neste género de luta. Assim, estas legislaturas “tiveram o efeito de remeter as forças de esquerda para uma posição defensiva e de necessidade de repensar as suas concepções e as suas práticas, facto que – é imperativo reconhecê-lo – permitiu torná-las mais permeáveis a temas como a emancipação homossexual, num primeiro momento, e, bastante mais tarde, deu margem a que os defensores dela pudessem exprimir-se no seio das próprias formações partidárias (do PS, do PCP e do BE)” (Cascais, 2006: 116).

Podemos assim verificar como, em Portugal, as lutas encetadas pelos partidos políticos chegam muitas vezes como consequência das que são desenvolvidas por cidadãos individuais que, não tendo o apoio dos partidos – mesmo daqueles que, na teoria, são ideologicamente próximos –, acabam por se mover colectivamente e fundar associações que os ajudem nas suas reivindicações. Nas últimas décadas, devido ao surgimento do Partido Ecologista “Os Verdes”, primeiro, e sobretudo do PAN, mais

recentemente, têm-se verificado mais exemplos: da esquerda à direita, todos abordam hoje em dia a problemática das alterações climáticas, quando antes praticamente a ignoravam, mesmo sendo um assunto bastante discutido fora do panorama político-partidário.

Também noutras vertentes da sociedade se vê a importância da formalização de associações, como por exemplo no que diz respeito aos imigrantes das ex-colónias e aos seus descendentes. Mais uma vez, as políticas do Estado em relação a este nicho da sociedade portuguesa foram estabelecidas depois de as associações assumirem um papel determinante, e não antes.

Até ao início dos anos 90, “o Estado português não possuía uma política concertada sobre a problemática da imigração”, sendo que a “política de integração dos imigrantes era praticamente inexistente e desarticulada” (Santos, 2004: 112). Desta forma, “as associações constituíram-se como valiosas estruturas de apoio e informação” (Albuquerque, 2008: 197) devido à ausência de apoios por parte do Estado. Este “contexto social provocou, assim, o despertar das associações como actores políticos. Como resposta, assumiram o papel de mediadores entre os imigrantes e o poder governamental, passando da mera intervenção social para uma mais reivindicativa mobilização política” (Albuquerque, 2008: 199). Mais uma vez se verifica o papel essencial do associativismo na defesa dos direitos de certos sectores mais desprotegidos da sociedade.

Resumindo, o contexto histórico-social do associativismo mostra-nos que “a estrutura da política e da sociedade portuguesa é marcada pelo seu passado autoritário” e que, tal como no resto da Europa, “depois de um conflito entre um projecto social democrático do tipo europeu ocidental e de um projecto socialista, o primeiro prevaleceu” (Ferreira, 2004: 83), devido às insuficiências do marxismo, ao desfazimento por parte dos partidos comunistas daquelas que eram as prioridades das sociedades do século XX e à adaptação e conformismo dos partidos socialistas em relação ao capitalismo. Ainda assim, a prática associativa mantém-se, nas suas mais variadas formas, como uma via para a resolução dos problemas do quotidiano, uma vez que, como se viu nos exemplos supracitados, “o associativismo acompanha e, na maioria das vezes, suporta os movimentos sociais” (Coelho, 2008: 14), assumindo um papel político através da “natureza dos bens e serviços que fornecem (públicos ou quase-públicos)”, nomeadamente “através de contratos com o Estado” e também como “substitutos do mesmo” (Ferreira, 2004: 81). Conclui-se, desta forma, que o papel político das

associações é tanto maior quanto maior for a quantidade de serviços públicos que oferecem (idem; Smith e Lipsky, 1993).

3- Associativismo, neoliberalismo, trabalho e participação cívica

A consolidação do capitalismo já foi aqui referida como uma grande causa para a necessidade de surgimento de novos movimentos sociais. Farei, neste capítulo, um levantamento da forma como este sistema, juntamente com a mentalidade neoliberal, prejudica a prática do associativismo e a participação cívica dos cidadãos que mais “precisam” de um emprego dentro dos moldes em que este está estruturado na actualidade, não lhes sobrando tempo para outro tipo de actividades.

No sistema capitalista em que vivemos hoje no Ocidente, a precaridade, do ponto de vista dos padrões, é confundida com “flexibilidade”, no sentido em que “esta significa, na prática concreta das empresas, um reforço das condições de exercício do poder sobre o trabalhador, que o obriga a aceitar tudo, a aceitar sem protesto as ordens da hierarquia” (Estanque, 2005: 128) e a realizar tarefas para as quais não foi contratado. Esta cultura do medo – visto que, caso não cumpram o que lhes é ordenado, correm sérios riscos de despedimento – tem como consequências a resignação e o conformismo, o que leva a uma “auto-negação da luta pelos direitos” (Estanque, 2005: idem) por parte dos trabalhadores.

Já no que aos sindicatos diz respeito, Elísio Estanque afirma que os seus dirigentes têm tendência para se preocupar mais com a defesa dos “segmentos mais estáveis”, com o desenvolvimento de “acções de prestação de serviços” e com a disponibilização de “suporte jurídico e outras actividades técnicas” do que com a reflexão sobre problemas estruturais do emprego e a “defesa dos sectores mais precários da força de trabalho” (Estanque, 2005: 133). Ou seja, os próprios sindicatos, mesmo que inconscientemente, acabam por alimentar o sistema vigente, tentando suprir algumas falhas que este possa evidenciar mas nunca fazendo mudanças estruturais, de raiz.

O liberalismo económico, ao qual está intrínseco a globalização financeira, provocou, assim, ao longo do tempo uma cultura do medo entre a população mais precária, fruto da relação vertical e hierárquica entre patrão/dominador e trabalhador/dominado.

Como sabemos, o trabalho precário é uma das bases do sistema em que vivemos na actualidade. Com base nisso, os indivíduos assumem que precisam de um emprego que lhes toma mais de um terço do seu dia, disponibilizando-se, muitas vezes, para fazerem horas-extra de forma a receberem mais algum dinheiro no final do mês. Assim, fica desde logo excluída a hipótese de um indivíduo, de forma a ter mais tempo livre, dividir com outros o seu tempo de trabalho, uma vez que isso implicaria receber ainda menos dinheiro, o que dentro deste sistema se tornaria insustentável. Em relação a este tema, Alcides Monteiro (2004a) questiona: “Estarão os activos dispostos a prosseguir a via da repartição do seu posto de trabalho em nome dos benefícios de uma maior capacidade de gestão do seu tempo?” (Monteiro, 2004a: 95). A resposta, tendo em conta o sistema em que vivemos, é “não”.

Desta forma, conclui-se que o capitalismo é uma forte fonte de exclusão social, definida precisamente como um conjunto de “múltiplas privações resultantes da falta de oportunidades pessoais, sociais, políticas ou financeiras” (Hunter, 2000: 2-3), “marginalização de indivíduos ou grupos sociais em relação àqueles que produzem, consomem, convivem e são competentes” (Proença, 2005: 21), “processo dinâmico, multidimensional, por meio do qual se nega aos indivíduos — por motivos de raça, etnia, género e outras características que os definem — o acesso a oportunidades e serviços de qualidade que lhes permitam viver produtivamente fora da pobreza” (Mazza, 2005: 183) e um “processo através do qual certos indivíduos são empurrados para a margem da sociedade e impedidos de nela participarem plenamente em virtude da sua pobreza ou da falta de competências básicas e de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida (COM, 2003: 9)”. Os trabalhadores precários e aqueles que pertencem às classes sociais mais baixas fazem parte deste grupo de indivíduos. Há ainda quem defenda que “exclusão social não é um conceito”, mas sim “uma nova questão social (...) produzida pela conjunção das transformações no processo produtivo, com as políticas neoliberais e com a globalização” (Lesbaupin, 2000: 36). Não é, neste caso, relevante se é um conceito ou uma nova questão social – ou ambos ou nenhum – mas a citação de Lesbaupin vai ao encontro do que tem sido referido ao longo desta dissertação em relação aos efeitos nefastos do neoliberalismo.

Na sua tese de doutoramento, Rosana Albuquerque (2008) afirma que “a superficialidade e a desorganização do tempo interferem na capacidade dos indivíduos construírem vínculos sociais” (Albuquerque, 2008: 88), o que vai também ao encontro do

que vem sido escrito nos parágrafos anteriores. Esta autora dá ainda conta da “falta de tempo das mulheres imigrantes para participar em actividades associativas devido à sobrecarga laboral e às deficientes condições de trabalho a que, em geral, estão sujeitas”, assim como ao desequilíbrio na “divisão dos papéis no seio da família, pois ainda é a mulher quem assume a responsabilidade das tarefas domésticas, o cuidar dos filhos e, em muitas famílias, dos idosos” (Albuquerque, 2008: 92). Mais uma vez se nota, pois, que um trabalhador precário – e em particular as mulheres pertencentes a este grupo de trabalhadores – não consegue conciliar uma vida socialmente activa com o seu dia-a-dia cansativo e extremamente ocupado, pelo que, “para além de ser uma questão de emprego, a exclusão social sugere igualmente uma questão de socialização, de perda dos laços sociais” (Monteiro, 2004a: 51).

Tudo isto tem como consequência o distanciamento entre grande parte da população e os decisores políticos, juntamente com “uma desmobilização cognitiva, associada à permanência de formas estruturais de iliteracia, e ao acumular de défices de cidadania nas várias esferas sociais” (Lopes, 2004: 304), o que por sua vez “pode permitir que o poder de estado seja conquistado por um pequeno grupo organizado” (Carvalho, 2015: 16).

Podemos, assim, apontar três grandes consequências do neoliberalismo que servem, segundo Putnam (2000), como causa para o afastamento da maioria da população da sociedade civil, da participação e, claro, da política: “as pressões de tempo e de dinheiro” (Albuquerque, 2008: 97), ainda para mais em casais com filhos, que ficam sem tempo para “actividades exteriores à organização da vida doméstica” (idem); a forma como as cidades estão organizadas, no sentido em que, ao precisar de mudar de residência para uma área suburbana por não ter dinheiro suficiente para pagar uma renda no centro da cidade, a maioria dos trabalhadores acaba por gastar muito do seu tempo no trajecto casa-trabalho-casa, sobretudo nas grandes cidades, ficando sem tempo “para contactos entre vizinhos” e para a consolidação de “redes intracomunitárias” (idem); as novas tecnologias e meios de comunicação, com especial destaque para a televisão, que origina formas de entretenimento que não incluem contacto ou interacção social, provocando dessa forma o isolamento do indivíduo.

Além de tudo isto, o capitalismo selvagem defende ainda que a ajuda ao mais fraco é algo pejorativo e estigmatiza aqueles que, por uma razão ou por outra, dela necessitam. Ernesto Fernandes (2002), baseando-se em Frazer e Gordon (1995),

apresenta os E.U.A. como exemplo prático do modelo neoliberal e afirma que este é um país onde “a cidadania social é encarada como insucesso pessoal/familiar e por isso arredada para o campo da *caridade*” (Fernandes, 2002: 104), gerando, desta forma, uma dependência do indivíduo em relação ao Estado e diminuindo o cidadão que é auxiliado, visto que este sofre de um estigma social por não ter “vencido” e por não ter tido sucesso na vida. Ou seja, o liberalismo económico pode, no limite, conduzir à inferiorização do cidadão menos privilegiado.

O mesmo autor dá-nos, de seguida, dois pontos de vista em relação à globalização: por um lado, esta “recomenda-se pelo conjunto de promessas e expectativas que liberta”, nomeadamente no que diz respeito à evolução na ciência e na tecnologia, à maior acessibilidade ao conhecimento e à informação, à consciência ecológica, à oposição ao colonialismo, à defesa da multiculturalidade e à diversidade de estilos de vida; por outro, “interroga-nos através das disparidades e riscos que produz, intimida e gera impotência”, através da dicotomia Norte/Sul, da pobreza, exclusão social e desemprego estrutural presentes nos países ricos, do crescimento do racismo e da xenofobia nos países democráticos, da discriminação de mulheres, velhos, deficientes e imigrantes, do tráfico de seres humanos, drogas e armas, da importância descontrolada dada ao lucro financeiro em detrimento do ambiente, dos crimes contra a humanidade perpetuados por “ditadores protegidos ou consentidos” e de uma “África em agonia pela guerra, fome e outros flagelos e catástrofes” (Fernandes, 2002: 117).

A este argumento junta-se ainda o de Elísio Estanque, que afirma:

“às contradições clássicas entre trabalho manual e emprego no terciário, entre trabalhadores e empresários, entre ricos e pobres, excluídos e incluídos, mulheres e homens, etc., somam-se agora as novas desigualdades da era da globalização, entre qualificados e não-qualificados, info-incluídos e info-excluídos, emprego estável e emprego precário, licenciados e não-licenciados, portugueses e imigrantes, trabalhadores legais e ilegais, maioria e minorias étnicas ou sexuais, etc., etc” (Estanque, 2005: 124).

Podemos, assim, concluir que, no que toca à globalização, “as novas formas de exclusão e exploração são o reverso dos novos privilégios e oportunidades” (Estanque, 2006: 2), sendo que o sistema capitalista gera “uma nova elite socioprofissional e

institucional que monopoliza conhecimentos, competências, informação, redes sociais, movendo-se a uma escala planetária” (Estanque, 2005: 118).

Por seu turno, Boaventura de Sousa Santos (2007) dá-nos uma visão ainda mais pessimista, no sentido em que, nos dias de hoje, já estamos demasiado dependentes do sistema capitalista, por mais que admitamos os seus aspectos negativos. Afirma este autor que “o homem e a mulher modernos viveram sempre numa cidade de fronteira cuja transformação, sempre rápida, assentava na equação interesse = capacidade”, isto é, “quem tinha interesse nas mudanças tinha capacidade para elas e quanto maior era o interesse maior era a capacidade”. Assim, o liberalismo “foi fundado no pressuposto de que a burguesia era a classe mais interessada no desenvolvimento do capitalismo e, conseqüentemente, a mais capacitada para o assegurar”, da mesma forma que o marxismo “foi fundado no pressuposto de que a classe operária era quem tinha mais interesse na superação do capitalismo e, conseqüentemente, a maior capacidade para a levar a cabo (...)”. No entanto, com o passar do tempo, “o homem e a mulher modernos passaram-se para um subúrbio euro-americano e aí os pressupostos da equação parecem ter colapsado”, no sentido em que, embora a classe operária continue “a ter interesse na superação do capitalismo, não parece que tenha capacidade para a levar a cabo”. E mesmo que se defenda que possui essa capacidade, “parece então que já não tem interesse” (Santos, 2007: 95-96).

Paralelamente, há cada vez mais grupos sociais a lutar pela resolução de problemas relacionados com a ecologia, a guerra, a paz e as diferenças sexual e racial. Porém, “quanto maior é o interesse destes grupos, mais sentida é a sua incapacidade” para resolver esses problemas, uma vez que a resolução dos mesmos “se prende com a superação do capitalismo”. Ora, se para resolver estas questões é necessário terminar ou, no mínimo, reformular o capitalismo (se é que tal é possível), e tendo em conta todos os luxos e confortos – sobretudo materiais – que o capitalismo nos oferece, encontra-se aqui o grande paradoxo dos indivíduos que desejam uma transformação da sociedade: “é grande o nosso interesse nessa transformação mas ao mesmo tempo sentimos que temos muito a perder com ela” (Santos, 2007: 96).

Assim, e uma vez que “o problema da cidadania e as dificuldades que se levantam ao seu exercício pleno (...) estão intimamente relacionados com o problema das classes e das desigualdades sociais” (Estanque, 2006: 9), não se pode desassociar os efeitos nefastos do capitalismo da falta de participação activa na sociedade civil, não só porque

há, evidentemente, pessoas desinteressadas, mas sobretudo porque muitos indivíduos que que mostram interesse em participar activamente não possuem condições para que tal aconteça.

Afirma Elísio Estanque que “o poder crescente do capital parece hoje colocar-nos novamente numa situação semelhante à dos tempos «satânicos» de Marx, à medida que a mítica classe operária se desagrega e não surge no horizonte nenhuma outra entidade capaz de congrega a unidade dos assalariados” (Estanque, 2006: 14-15). Tendo a concordar com esta afirmação, mas esta não é uma situação irreversível. É verdade que enquanto não a tentarmos alterar, continuaremos neste “cenário em que se mantém a tensão entre os interesses de mercado e os de uma maior justiça e coesão sociais” (Monteiro, 2004a: 96). A solução pode passar, pois, pela promoção do associativismo como actividade socialmente congregadora, “uma função que (...) o trabalho nunca chegou verdadeiramente a desempenhar, a de ser fonte necessária de integração, socialização e coesão social” (idem: 91), como vimos ao longo deste capítulo.

4- Associativismo, Estado e relações de dependência

Como já vimos, as associações têm, muitas vezes, como objectivo garantir os direitos sociais que o Estado não consegue ou, até, não quer garantir. Ainda assim, seria irrealista fugir à realidade do apoio estatal às associações. Resta, pois, saber até que ponto a influência do Estado nas associações não ultrapassa o limite do desejável, no sentido em que lhes poderá tirar a autonomia que tanto desejam.

Ponto prévio: a maioria das associações (sobretudo as de índole recreativa e cultural) precisam do apoio do Estado, nomeadamente no campo financeiro, através de “benefícios fiscais, empréstimos bonificados na fase de arranque das associações, acesso a infra-estruturas que facilitem a prossecução das actividades e legislação que enquadre profissionalmente os trabalhadores, cooperantes e voluntários” (Santos, 2011: 25). Caso contrário, a grande maioria das associações não conseguirá, sequer, dar o passo inicial. Há, também, a necessidade de “definir uma estratégia comum entre o município e as associações da cidade”, de forma a “facilitar respostas qualitativas às mais diversas necessidades dos cidadãos” (Santos, 2011: 24).

Porém, apesar de caber “ao Estado financiar as organizações que existem para colmatar falhas no que se refere à acção e intervenção” das próprias instâncias estatais, tal não deve significar uma subordinação na forma como essas organizações funcionam por parte do Estado, uma vez que, “a sociedade civil, representadas pelas associações, deve ser encarada como um poder autónomo do Estado e não como um prolongamento deste” (Santos, 2011: 25). Esta visão é partilhada por Sandra Lima Coelho (2008), que sublinha a importância “do apoio à intervenção sustentada a muitos milhares de cidadãos desejosos de fornecerem um trabalho voluntário, economicamente desinteressado e conscientemente assumido” (Coelho, 2008: 11). Por sua vez, esse trabalho “deve ser entendido não como uma substituição da acção do Estado, mas como um factor essencial do desenvolvimento que a complementa, e que com ela estabelece uma relação dignificante para ambos, uma parceria dinâmica” (idem).

Ainda assim, para além da ajuda financeira a organizações provenientes da sociedade civil – entre as quais se incluem as associações –, o Estado deve garantir “a coesão social por via de processos de «inserção» dos excluídos” (Monteiro, 2004a: 20), nas mais variadas formas, entre as quais a “redistribuição do tempo de trabalho” (Monteiro, 2004a: 93). Tendo mais tempo livre para pertencer e participar em actividades associativas, o cidadão veria muito mais facilitada a tarefa da sua inclusão na sociedade. Esta pressão causada pelo trabalho e pela necessidade de garantir o mínimo de bem-estar social é, de resto, apontada por Putnam (2000) como uma das causas para o declínio do associativismo nos EUA.

No entanto, segundo a perspectiva claramente pessimista de Alcides A. Monteiro (2004a; 2004b) não é isso que se verifica. O que se verifica, sim, é a imposição pelo Estado das suas agendas às associações, sob ameaça de abandono dos financiamentos que as sustentam, o que resulta no “crescimento da efectiva dependência financeira das associações em relação ao Estado” (Monteiro, 2004a: 301), desvanecendo-se desta forma “o sentimento de uma absoluta autonomia (ou oposição) em relação ao Estado” por parte das associações, que passam a reconhecer no Estado “actor fundamental à determinação do tipo de acção colectiva”, ao mesmo tempo “que os definem como parceiros incontornáveis na intervenção” (idem). Assim, esta “noção de «interdependência»” faz com que se transforme “em instrumentalização o que se desejaria ser uma tensão dinâmica” (Monteiro, 2004a: 310).

Isto leva-nos a outra consequência do domínio do Estado – visto que “qualquer parceria tem dificuldades em sobreviver a marcadas assimetrias de poder” (idem) – sobre as associações: a falência dos projectos associativos tal como foram idealizados no momento da sua criação, mais concretamente a diferença que amiúde se verifica entre os ideais políticos que afirmam ter e aquilo que acabam por praticar. Há, ainda, casos de associações que não expressam qualquer orientação política, embora esta não possa “ser interpretada como a sua pura e simples ausência”. Simplesmente, a posição neutra em questões políticas é uma forma de as associações continuarem a garantir apoios provenientes do Estado, visto como “instância reguladora com o qual as organizações estabelecem compromissos de serviço público, em paralelo com uma recusa de posicionamentos políticos e ideológicos que (...) comprometam a equidistância e neutralidade” das suas actividades (Monteiro, 2004b: 150).

Por todas estas razões, o autor propõe como solução o “contributo possível de actividades ligadas à economia solidária”, mais especificamente “pela forma como estão associadas à ideia de uma economia «híbrida» que visa conjugar recursos privados e públicos, provenientes do Estado, do mercado e das contribuições voluntárias”, dando depois uma série de exemplos de projectos que se realizam com a contribuição da sociedade civil e que, conseqüentemente, faz baixar a dependência do financiamento estatal, como “o de uma biblioteca itinerante (...) que encontra meios para a sua gestão na conciliação de apoios provenientes do governo central e da administração local com patrocínios privados, doações (monetárias e de livros) e trabalho voluntário”. Esta parceria dinâmica entre associação, sociedade civil e o próprio Estado – neste caso, com uma contribuição positiva e não negativa – permite “aliviar pressões que de forma tão significativa constroem a acção associativa, bem visíveis quando o Estado não cumpre atempadamente os compromissos de apoio financeiro estipulados” (Monteiro, 2004a: 310-311). No entanto, projectos como este são bastante escassos e o papel do Estado continua a ser o de dominador numa relação hierarquizada e desigual. Voltarei mais à frente a esta questão de uma desejada maior participação da sociedade civil.

Pode assim considerar-se, com base nos parágrafos anteriores, que estão, como afirma Alcides A. Monteiro, “criadas todas as condições para que se efective o que vários autores consideram ser o aprofundamento de uma real subalternização (...) da sociedade civil às políticas do Estado, agravada pelas debilidades estruturais que caracterizam muitas das organizações do Terceiro Sector” (Monteiro, 2004a: 299).

De acordo com Boaventura de Sousa Santos (2007), “a acção estatal é simultaneamente considerada como um inimigo potencial da liberdade individual e como a condição para o seu exercício” (Santos, 2007: 105)”, pelo que não admira, pois, que a actividade política da parte do Estado se tenha tornado, “perante o comum dos cidadãos, uma actividade suspeita, sinónimo de oportunismo e de corrupção, onde antes era fonte de respeito e de prestígio” (Estanque, 2006: 3), e que estejamos ainda longe de “um aumento do nível de confiança da população face às autoridades públicas” (Albuquerque, 2008: 86).

5- Associativismo: papel da sociedade civil

Depois de analisar o papel do Estado e do sistema capitalista na sociedade civil, importa agora realçar a forma como essa mesma sociedade civil responde às necessidades da população, nomeadamente através do associativismo.

A sociedade civil corresponde “a um espaço social entre os indivíduos e o Estado, composto por associações organizadas na base do consentimento voluntário entre cidadãos e fora do controlo directo pelo Estado”, assim como “pelas relações entabuladas entre indivíduos numa esfera pública, fundadas em princípios de civilidade e de cooperação” (Monteiro, 2004a: 151).

Numa linha de pensamento que em pouco difere da anterior, Giddens (2000) argumenta que a sociedade não está limitada ao Mercado e ao Estado, isto é, aos sectores privados e público, respectivamente, e acrescenta que entre estes dois sectores “encontra-se a área da sociedade civil, que inclui a família e outras instituições de natureza não económica, como fórum para a democratização da democracia” (Fernandes, 2002: 107).

Tendo isto em conta, Alcides Monteiro (2004a) alerta para a importância de fomentar “uma economia composta por três pólos: o da economia de mercado, associado ao sector privado; o da economia mercantil, organizado em torno do sector público de redistribuição; e ainda o de uma economia não monetária para o qual as estruturas associativas surgem como contributo central” (Monteiro, 2004a: 98).

A esta “economia não monetária” dá-se também o nome de “sector não lucrativo”, definido no Programa John Hopkins (Salamon e Anheier, 1992a; Salamon e Anheier,

1992b; Archambault, 1999) como o grupo de organizações que são ao mesmo tempo formais/institucionalizadas, privadas – distintas do Estado mas passivas de financiamento público –, independentes (com regras, instâncias de decisão e orçamento próprios) e que não distribuem lucros entre os seus membros ou a sua administração, usando esses lucros para melhorar o serviço da própria organização, características que excluem deste grupo de organizações “a maior parte das cooperativas e mutualidades, bem como as associações que são empresas lucrativas disfarçadas” (Monteiro, 2004a: 157-158).

Segundo Boaventura de Sousa Santos (2007), “a sociedade civil portuguesa é muito forte, autónoma e auto-regulada”, o que a leva a preencher “algumas das lacunas da providência estatal” e a tornar-se numa “sociedade-providência” (Santos, 2007: 114).

Ainda assim, o autor não deixa de alertar para o facto de, em termos hierárquicos, o mercado estar acima dos outros dois pólos da sociedade civil no que à preponderância nos nossos dias diz respeito, seguido do Estado e, por último, da sociedade civil:

“O desequilíbrio no pilar da regulação consistiu globalmente no desenvolvimento hipertrofiado do princípio do mercado em detrimento do princípio do Estado e de ambos em detrimento do princípio da comunidade” (Santos, 2007: 204).

Inspirando-se em sociólogos como Rosanvallon, Touraine ou Bauman, Isabel Baptista (2006) alerta para a perigosidade dos territórios de exclusão (além dos de pobreza) e para a forma como estes constituem “pontos de ruptura social” (Baptista, 2006: 243-244).

Além disso, esta autora traz à colação o termo “comunidades fortaleza”, referente a “comunidades que, de tão ensimesmadas, sustentam uma pluralidade revoltante de formas de separatismo social”, nomeadamente através da “segregação territorial”, comprovada pela atroz diferença entre as zonas residenciais muito ricas e as zonas residenciais muito pobres. Todas estas “comunidades fortaleza” são, assim, “divididas por perigosas linhas de fronteira pretensamente legitimadoras de comportamentos de ignorância mútua, indiferença, rejeição e intolerância” (Baptista, 2006: 245), pelo que é aqui que entra o papel das associações, em particular, e o da comunidade, em geral.

Segundo a autora, “a comunidade é o lugar humano onde se aprende a ser próximo do próximo” e é impossível promover o seu capital social e cultural “sem honrar a densidade antropológica dos espaços habitados por gente concreta, de gente com

problemas, conflitos e vontades de ser”, resumindo o seu argumento com a afirmação de que “os laços humanos carecem de um enraizamento comunitário”, apelando ainda a uma revitalização dos “canais de comunicação e de interação entre comunidades diversas (Baptista, 2006: 245). Essa função cabe, em grande parte, ao associativismo.

A importância da sociedade civil é retratada por Tocqueville (2002) já no século XIX. Segundo este autor, nas sociedades pós-Revolução Industrial, “os indivíduos, absorvidos pela luta diária de subsistência ou de aquisição de bens materiais, tendiam a desinteressar-se do interesse colectivo e, portanto, da vida política da comunidade” (Viegas, 2004: 35), ou seja, afastavam-se dos assuntos políticos e permitiam o aumento das probabilidades de tirania, “na medida em que, sem o controlo dos cidadãos, o poder de estado podia mais facilmente ser conquistado por um déspota ou um pequeno grupo organizado (idem).

Por essa razão, o autor defende uma sociedade em que os indivíduos se envolvam nas questões sociais e políticas da sua comunidade, através de organizações de índole política que permitam a participação dos cidadãos e, em certas ocasiões, a democracia directa, na qual nos focaremos mais à frente.

Ainda assim, não apenas em instituições políticas se deve basear a sociedade civil, segundo Tocqueville, uma vez que estas, possuindo uma grande importância, não asseguram a inexistência de despotismo.

Por isso, outra forma de garantir que o poder não fica nas mãos de uma minoria déspota passa pela promoção do associativismo, uma vez que as associações estão “mais próximas do cidadão do que as instituições políticas” (Viegas, 2004: 35), o que as leva a desempenhar um “papel mediador entre os cidadãos e os problemas ou interesses da comunidade” (idem: 35-36). Por sua vez, qualquer “envolvimento dos cidadãos nas questões colectivas” (idem: 36), mesmo aquelas que não estão directamente ligadas à política, desenvolve, de acordo com o argumento tocquevilleano, as capacidades cívicas de cada um.

No que toca às associações voluntárias, recreativas e culturais, são marcadas pelo voluntariado e pela solidariedade e assumem-se como não tendo fins lucrativos (Coelho, 2008; Carvalho, 2015), caracterizando-se igualmente por serem “campos de observação fundamentais para o questionar da relação entre associativismo, formas de participação

da sociedade civil e níveis de democratização” (Vilaça, 1991: 175), assim como a generalidade das associações.

O papel do voluntariado e da solidariedade – muitas vezes visto como pejorativo pelos apologistas do liberalismo económico – não pode, assim, ser ignorado, até porque, como refere o Decreto-Lei nº 389/99, de 30 de Setembro, do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, “o voluntariado é uma actividade inerente ao exercício da cidadania que se traduz numa relação solidária para com o próximo, participando de forma livre e organizada, na solução dos problemas que afectam a sociedade em geral” (Fernandes, 2002: 107). Ou seja, o voluntariado não só não deve ser visto de forma pejorativa, como se torna essencial na resolução de problemas sociais.

Desta forma, no contexto de liberalismo económico em que nos encontramos, são as “acções voluntárias, não inseridas na lógica do mercado” (Viegas, 2004: 36), que se assumem como cruciais para uma sociedade livre. Através do associativismo, os cidadãos conseguem moderar o poder do Estado, enquanto aumentam a sua consciência cívica e política.

Para que tal aconteça, porém, há um conceito que deve ser levado em conta e sem o qual o associativismo não terá os resultados que dele se espera: o conceito de “social trust”. Segundo Zmerli et al. (2007), este conceito “é o elemento central num complexo círculo virtuoso no qual um conjunto de atitudes, como mutualidade, reciprocidade e confiança, estão associados à participação social e ao engajamento na comunidade e nas questões cívicas” (Zmerli et al., 2007: 35, tradução minha).

Encontramo-nos, assim, presentemente numa sociedade complexa e repleta de paradoxos, e, embora não haja um modelo perfeito e incontestado de “boa cidadania”, mesmo depois de séculos de debates filosóficos e académicos (Denters et al., 2007: 87), podemos estar certos de que, na sociedade em que hoje vivemos, “a indiferença em relação ao destino do outro só pode ser vivida como um egoísmo sem inocência”, o que é “inaceitável à luz dos valores de humanismo universal” (Baptista, 2006: 248). Cabe à sociedade civil unir-se e avançar por uma via humanista em que todos possam ter uma voz.

6- O papel democrático do associativismo

Já vimos de maneira geral como o associativismo está ligado à democracia e aos movimentos sociais que ocorrem ao longo do tempo. É preciso não esquecer, aliás, que é nas sociedades democráticas que há liberdade de associação, excluindo-se, por isso, os regimes socialistas que marcaram o século XX. Veremos agora, mais especificamente, o papel do associativismo na democracia, centrando-nos nas sociedades ocidentais contemporâneas.

Antes de mais, o associativismo é “um meio de coesão social e de cidadania democrática” e tem como uma das suas funções o combate à exclusão social amiúde ligada “a problemas de língua, cultura, religião, alimentação, política e do passado” (Santos, 2011: 22). Além disso, assume-se como meio descentralizador da tomada de decisões, uma vez que permite o debate colectivo de opiniões (idem: 30), desenvolvendo “funções de capital importância ao nível do exercício da democracia”, mais concretamente no que diz respeito “à imposição de limites da influência do Estado e de promoção da participação cívica” (Coelho, 2008: 6).

Assim, as associações dão a oportunidade a qualquer cidadão de exercer uma “acção pública e política” (Carvalho, 2015: 8), sendo que tal é apenas possível no caso de a sociedade onde estão inseridas ser “pluralista” e na qual se assumem como “um dos núcleos fundamentais da sociedade civil ou do ‘terceiro sector’” (idem: 7).

Tendo tudo isto em conta, que efeitos democráticos terão, na prática, as associações? Mark Warren (2001; 2004) propõe os seguintes critérios para distinguir esses efeitos: até que ponto uma associação é mais ou menos voluntária; recursos e orientações para o meio envolvente (normas e valores sociais: solidariedade, identidade partilhada ou valores sociais); e o tipo de objectivos que as associações prosseguem. Assim, o autor afirma que os efeitos democráticos do associativismo se verificam em três esferas distintas, mas que acabam por se complementar:

a) efeitos a nível individual, resultantes do “aumento da informação, das competências simbólicas, do sentimento de poder participar, do sentido crítico, da tolerância social e política e das virtudes cívicas em geral” (Viegas, 2004: 37);

b) efeitos ao nível da esfera pública, como consequência da “representação de interesses de grupos específicos” e da “contribuição para a comunicação pública e para a deliberação política” (idem);

c) efeitos institucionais, na sequência de “representação de interesses, identidades e orientações normativas, suporte de acções colectivas de protesto e resistência, funções de coordenação e regulação, papel subsidiário na implementação de políticas públicas” (idem).

Seguindo a mesma linha de pensamento, Elísio Estanque (2005) – com inspiração em Rifkin (1997), Méda (1999) e Beck (2000) – também argumenta no sentido de o associativismo ser crucial para a participação cívica e um factor de coesão e transformação social.

Como já vimos, a classe social «deixou de ser “o” determinante da acção colectiva» (Estanque, 2005: 117), uma vez que as sociedades – neste caso, as ocidentais – evoluíram no sentido do surgimento de novos movimentos sociais, ligados à igualdade de género, à comunidade LGBT ou a questões étnico-raciais, apesar de estes se articularem com a vertente classista, sendo que as estruturas em que estes movimentos se organizam estão “particularmente vocacionadas para a satisfação de necessidades que a empresa clássica ou o Estado não satisfazem” (Monteiro, 2004a: 103-104).

Para além deste papel de “substituto” do Estado, as associações têm efeitos, igualmente, na criação de “capital social”, termo do qual é impossível desassociar o nome de Robert Putnam.

Em *Making democracy work – civic Traditions in Modern Italy* (1993), este autor sublinha a forma como a modernidade económica do Norte de Itália é uma consequência “de redes densas e ricas de relações sociais horizontais e onde o nível de confiança entre as pessoas” (Monteiro, 2004a: 148) é elevado, ao contrário do que acontece no Sul do país, “menos desenvolvido porque constringido por relações hierárquicas de dependência e desconfiança” (idem). Baseando-se no mesmo argumento, Putnam (2000) atribui a crise económica e de governação democrática verificada nos EUA à erosão do seu “capital social”. Sem este, a sociedade torna-se menos democrática, porque mais dependente do Estado e das decisões dos partidos políticos.

Por essa razão, Putnam (1993) argumenta que a existência de uma comunidade cívica se baseia no “compromisso dos indivíduos através da participação activa nos assuntos públicos”, na “igualdade política” entre todos os cidadãos, na solidariedade, confiança e tolerância entre os indivíduos que compõem a sociedade, “mesmo que tenham divergências e conflitos” e, por fim, na “existência de associações” (Albuquerque, 2008: 96).

Partilhando o mesmo ponto de vista, Ernesto Fernandes (2002) refere que, ao assumirem uma relação estreita com a comunidade envolvente, as associações afirmam-se “como parceiro exigente junto dos serviços da administração local e central, contrariando o centralismo, a burocracia e a subordinação ao poder dos funcionários e técnicos das instituições públicas” (Fernandes, 2002: 114).

Além disso, o mesmo autor propõe também que, de forma a garantir essa relação próxima com a sociedade civil, o movimento associativo deve igualmente “privilegiar a relação com as escolas, fazendo cruzar a educação não formal com a educação escolar, estabelecendo formas regulares de colaboração (instalações, equipamentos, projectos, saberes), des-isolando a comunidade escolar e aprendendo com ela” (Fernandes, 2002: idem). Há uma tendência para reduzir a educação ao contexto escolar enquanto desvalorizamos e ignoramos “as possibilidades ricas de socialização oferecidas (...) através das práticas associativas e da participação na comunidade” (Fernandes, 2002: 112). Não devemos, obviamente, ignorar a educação convencional, mas sim articulá-la com uma educação não-formal.

Além de parcerias com o modelo de ensino convencional, as associações devem também juntar-se ao Estado – sem nunca perderem os seus ideais e autonomia – na prossecução de uma sociedade democrática e na qual os direitos sociais estejam assegurados, como de resto já vimos anteriormente. As associações LGBT, por exemplo, assumiram-se em Portugal como “interlocutoras privilegiadas das organizações político-partidárias e das instâncias governamentais na elaboração de iniciativas legislativas” (Cascais, 2006: 123).

Ainda assim, nem todas as consequências do movimento associativo são positivas, uma vez que certos tipos de associação, “apesar de contribuírem para um efeito gregário, não produzem consequências virtuosas para a democracia”, como por exemplo “grupos radicais ou extremistas” (Viegas e Santos, 2010: 158).

De resto, na sua tese sobre os efeitos do associativismo na sociedade dos EUA, Kaufman (2002) evidencia o seu cepticismo em relação aos verdadeiros benefícios da prática associativa, uma vez que esta, na sua demanda pelo reforço de sentimentos de pertença e semelhança, pode paradoxalmente reforçar também sentimentos de exclusão e a agravar as divisões existentes numa sociedade.

Tal argumento deve lembrar-nos constantemente que, pese embora as virtudes do associativismo, também este, como qualquer outra prática social, pode ser utilizado de forma nociva para a democracia, pelo que se espera uma reflexão constante por parte dos grupos pertencentes ao movimento associativo sobre a forma como o seu próprio movimento actua.

Ao longo deste capítulo pudemos verificar as várias vertentes em que o associativismo se revela fulcral na construção de uma sociedade democrática, solidária, comunitária na verdadeira acepção da palavra e livre de ódios absurdos e de submissões a tentativas de repressão do Estado. As associações, como Tocqueville (2002) tão bem resume, são indispensáveis contra o despotismo daqueles que nos governam, ao mesmo tempo que contribuem para a integração dos cidadãos, que se tornam também mais “formados e capacitados para a participação política” (Viegas e Santos, 2010: 157), pelo que se conclui que, grosso modo, “a pertença a uma associação (...) conduz a uma cidadania mais competente” (Viegas e Santos, 2010: 160). Ainda assim, este mesmo movimento associativo pode produzir efeitos nefastos, como a formação de grupos promotores de ódio, pelo que as associações que não pertencem a este grupo devem redobrar a sua atenção e contrariar o surgimento desse tipo de organizações, que apenas servem para descredibilizar o associativismo.

7- Associativismo jovem

Tendo em conta a minha idade e o facto de pertencer a uma associação juvenil, julgo ser relevante analisar este tipo de associações, assim como os seus membros habituais. Para tal, irei apoiar-me largamente na tese de Sara Freire (2009), na qual a autora começa por afirmar que, uma vez “que a concepção de juventude surge associada ao hedonismo, ao consumismo, às novas tecnologias, aos domínios privados”, existe a ideia de que “a ligação dos jovens aos domínios políticos é definida pelo pouco interesse

que estes possuem pela política”, do abstencionismo à “apatia política” em geral, o que se reflecte em duas teorias em relação aos jovens: a primeira “privilegia a pró-actividade juvenil”; a segunda “assume as gerações mais novas como uma geração apática e individualista” (Freire, 2009: 1).

Ora, se os jovens estão, nos dias que correm, afastados do mundo político, como explicar a teoria de que existe uma “pró-actividade juvenil”?

Segundo a tese de Sara Freire, “apesar de se verificar um afastamento por parte dos jovens de formas convencionais de participação”, tem-se por outro lado verificado a afirmação de novas formas de participação juvenil “que ocorrem à margem das lógicas institucionais” (Freire, 2009: idem), algo que não é recorrentemente referido pelos estudos realizados sobre esta temática, uma vez que estes se focam “na fraca participação política dos jovens ao nível político, não considerando como participação política as formas não convencionais de participação” (Freire, 2009: 2).

A autora aponta como causa para o afastamento da política convencional por parte dos jovens o facto de a transição para a vida adulta ser “geradora de precariedade e de insegurança”, o que vai contribuir “para uma fraca inserção social dos jovens” e, consequentemente, para o “desencantamento relativamente às instituições políticas formais, como os partidos e os sindicatos”. Por essa razão, “os jovens procuram novos espaços de vinculação, novas lógicas de acção colectiva, novas agendas e de novos actores sociais” (Freire, 2009: 12-13), no sentido em que estes são uma alternativa às referidas instituições formais, dos quais se destacam as associações voluntárias e as “associações ligadas ao lazer”, que se transformaram com o passar do tempo “em espaços de acção pública dos jovens, retirando importância às lógicas institucionais” (idem: 15).

Importa ainda realçar de que forma as questões materiais são relevantes neste tipo de análise, no sentido em que só percebendo quais as problemáticas prioritárias dos jovens é que se pode concluir até que ponto estes se revêem na política convencional ou, por outro lado, aderem a formas de participação alternativas.

As gerações mais novas cresceram, no que ao Ocidente diz respeito, num mundo sem guerras, relativamente próspero e seguro – há décadas que não se verificam guerras entre países do Ocidente e a fome, existindo, é residual, pelo menos quando comparada com o que se constata noutros continentes, nomeadamente em África.

Assim, “para as gerações mais novas o materialismo e a ordem securitária deixam de ser uma ordem prioritária, visto que experimentam condições de maior prosperidade e segurança” (Freire, 2009: 44), o que não acontecia durante as guerras do século XX e nos anos imediatamente seguintes, nos quais a prioridade passou pela garantia da segurança dos cidadãos e pela recuperação da economia, profundamente afectada por guerras consecutivas.

Com a paz alcançada, “a ordem deixa de estar numa posição relevante, e os indivíduos deslocam os seus valores de submissão para valores associados à liberdade e autonomia na participação” (Freire, 2009: 45).

Desta forma, Sara Freire, citando Augusto (2006), afirma que “a transição do materialismo para o pós-materialismo (...) implica duas mudanças”: a “transição de problemáticas económicas para trans-económicas (ecologismo, feminismo, pacifismo ou a tolerância racial)”; e a “maior valorização da participação, auto-expressão e liberdade individual, ou seja, uma transição do autoritarismo para o libertarismo” (Freire, 2009: 46).

Em geral, aqueles que aderem de forma mais vincada a uma forma de participação não convencional são, sem surpresa, os “cidadãos insatisfeitos com o sistema partidário”. No que diz respeito aos jovens em particular, são “os menos escolarizados” aqueles que possuem “uma menor tendência para participarem em formas não convencionais” de participação (Freire, 2009: 50), entendendo-se, neste caso, como não convencional a participação em associações de cariz voluntário e/ou ligadas ao Terceiro Sector.

Podemos desta forma concluir que “os indivíduos que crescem em ambientes mais estáveis, que dão maior importância a valores como, por exemplo, a qualidade de vida e a protecção do ambiente, valorizam mais as questões pós-materialistas”, sendo que estas últimas não encontram representação nos partidos políticos, o que torna natural a procura de novas formas de participação (Freire, 2009: 53) e tornando as associações “porta-vozes da sociedade civil” cujas prioridades passam pela “qualidade de vida” e “pelas relações sociais”, à medida que criticam “partidos pela incapacidade e a falta de pragmatismo na resolução dos problemas do quotidiano” (Carvalho, 2015: 10), substituindo-os em potencial de representação. No entanto, usando a mesma lógica e por exclusão de partes, sai mais uma vez fortalecido o argumento de que os indivíduos que passam o dia a trabalhar de forma a garantir os bens materiais aos quais outros têm um acesso mais

facilitado apresentam níveis residuais de participação não convencional, limitando-se, caso não se abstenham, a colocar o seu boletim de voto numa caixa em dia de eleições, pois não lhes foi dada a conhecer outra forma de representação para além da político-partidária, como explica Rosa Albuquerque na sua tese de doutoramento (2008):

“As desigualdades entre os indivíduos em termos de condições de vida, de estatuto socioeconómico, de domínio da informação e do nível de literacia influenciam a capacidade de tomar parte na vida pública e assumir uma cidadania activa” (Albuquerque, 2008: 72-73).

8- Democracia representativa vs Democracia participativa

“Citizen participation is at the heart of democracy. Indeed, democracy is unthinkable without the ability of citizens to participate freely in the governing process” (Verba et al. 1995: 1)

Como já referi nesta dissertação, a participação limitada ao voto no dia de eleições é insuficiente para que se possa considerar uma sociedade como plenamente democrática. A democracia representativa encontra-se, pois, de acordo com muitos autores, num estado de crise.

Uma das soluções mais urgentes para contrariar esta tendência passa por promover a democracia participativa, através da qual se pode garantir a “protecção dos direitos consagrados (crianças e jovens, idosos, mulheres, pobres e excluídos socialmente); pelo reconhecimento de novos direitos (ambiente, anti-racismo, minorias...) e pelas estratégias de desenvolvimento local” (Fernandes, 2002: 111; Santos, 2011: 20).

De forma a sustentar este argumento, Elísio Estanque (2006) recorda o antigo modelo grego de democracia, que, “embora apoiada numa concepção restrita e elitista de cidadania, (...) continha, apesar disso, elementos comunitaristas e participativos em que, no espaço da polis, o autogoverno e o princípio da rotatividade eram estimulados” (Estanque, 2006: 4). Obviamente que não se pretende o regresso a uma democracia em

que apenas os homens – e só aqueles que eram considerados cidadãos – podiam participar na vida política das cidades, mas deve olhar-se para o carácter participativo deste modelo de democracia e transpô-lo para o dia de hoje.

Recordando que foi nesta altura “que os primeiros demagogos (como Cléon) mostraram pela primeira vez o perigo do populismo e os efeitos nefastos da retórica, na sua capacidade de perverter a democracia e de manipulação da vontade popular” (Estanque, 2006: 4), o autor refere que “a democracia liberal (e o correlativo conceito de cidadania restrita e individual, limitada, na prática, ao direito de voto) que se impôs no mundo ocidental apoiou-se na racionalidade individualista” (idem), rompendo, dessa forma, com as clássicas formas de democracia participativa. Conclui, de seguida, afirmando que “a busca do consenso, ao longo dos séculos XIX e XX, assentou numa tirania da razão economicista” e que este consenso “burguês” se estruturou, sobretudo, à volta “da recusa da ideia marxista de revolução e da utopia socialista” (idem).

Assim, assistiu-se à promoção de um “contrato social” que originou o abrandamento das lutas operárias e institucionalizou a democracia representativa, em grande parte devido à consolidação do Estado-providência europeu (Santos, 2007; Estanque, 2006), com o objectivo de “retirar qualquer papel à mobilização de massas e à acção colectiva na construção de democrática” e sobrevalorizar os “mecanismos de representação numa espécie de solução elitista para a democracia moderna” (Estanque, 2006: 5). Segundo Elísio Estanque, a perspectiva liberal considera que a tomada de decisões não pode respeitar a soberania popular, uma vez que, para os liberais, “as camadas populares cedem a impulsos irracionais e, em política, comportam-se de maneira quase infantil”. Além disto, atribuiu-se um poder exagerado à burocracia, deixando as tomadas de decisão “entregues a regulamentos impessoais e aos burocratas, especialistas no seu manuseamento”. Desta forma, “uma concepção de soberania ascendente, ou seja, o controlo dos governos pelos governados, cedeu o passo à ideia de uma soberania descendente, isto é, o controlo dos governados pela burocracia” (Estanque, 2006: idem), deixando o povo e os partidos políticos numa condição de submissão e conformismo, e “as minorias eleitas dominam, sem que haja uma efectiva participação popular” (Coelho, 2008: 2), tornando a democracia inexistente.

Este sistema de democracia representativa, sobretudo no que diz respeito às instituições a ela ligadas e à política entrou, na reta final do século XX e durante o século XXI, numa crise de credibilidade, com a consequência natural a passar pelo repensar do

seu funcionamento e pela procura de novas formas de exercer a cidadania, devido à cada vez mais acentuada indiferença da parte dos cidadãos em relação à tomada de decisões, limitando-se estes últimos ao acto de votar – ou nem isso, visto que o próprio abstencionismo tem aumentado drasticamente, o que também comprova a tal perda de credibilidade da política (Estanque, 2006).

Por tudo isto, a democracia que experienciamos actualmente no mundo ocidental é, salvo uma ou outra excepção, “meramente formal, com eleições periódicas, em que os diversos partidos políticos em cena fazem promessas de bem estar que, em muitos casos, acabam por desaparecer por entre a poeira do esquecimento” (Bouzas, 2001: 8). Esta formalidade está igualmente presente nas associações, obrigadas nos seus estatutos a reproduzir “a lógica tripartida da democracia política”, através de uma assembleia geral, direcção e conselho fiscal, o que acaba por bloquear “a vontade de participar na construção e definição dos destinos colectivos” e servir “a liberdade dos notáveis” (Fernandes, 2002: 115), ocultando no processo relações de poder, o que vai de encontro à horizontalidade desejada. Daí “a necessidade de mudança pela circulação da informação, auscultação dos associados, pela criação de grupos de trabalho em função dos projectos, pela articulação/colaboração regular dos órgãos sociais (mesa da assembleia geral, direcção e conselho fiscal)”, assim como a “valorização da assembleia geral como espaço privilegiado de participação e não apenas como instância burocrática de aprovação do relatório de actividades e contas, do plano e orçamento” (idem).

Seguindo a mesma linha de raciocínio e reportando-se ao sistema liberal em que vivemos no Ocidente, Boaventura de Sousa Santos (2007) afirma que a teoria do liberalismo “começa por teorizar uma sociedade onde muitos – no início, a maioria – dos indivíduos livres e autónomos que prosseguem os seus interesses na sociedade civil não são cidadãos, pela simples razão de que não podem participar politicamente na actividade do Estado”, uma vez que, recorde-se, “o princípio da cidadania abrange exclusivamente a cidadania civil e política e o seu exercício reside exclusivamente no voto” (Santos, 2007: 205). As outras formas de participação, num sistema liberal, são desencorajadas, o que nos deixa nas mãos na democracia representativa, assente “na distância, na diferenciação e mesmo na opacidade entre representante e representado” (Santos, 2007: idem).

De seguida, o autor remete-nos para a teoria kantiana de que “a representatividade dos representantes é tanto maior quanto menor for o seu número e quanto maior for o número dos representados”. Este “carácter paradoxal da representação democrática”,

somado à “interferência dos interesses próprios dos representantes” leva-nos a concluir que “o interesse geral não pode coincidir, quase que por definição, com o interesse de todos” (Santos, 2007: 205-206), o que contribui para a pouca credibilidade da democracia representativa.

Sendo assim, que proposta faz o autor? Mais uma vez, a democracia participativa é apresentada como solução.

Inspirando-se em Rousseau – para quem “a vontade geral tem de ser construída com a participação efectiva dos cidadãos, de modo autónomo e solidário, sem delegações que retirem transparência à relação entre «soberania» e «governo»” (Santos, 2007: 206) – Boaventura de Sousa Santos afirma que o contrato social deve incidir “numa obrigação política horizontal cidadão-cidadão na base da qual é possível fundar uma associação política participativa”, ao contrário do que acontece no liberalismo, no qual o contrato social se baseia “numa obrigação política vertical cidadão-Estado” (idem).

Além de tudo isto, relembra-nos este autor que “o compromisso social-democrático amarrado de tal modo os trabalhadores e a população em geral à obsessão e às rotinas da produção e do consumo que não deixou nenhum espaço para o exercício da autonomia e da criatividade” (Santos, 2007: 214), características, por exemplo, da prática associativa.

No que diz respeito à solidariedade – valor, em teoria, de prezar e evidentemente ligado ao associativismo –, “a cidadania social e o seu Estado-Providência” transformaram-na, segundo autor, “numa prestação abstracta de serviços burocráticos benevolmente repressivos, concebidos para dar resposta à crescente atomização da vida social mas, de facto, alimentando-se dela e reproduzindo-a de modo alargado” (Santos, 2007: idem).

Por fim, e não menos importante, assistiu-se com a social-democracia e o liberalismo à redução drástica das opções políticas existentes. Desta forma, “a representação democrática perdeu o contacto com os anseios e as necessidades da população representada e fez-se refém dos interesses corporativos poderosos” (Santos, 2007: 214-215), o que provocou o desinteresse por parte dos cidadãos das formas de democracia representativa, sem que estes tenham, no entanto, “desenvolvido novas formas de participação política, exercitáveis em áreas políticas novas e mais amplas” (Santos, 2007: 215).

A democracia participativa é, assim, a solução que todos estes autores apontam como forma de chegarmos, enquanto colectivo, a uma verdadeira democracia, até porque uma sociedade “só cresce em liberdade, participação e justiça quando os seus próprios cidadãos tomam consciência e tentam construir uma convivência mais humana” (Bouzas, 2001: 8), como aliás já Tocqueville notava no século XIX, quando, numa visita aos E.U.A., ficou “impressionado” com a tendência do povo estadunidense “para o envolvimento em associações cívicas, e as consequências daí extraídas para um funcionamento da democracia horizontal” (Monteiro, 2004a: 147), embora, no caso dos E.U.A., essa tendência se tenha deteriorado nas últimas décadas do século XX (Putnam, 2000).

Por todas estas razões, “há que promover a participação social e política, envolvendo as instituições, associações e identidades no processo de desenvolvimento das sociedades democráticas” (Coelho, 2008: 2), sob pena de continuarmos envoltos num sistema de representatividade cheio de burocracias que mais não fazem do que “responder uniformemente a problemas diferenciados” (Estanque, 2006: 5). É necessária a promoção de novos movimentos sociais e de estruturas que apoiem a participação activa dos respectivos agentes, procedendo-se dessa forma a “arranjos participativos, ainda que num quadro institucional fundado na legitimidade da representação” (Estanque, 2006: 6). Só se pode combater “as oligarquias instaladas nos sistemas democráticos representativos – e nas burocracias que lhes dão suporte –” através da participação dos cidadãos na tomada das decisões que a todos vai afectar, e não apenas a uma minoria elitista. No entanto, esta democratização da sociedade civil só será possível “se os sectores organizados da sociedade civil se mobilizarem, pressionando as lógicas aparelhistas e exigindo mais democracia interna no funcionamento dos partidos e outras estruturas associativas” (idem) e caso se reinventem “novas formas e mecanismos de exercício dos direitos cívicos e políticos”, promovendo-se no processo “a recuperação do sujeito social activo”, isto é, um corte com a mentalidade conformista e consumista originária do capitalismo “e que o neoliberalismo vigente tem vindo a expandir à volta do globo nas últimas décadas” (Estanque, 2006: 7).

Ora, apesar de todas estas vantagens da democracia participativa, não podemos ignorar a dificuldade – e, quiçá, a inviabilidade – da prossecução de uma democracia plenamente directa em territórios extensos e com muita população. Nestes casos, o ideal seria incorporar aspectos da democracia participativa na democracia representativa

sistémica dessas sociedades, como de resto já tem vindo a ser relativamente conseguido com projectos como o Orçamento Participativo.

Assim, e relembrando que “não é possível existir democracia sem participação directa do povo” (Coelho, 2008: 1), termino este capítulo dedicado à crise da democracia representativa e às virtudes da democracia participativa e da “relevância da acção de actores colectivos” (idem: 3) citando o final do ensaio de Helena Vilaça (1991):

“através do associativismo, as populações conseguem fazer representar-se junto das organizações de poder, promovendo assim a democracia participativa e introduzindo uma correcção à democracia representativa” (Vilaça, 1991: 185).

9- Associativismo e classe média

Já aqui foi referido o papel democrático e inclusivo que as associações podem potencialmente possuir. No entanto, será que quem frequenta associações culturais e recreativas são aqueles que o sistema mais prejudica no dia-a-dia?

Sem esquecer que o conceito de “classe média” é “pouco rigoroso e acarreta uma multiplicidade de ambiguidades” (Estanque, 2002: 1), pode, ainda assim, afirmar-se convictamente que são os indivíduos pertencentes a esta classe social aqueles que frequentam as associações culturais e recreativas, com base nas análises efectuadas por alguns autores no âmbito do estudo da influência da classe média no associativismo voluntário.

Disto mesmo nos dá conta Rosana Albuquerque (2008) ao afirmar que “o modelo de voluntarismo cívico permite verificar que os indivíduos com elevado estatuto socioeconómico (traduzido no nível de escolaridade, no rendimentos e na ocupação) são aqueles com maior pendor para a participação política” (Albuquerque, 2008: 95). Este modelo era descrito por Tocqueville no século XIX como originário, no continente europeu, “das elites esclarecidas” (Cascais, 2006: 118), ao contrário do que acontecia, por exemplo, nos Estados Unidos.

Por sua vez, Elísio Estanque (2006) refere que se assistiu, durante as décadas de 80 e 90 do século XX, a uma queda “da filiação sindical do sector operário”, enquanto

“os sectores profissionais da chamada classe média reforçaram essa filiação, em especial nos campos da educação, da saúde e da administração pública” (Estanque, 2006: 10).

Contudo, com o passar do tempo o individualismo cresceu exponencialmente dentro da chamada “classe média”, fruto do mercado e da concorrência, “favorecendo a adesão à ideologia liberal e ao princípio da meritocracia individual” (Estanque, 2002: 5), sendo enfraquecida desta forma a prática associativa.

Ainda assim, o associativismo, tendo-se distanciado da luta de classes de modelo marxista e aberto a porta a outras reivindicações, serviu como plataforma para o aparecimento de novos movimentos sociais, assumindo as “classes médias urbanas” (Estanque, 2002: 4) um papel crucial nos mesmos. Assistimos, pois, a uma espécie de terceira fase do associativismo, com a “emergência de novas modalidades de luta de classes e novos movimentos sociais que simultaneamente se afastaram do modelo marxista e do puro individualismo” (Estanque, 2002: 5).

Ora, tendo em conta que a classe média abrange, sobretudo, pessoas escolarizadas e com um nível académico superior ao das classes mais baixas – as tais que acabam por ser prejudicadas pelo sistema capitalista –, entramos num paradoxo em que aqueles que se encontram em melhores condições são os que protagonizam movimentos para alterar o sistema que lhes proporciona essas mesmas condições, ao passo que os mais desprotegidos e desfavorecidos, fruto de um estilo de vida de sobrevivência e marcado pela rotina casa-trabalho-casa, acabam por não fazer parte do movimento associativo e contribuem, sendo simultaneamente agentes e alvos, para a continuidade do sistema vigente.

Além disso, há que ter ainda em consideração a relevância da televisão no dia-a-dia das sociedades ocidentais (Putnam, 2000), assim como da Internet nas gerações mais jovens. Se um trabalhador, cansado depois de um dia de esforço intenso, sabe que terá em casa um meio proporcionador de relaxamento e descompressão, dificilmente procurará outras formas de convivência, como associações recreativas e culturais.

Não esquecendo que o “acesso aos diplomas académicos mais elevados e exigentes (...) é fortemente condicionado pela classe de nascença”, sobretudo “pelo volume de capital cultural, e de recursos económicos e educacionais dos próprios pais” (Estanque, 2006: 13), surge assim a questão: é a pertença a associações que contribui para

a aquisição de capital social ou, pelo contrário, é a posse desse capital social que leva à prática associativa?

Segundo Albuquerque (2008), “é a posse de recursos – tempo, dinheiro e competências cívicas –” (Albuquerque, 2008: 95) que leva à pertença a associações. Tendo em conta que quem se encontra abaixo da classe média não possui estes recursos (ou pelo menos todos em simultâneo), a lógica aponta para que a resposta à questão apresentada no parágrafo anterior esteja na segunda opção. Outro argumento a favor desta hipótese prende-se com o “eventual contacto com o activismo político dos pais” ou a “discussão de assuntos desta natureza em casa, em idades jovens”, assim como o facto de “o nível de escolaridade dos indivíduos” poder estar relacionado com o dos seus pais (idem).

No entanto, não podemos ignorar que, na recta final do século XIX e no início do século XX, a participação dos operários no movimento associativo era muito significativa, o que contraria a tese supracitada, pelo que a questão colocada anteriormente envolve uma certa complexidade e não tem uma resposta definitiva. Existe, ainda, a possibilidade de as características de quem pertence hoje a associações serem diferentes daqueles que faziam parte do movimento há pouco mais de cem anos atrás.

Também em termos representativos se nota a importância dada nos dias que correm ao nível académico, no sentido em que uma associação, quando necessita de quem dê a cara num registo mais formal, escolhe aqueles que possuem um capital social mais elevado, como de resto nos dá conta o relato de uma jovem no âmbito da tese de doutoramento de Albuquerque (2008), afirmando que é privilegiada por ter uma licenciatura, em detrimento de quem consigo começou o projecto associativo mas não tem o mesmo nível académico e trabalha de forma mais precária, concluindo, por isso, que mesmo dentro do movimento associativo existe discriminação (Albuquerque, 2008: 410-411).

Assim, não se reconhece a jovens activistas com menos recursos a mesma capacidade para representar a associação em público, visto não terem adquirido as competências de comunicação necessárias através de, por exemplo, uma licenciatura. Esta situação impede esses jovens, ao nível dos que possuem um grau académico superior no que toca às intenções e aos objectivos da sua associação, “de se envolverem em

experiências cívicas com um âmbito que ultrapassa a intervenção a um nível mais local e comunitário” (Albuquerque, 2008: 412).

Desta forma, criam-se “novas e sucessivas barreiras”, tornando-se cada vez mais difícil superá-las, “pois os critérios de selecção pautam-se pela obediência aos valores definidos pelas próprias elites e adequados aos seus interesses específicos” (Estanque, 2006: 13). Será, assim, tudo isto incompatível com o desejo de mudança que caracteriza tantas associações?

Segundo Alcides Monteiro (2004a), a resposta à questão anterior é negativa, uma vez que as reivindicações dos protagonistas dos novos movimentos sociais se prendem com “necessidades pós-materialistas e pós-aquisitivas”, nas quais se inserem “um novo estilo de vida”, valores ligados à cultura e à estética, novas formas de expressão, a salvaguarda dos direitos humano e “um maior acesso à participação política” (Monteiro, 2004a: 124), e não tanto com necessidades materiais, visto que estas já são satisfeitas no seu dia-a-dia. Por sua vez, “indivíduos socializados em ambientes de escassez material, reduzidas redes de protecção social e significativa insegurança física” (Freire, 2009: 43) priorizam “o crescimento económico e a segurança material e física” (Freire, 2003: 295).

Sendo assim, por que solução pode passar o fim do elitismo presente no associativismo? A meu ver, um passo importante e nada difícil de dar nesse sentido é aproximar as associações das escolas, através de, por exemplo, palestras em locais de ensino, de forma a promover-se a prática associativa. Esta relação seria, obviamente, de reciprocidade, até porque “a própria renovação da escola e dos centros de investigação passa pela sua capacidade de relação com a comunidade, contrariando o elitismo e o divórcio intelectual” (Fernandes, 2002: 115). Desta forma, assegurar-se-ia uma educação híbrida, um misto de educação formal (escolas/universidades) com educação não-formal (associações).

Consequentemente, os indivíduos pertencentes às classes sociais mais baixas poderiam aproximar-se da classe média, entrando num universo muitas vezes exclusivo a esta última “através de casamentos interclassistas” (Estanque, 2006: 12) e contribuindo, assim, para uma “mobilidade social ascendente”. O mesmo sucede quando “pessoas oriundas de diferentes origens sociais (...) conseguem frequentar as mesmas universidades e os mesmos programas de mestrado ou doutoramento”, dado partilharem “interesses intelectuais comuns” (idem). Quanto mais cedo este tipo de relação entre

indivíduos de diferentes classes sociais for fomentada, maior será a probabilidade de se assemelharem nos interesses e, mais tarde, no resto, esbatendo-se desta forma as diferenças entre elas.

Por sua vez, Rosana Albuquerque afirma que “a participação cívica deve ser perspectivada como um sistema dinâmico”, no qual assumem especial importância factores como “a posse de recursos” – sobretudo o tempo livre e um nível de escolaridade elevado –, “características pessoais” que reflectem os vários tipos de personalidade que participam nas interacções sociais e possuem qualidades “como o sentido de responsabilidade, a perseverança e a capacidade de iniciativa” e, ainda, “as motivações” de cada um ao aderir a uma associação (Albuquerque, 2008: 435).

Ora, se o trabalhador precário comum passa o seu tempo a trabalhar para poder pagar contas – não se aplicando, no seu caso, o critério da disponibilidade de tempo –, não poderá ter uma participação activa na sociedade, tornando o associativismo uma prática quase exclusiva à classe média.

Não obstante as razões apontadas para uma menor participação no movimento associativo, é preciso não esquecer que também é verdade que as pessoas pertencentes a classes sociais mais baixas preferem, no pouco tempo livre de que dispõem, ir a estádios de ver futebol ou a centros comerciais. Autores como Robert Putnam têm-se debruçado sobre o declínio da prática associativa nos Estados Unidos, mas continuam a faltar estudos sobre o assunto, nomeadamente no caso português.

Ainda assim, há excepções. Existem, de facto, pessoas não pertencentes à classe média a participar no movimento associativo (Albuquerque, 2008). Isto, considerando o conceito de “classe média” da forma mais convencional, uma vez que, como já foi referido, há alguma complexidade na definição do mesmo. É por isso que, de acordo com Elísio Estanque, está associada alguma subjectividade a este conceito, no sentido em que, em Portugal, há um considerável número de indivíduos a identificar-se com esta classe social, mesmo que na prática trabalhem precariamente e não tenham um elevado nível académico:

“A importância da classe média, em Portugal, mede-se mais pelo seu papel enquanto referência simbólica no imaginário colectivo, do que por ser um segmento social consistente e dotado de índices elevados de bem-estar. Apesar de objectivamente

frágil e instável, a ideia difusa de um padrão de vida de ‘classe média’ opera no subconsciente da classe trabalhadora levando alguns dos seus sectores, mesmo entre aqueles que se inserem em posições precárias do operariado manual, a identificarem-se subjectivamente com aquela categoria. Este fenómeno (...) tem consequências sociais significativas, em especial no plano das atitudes e da participação cívica” (Estanque, 2006: 11-12).

Este capítulo teve como intuito mostrar que, pese embora as intenções do associativismo apontem muitas vezes no sentido de incluir os mais desfavorecidos, a verdade é que os novos movimentos sociais – que substituíram em grande parte o marxismo e a luta de classes – são protagonizados por indivíduos pertencentes à classe média, no sentido objectivo do termo, mas também no subjectivo, sendo neste último caso a classe média uma “referência simbólica propiciadora de ilusões de oportunidade, criadora de atitudes adaptativas e de aceitação, que funciona como mecanismo de integração do sistema social”, mas que acaba por assegurar “a reprodução das próprias desigualdades sociais” (Estanque, 2002: 2).

10- Associativismo, paradoxos e utopia

Serve este último capítulo da primeira parte da minha dissertação para não só resumir todas as ameaças ao associativismo e à democracia já abordadas como também para lhes acrescentar factores como a má relação entre membros de uma mesma associação e a fraca participação daqueles que, sendo sócios, não estão presentes nas actividades levadas a cabo pelos colectivos de que fazem supostamente parte.

Por fim, tentarei escrutinar até que ponto o ideal do associativismo como meio de esbatimento de desigualdades sociais não será, afinal, utópico.

Como já vimos, “os grandes condicionalismos da construção de identidades sociais pelo desenvolvimento local estão nas limitações que são impostas pelo desenvolvimento capitalista à face planetária” (Carvalho, 2015: 20), o que origina, alimenta e reproduz, paradoxalmente, “novas vias de acesso e de inclusão do mesmo passo que se criam novas injustiças e exclusões” (Estanque, 2002: 6), no sentido em que

as oportunidades disponibilizadas a uns pelo capitalismo implicam o aumento das fragilidades de outros e, conseqüentemente, das desigualdades sociais.

Estas fragilidades, com repercussões nos “défices de autonomia e de iniciativa individual que têm sido repetidamente diagnosticados na sociedade portuguesa”, são causadas, segundo Estanque (2006) não por “uma qualquer essência individualista dos portugueses”, mas antes pelo “clima de constrangimentos e de medos que tem vindo a expandir-se nas estruturas sociais, designadamente no campo laboral”, para os quais as grandes empresas contribuem, através das mais variadas formas “de opressão que asfixiam a dignidade individual, a autonomia e a criatividade de cada um”. Desta forma, “quer enquanto trabalhador quer enquanto cidadão, o sujeito individual é suprimido ou esconde-se no anonimato e na esfera privada”, o que prejudica o surgimento “de novos sujeitos colectivos” (Estanque, 2006: 7-8).

Por essa razão, a acção colectiva tem-se limitado nos últimos anos aos sindicatos e aos partidos políticos – e mesmo aqui também se verifica um forte declínio em termos de adesão associativa –, sendo que estes têm tentado “instrumentalizar” aqueles, tornando “frágeis e escassos” os movimentos sociais (Estanque, 2006: 20), uma vez que “as medidas empreendidas não têm visado a alteração das «máquinas produtoras de exclusão»”, isto é, “dos processos sócio-organizacionais responsáveis pelo afastamento de certas categorias sociais relativamente a recursos fundamentais ao exercício da cidadania” (Monteiro, 2004a: 27).

Uma das maiores dificuldades que uma associação enfrenta, sobretudo nos seus primeiros tempos de existência, prende-se com a falta ou insuficiência de dinheiro, uma vez que o Estado utiliza geralmente o número de associados que determinada associação possui como critério de atribuição de financiamento, dado ser assim que, segundo os organismos estatais, se avalia se a associação tem impacto social ou não.

Ora, se uma associação que está a dar os primeiros passos não tem normalmente um número elevado de associados, terá naturalmente alguma dificuldade em passar à fase seguinte e em cumprir aquilo que se propõe. De facto, “se o dinheiro atribuído a uma associação depende do seu número de associados, poucas serão as associações capazes de manter as suas estruturas de modo a fornecer os seus serviços de forma adequada” (Coelho, 2008: 8).

Ainda para mais, esta forma de tratamento não é extensível a todas as associações, uma vez que existem algumas que, por qualquer razão, o Estado privilegia. Esta diferença de tratamento é um espelho da maneira como o Estado diferencia também o cidadão comum do cidadão privilegiado:

“a actuação da burocracia do Estado oscila entre a extrema rigidez, distância e formalismo com que obriga o cidadão anónimo e sem referências (...) a cansar-se aos balcões de serviços inacessíveis, a preencher formulários ininteligíveis, e a pagar impostos injustos e a extrema flexibilidade, intimidade e informalidade com que trata, para os mesmos efeitos, o cidadão conhecido e com boas referências” (Santos, 2007: 116-117).

Verifica-se, assim, que até no mundo do associativismo há relações de privilégio, pelo que não se pode considerar suficiente a pertença a uma associação e a realização de actividades de voluntariado para que todos os problemas existentes numa sociedade desapareçam. O associativismo pertence à sociedade civil, e por isso está sujeito às injustiças, diferenciações e paradoxos que desta fazem parte.

Consequentemente, mesmo dentro do mundo do associativismo existe o risco de se criar certos tipos de exclusão social. De facto, como afirma Sandra Lima Coelho (2008) citando Meister (1974), “participam numa associação aqueles que podem, o que os distingue daqueles que gostariam de fazê-lo e não desfrutam dessa possibilidade”, seja “por motivos económicos (normalmente, as associações cobram uma quota)”, seja “por lhe serem exigidas características específicas (físicas, psicológicas) que não possuem” (Coelho, 2008: 8-9). Segundo esta autora, também “a idade e os recursos escolares podem influenciar a forma e o estilo de participação” (idem: 9).

Desta forma, podemos aferir que, embora seja um motor de combate à exclusão social, o associativismo também pode ter o efeito contrário, caso as condições sejam propícias a que tal aconteça.

A somar a estas, outras causas apontadas por Sandra Lima Coelho para potenciais insucessos do movimento associativo são “a predominância da mercantilização, que procura transformar tudo em lucro financeiro, desde os objectos de consumo às próprias relações que os indivíduos estabelecem entre si” e “a falta de reconhecimento das funções sociais desempenhadas por este movimento” (Coelho, 2008: 10), o que poderá tornar-se

muito perigoso em tempos de individualismo extremo, de “manutenção e consolidação de privilégios”, de “assimetrias” em termos de desenvolvimento, de “descrença” na política e de quase inexistência de solidariedade (idem: 11).

Por sua vez, o funcionamento de uma associação também deve ter tido em conta quando se analisa a problemática da exclusão social.

Na sua tese de doutoramento, Rosana Albuquerque (2008) afirma que “o caminho que se vai fazendo de construção de confiança a par da intervenção associativa ocorre também nas situações em que os/as jovens fundam associações com pessoas próximas” (Albuquerque, 2008: 394), referindo também o quão importante é trabalharmos com pessoas que conhecemos e que possuem “o espírito da associação”, no sentido em que “a partilha de objectivos pode convergir na confiança com quem se trabalha, sendo essa combinação que permite desempenhar com sucesso a missão cívica na qual se empenharam” (Albuquerque, 2008: 395).

No entanto, a autora alerta para a forma como essa confiança se pode deteriorar, uma vez que “mesmo em situações onde existe confiança prévia face aos pares com quem se funda uma associação, a confiança constrói-se à medida que se acumulam experiências no dia-a-dia do trabalho em conjunto”. Ou seja, a construção de confiança tanto pode decorrer “em crescendo” como, “pelo contrário, pode haver quebras na relação, descoincidência de valores ou de objectivos” (Albuquerque, 2008: idem). De facto, e no limite, “a falta de clareza dos seus objectivos poderá fundamentar-se como um veículo para a extinção de uma associação” (Coelho, 2008: 9).

De seguida, Rosana Albuquerque indica igualmente como consequência dessa deterioração de confiança o possível lesar de relações de amizade – anteriores à fundação de uma associação, nuns casos, e posteriores, noutros –, que saem muitas vezes feridas ou chegam, até, a um final abrupto devido a más gestões de conflito. Uma das pessoas entrevistadas pela autora, no momento em que relata um episódio no qual, depois de meses de preparação de um evento, “pelo menos três pessoas não sabiam o que se estava a passar ali” e queixando-se do facto de apenas duas pessoas organizarem os eventos, lembra o momento em que disse aos restantes membros da associação:

“É preferível que as pessoas assumam o que querem fazer porque antes de pertencerem à associação vocês são meus amigos, gosto muito de vocês, mas se as coisas

continuarem assim como estão vou perder-vos como amigos porque não gosto muito desse ambiente e vamos perder a associação, ou seja, vamos sair todos a perder” (Albuquerque, 2008: 396).

Verifica-se, assim que “vida associativa não é pautada apenas por consensos e partilha de afinidades, havendo espaço para o conflito e para a divergência”. Ainda assim, estas situações “constituem também desafios e oportunidades de aprendizagem” (Albuquerque, 2008: 396), sobretudo se os atritos foram resolvidos de forma imediata, impedindo que se agravem com o passar do tempo e reforçando “a coesão do grupo” (idem: 396-297).

No entanto, esta resolução de problemas não ocorre com a frequência desejável, uma vez que associações culturais e recreativas têm tendência para lidar mal com os conflitos, tanto os internos como os externos, o que as leva a não estabelecer normas e regras de debate e deliberação no seu seio (Viegas, 2004). Nestes casos, é contrariada a teoria de que as associações são um espaço de aprendizagem da democracia, o que nos leva a inferir mais uma vez que não basta a pertença a uma associação para que uma cidadania mais competente esteja garantida.

Com todas as incoerências e paradoxos inerentes ao associativismo que tivemos oportunidade de esmiuçar, será então este movimento assim tão preponderante para a sociedade civil? E, mesmo admitindo a sua preponderância, até que ponto a sua prossecução não será utópica? Até que ponto é possível combater os males de um sistema vivendo dentro dele sem outra alternativa? Como garantir que os mais fracos e aqueles que não possuem voz vêem os seus direitos assegurados e as suas lutas defendidas quando os protagonistas do movimento associativo – mesmo que bem intencionados – são na sua esmagadora maioria pertencentes a uma classe privilegiada ou que não prova por experiência própria o sabor da desigualdade e, no limite, da humilhação?

As respostas a estas questões não são lineares. Ainda assim, o movimento associativo tem a meu ver uma enorme preponderância na sociedade civil, uma vez que, mesmo com todas as suas imperfeições – conflitos entre colegas, participação praticamente exclusiva a uma classe privilegiada, riscos de promoção de neofascismos, etc – parece ser a via mais credível e independente para assegurar uma menor desigualdade entre os cidadãos e garantir que estes vêem muitas das falhas do sistema (nomeadamente a democracia representativa) a ser supridas ou, no mínimo, diminuídas.

É, ainda assim, evidente que o associativismo não resolve todos os problemas. Tal ideia de perfeição e de erradicação de todos os males é utópica e não deve ser, a meu ver, o principal objectivo da prática associativa. Porque caso seja esse o objectivo, então as expectativas estarão sempre demasiado elevadas e serão constantemente defraudadas, causando uma frustração desnecessária que pode, até, levar à descredibilização do próprio movimento.

Ainda assim, a utopia deve sempre estar presente no nosso pensamento, porque é através dela que se está mais perto de cumprir a plenitude dos nossos objectivos. Devemos pensar na utopia na mesma proporção com que pensamos o mundo em que vivemos e o sistema de que fazemos parte, seja ele qual for, embora haja quem afirme que a utopia se resume à luta contra o liberalismo económico. É o caso de Alcides A. Monteiro (2004a) e de Ernesto Fernandes (2002).

O primeiro destes autores destaca o conceito de “socialismo utópico” e afirma que este “é acima de tudo a contestação do liberalismo e a defesa da associação enquanto forma socializadora e de realização do bem-estar social” (Monteiro, 2004a: 102). Embora eu considere esta definição de utopia um pouco simplista, é ainda assim interessante a forma como o autor traz à discussão o “socialismo utópico”, diferenciando-o dos “socialismos reais” que tanto dano causaram durante o século XX e que não devem ser o objectivo final da crítica ao neoliberalismo.

Por sua vez, Ernesto Fernandes define a utopia desta forma:

“recusa do pensamento único (liberalismo) e da vida consentida (mercantilização), porque pretende abrir espaços de futuro ao futuro, através de um novo humanismo, que requer, simultaneamente, um novo saber-olhar (diálogo das linguagens sobre o real), um novo saber-estar (promoção de valores para o cuidado, de nós próprios, dos outros, da natureza, do futuro) e um novo saber-ser (ir em projecto, deixar-se surpreender, balizando o sacrifício/esforço pelo princípio da emoção-prazer-criação)” (Fernandes, 2002: 119).

Seguindo esta linha de pensamento, o mesmo autor escreve ainda:

“A utopia é a nossa radical condição de saber viver contra a sobrevivência breve, que a todos empobrece e que a milhões retira o direito de sobreviver (...) A utopia tem,

de facto, um inimigo: o *pensamento único*, mais único, depois da queda do Muro de Berlim em 1989.

Este “pensamento único” consequente do fim da Guerra Fria levou-nos a um conformismo atroz: o capitalismo, mais do que uma mera perspectiva económica, está hoje completamente entranhado no nosso dia-a-dia. Cabe, em grande parte, ao associativismo (democrático, excluindo-se por isso as associações de cariz neofascista) contrariar esta realidade – que levou, inclusive, a que se considere que já atingimos o último estado de evolução social e que não há outra alternativa ao sistema neoliberal vigente (Fukuyama, 1992) – através da promoção de uma maior diversidade de pontos de vista que possam ser uma alternativa ao tal “pensamento único”.

Ora, tendo em conta todas as insuficiências deste sistema, não é de todo exagerado afirmar que “a utopia é mais necessária do que nunca” e que dela precisamos “como do pão para a boca” (Santos, 2007: 41-42).

No entanto, para além de um direito, não podemos ignorar que “a utopia é também um dever” (Fernandes, 2002: 120), como muito bem apontou José Saramago aquando da cerimónia em que recebeu o Prémio Nobel da Literatura, em 1998:

“Com a mesma veemência com que reivindicamos direitos, reivindicuemos também o dever dos nossos deveres. Talvez o mundo possa tornar-se melhor”.

II- Associativismo na Freguesia de Arroios

Em 2012, foi aprovada a junção das Juntas de Freguesia dos Anjos, da Pena e de São Jorge de Arroios, que entrou em vigor no ano seguinte e deu origem à actual Junta de Freguesia de Arroios. Esta encontra-se localizada no centro de Lisboa e faz fronteira com outras seis freguesias da capital: Areeiro, Avenidas Novas, Santo António, Santa Maria Maior, São Vicente e Penha de França¹.

Entre os muitos pontos de interesse desta freguesia, destacam-se a Avenida Almirante Reis – que liga a freguesia quase de uma ponta à outra e é acompanhada pela Linha Verde do Metropolitano de Lisboa –, a Praça do Chile, o Campo Mártires da Pátria, a Biblioteca de São Lázaro (a mais antiga de Lisboa), a Praça José Fontana e, claro, a grande oferta de associações culturais e recreativas.

1- Análise demográfica

Estando o Espaço Pessoa e Companhia situado na freguesia de Arroios, importa antes de passar à análise concreta desta associação verificar algumas características demográficas desta zona do concelho de Lisboa. Para tal, irei basear-me num estudo realizado em 2017 pela própria Junta de Freguesia de Arroios, com a maioria dos dados a corresponderem ao ano do último Censo (2011).

Em 2011, residiam na freguesia de Arroios 32262 pessoas, o que correspondia a 10.87% da população total de Lisboa e nas quais se incluía 45.23% da população estrangeira do concelho. Nota-se, aqui, uma forte influência estrangeira nesta freguesia, na qual habitavam 9513 estrangeiros, o que representava 29.49% da população de Arroios, um aumento de 23.60% em relação a 2001 e que acompanha a tendência da generalidade do concelho, embora nesta freguesia o aumento tenha sido muito mais acentuado. (Oliveira, 2017: 25; 39).

¹ <https://www.lisboa.pt/municipio/freguesias>

Entre 2001 e 2011, verificou-se um aumento de imigrantes na freguesia de Arroios, de 2640 para 5016 imigrantes, justificado sobretudo pela atractividade dos preços das rendas, pela localização central desta zona em Lisboa, pela proximidade de estabelecimentos de ensino superior e pelas oportunidades de trabalho, nomeadamente no comércio (Oliveira, 2017: 47-48).

A nível de emprego, o número total de pessoas em idade activa aumentou ligeiramente neste período (0.98%), de 15949 para 16105, ao contrário do que aconteceu na globalidade do concelho de Lisboa, onde se registou um decréscimo de 4.06% (271428 em 2001, 260405 em 2011) (Oliveira, 2017: 59) .

No entanto, observou-se na freguesia de Arroios uma diminuição do número de jovens (entre os 15 e os 29 anos) em idade activa comparando com o verificado em 2001: no início do século, o número de jovens em idade activa era de 3961, enquanto em 2011 era de apenas 3413 (Oliveira, 2017: 56-57). Estes dados podem explicar-se pelo “facto de cada vez mais jovens adquirirem uma qualificação académica superior, atrasando a sua entrada no mercado de trabalho” (idem: 26). Como estudam até mais tarde, entram também mais tarde no mercado de trabalho, o que leva a uma diminuição do número de jovens em idade activa.

Por sua vez, a taxa de desemprego na freguesia de Arroios aumentou, entre 2001 e 2011, 5.26%, com o número total de desempregados a passar de 6.97% da população para 12.23% (Oliveira, 2017: 60).

Em termos de profissões predominantes, esta freguesia caracterizava-se, em 2011, pelos “especialistas das profissões intelectuais e científicas” (28.06%, enquanto em 2001 era de 19.20%) e pelo “pessoal dos serviços e vendedores” (18.93%, um aumento face aos 15.21% de 2001). Em comparação com 2001, a quantidade de trabalhadores não qualificados decresceu 5.16%, dos 13.16% para os 8.00% (Oliveira, 2017: 63).

No que diz respeito à qualificação académica da população de Arroios, o número de mulheres com o grau de ensino superior era ligeiramente superior em mais de 2% ao número de homens (27.95% e 25.74%, respectivamente), números superiores aos verificados no Censo anterior, tendo-se registado, no geral, um aumento de 10.16% em comparação com 2001. Por sua vez, o número de pessoas sem qualquer nível de

escolaridade diminuiu em 24.07% de 2001 para 2011 (2017: 26), o que poderá ser uma consequência não apenas do número de jovens qualificados provenientes de outros países como também do sistema democrático implementado em Portugal no ano de 1974, até pelo facto de a segunda qualificação académica mais frequente no caso das mulheres ser o 1º ciclo do ensino básico (Oliveira, 2017: 67), presumivelmente devido às mulheres mais velhas que não obtiveram qualificações de nível elevado durante o Estado Novo. No caso dos homens, a segunda qualificação mais elevada era, em 2011, o ensino secundário (idem).

Verifica-se, assim, em Arroios uma maior tendência para trabalhos qualificados, para uma maior formação académica e para a respectiva diminuição da taxa de analfabetismo e abandono escolar, garantindo-se, desta forma, um nível de escolaridade médio muito superior ao registado até ao início deste século (Oliveira, 2017: 69), mesmo tendo em conta o número de emigrantes sem elevados níveis de instrução.

Em relação às faixas etárias, verificou-se na freguesia de Arroios um rejuvenescimento da população, uma vez que a idade média em 2001 era de 47.01 anos e em 2011 era de 45.45 anos. Ainda assim, a média de idades continua a ser superior à generalidade do concelho de Lisboa, no qual se registou um aumento da média de idades de 44.11 para 44.44 anos (Oliveira, 2017: 36).

Resumindo esta contextualização demográfica, verifica-se que tem ocorrido na freguesia de Arroios uma tendência de aumento da imigração, que os jovens entram no mercado de trabalho mais tarde devido ao facto de estudarem mais tempo, que a taxa de desemprego aumentou entre 2001 e 2011 e que as mulheres conseguem obter hoje em dia níveis de instrução muito superiores aos de outros tempos, fruto da democratização da sociedade e das oportunidades que tiveram no pós-25 de Abril.

Feita esta breve descrição, passemos agora à caracterização de algumas associações culturais e recreativas da freguesia de Arroios.

2- Associações na Freguesia de Arroios

A freguesia de Arroios, na qual está inserida o Espaço Pessoa e Companhia, é bastante rica em termos de associações, dos mais variados tipos. Para além de associações

de idosos (como a ARPENA – Associação de Reformados Pensionistas e Idosos da Pena), associações de estudantes (Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências Médicas de Lisboa, localizada no Campo Mártires da Pátria) ou de pais/encarregados de educação (Associação de Pais e de Encarregados de Educação dos Alunos do Liceu Camões), destacam-se sobretudo as associações de cariz cultural e recreativo, que dão bastante vida nocturna à cidade de Lisboa.

Segue-se, nas próximas linhas, uma breve caracterização daquelas que melhor conheço, entre um universo de cerca de 116 associações de cariz cultural e recreativo², apoiada pelo artigo “O associativismo tem futuro”, publicado no segundo número do jornal *Arroios – O Jornal de Um Lugar Desejado*, em Julho de 2014.

2.1- Anjos 70

Gerida pelo NCR – Núcleo Recreativo do Regueirão, cuja fundação enquanto associação sem fins lucrativos remonta a 15 de Março de 2017, e situada muito perto da estação de metro dos Anjos, esta é, entre aquelas que frequento habitualmente nesta zona de Lisboa, uma das associações culturais mais activas, sendo também visível a diversidade dos seus eventos, que vão desde concertos a feiras de roupa, além de *workshops* ligados à ecologia, à antropologia e às artes plásticas, aulas de dança e eventos de expressão cultural³.

No que concerne às instalações, este espaço possui dois andares, sendo que cada um deles é bastante amplo, beneficiando assim, por exemplo, a realização das feiras de roupa, visto haver espaço para um grande número de bancas.

Nos eventos que presenciei nos Anjos 70, nomeadamente concertos, *workshops* de vermicompostagem e feiras de roupa, pude verificar que os trabalhadores e voluntários da associação recebem os seus visitantes de forma bastante inclusiva.

² <https://empresite.jornaldenegocios.pt/Sector/S94991/freguesia/ARROIOS-LISBOA/>

³ https://www.facebook.com/regueiraodosanjos/events/?ref=page_internal

Esta ideia, de resto, vai ao encontro das respostas a um pequeno e informal questionário que realizei aquando da visualização de um concerto, no qual perguntei a um número restrito de pessoas a sua avaliação sobre o funcionamento, hospitalidade, localização e preços dos Anjos 70. Se no que diz respeito aos três primeiros factores a avaliação foi unanimemente positiva, os preços praticados por esta associação surgem mesmo como o factor mais negativo do ponto de vista de quem frequenta o espaço.

Não só algumas destas actividades são pagas (o que, no fundo, não é motivo de reprovação, visto que muitos daqueles que dão os *workshops* ou as aulas fazem disto vida), como, e sobretudo, os preços praticados no bar – um café, por exemplo, custa um euro, muito acima do preço médio em Portugal – podem afastar potenciais interessados num espaço cultural que tem, sem dúvidas, muitos pontos de interesse, dada a diversidade que caracteriza os eventos ali realizados.

2.2- Bus – Paragem Cultural

Também situada nos Anjos, mais concretamente na cave do número 73 na Rua Maria, esta associação cujo espaço é mais pequeno do que o dos Anjos 70 dedica-se a “acções de formação e outros projetos artísticos com cariz literário, audiovisual, musical e teatral. Disponibiliza aulas de música, dança, capoeira e yoga, entre outras oficinas” podendo contar-se, também neste espaço, com “apresentações musicais e de teatro” (Martins, 2014: 5).

Ainda assim, apesar de toda esta diversidade, o grande chamariz do Bus – Paragem Cultural são os eventos de Cumbia⁴, que também ocorrem com muita frequência e onde a casa está sempre cheia. Durante cerca de quatro horas e de forma ininterrupta, a pista de dança é inundada por adeptos deste estilo de dança sul-americano, criando muitas vezes, até, um ambiente claustrofóbico que obriga os visitantes a irem arejar durante uns minutos.

⁴ https://www.facebook.com/BusParagemCultural/events/?ref=page_internal

A entrada nesta associação é exclusiva a sócios, mediante o pagamento de três euros à entrada e o recebimento de um papel com o número de sócio. Em caso de perda desse papel, o processo é repetido quando se volta ao espaço um dia mais tarde.

Resumindo, a associação BUS – Paragem Cultural apresenta um potencial elevado de integração social e de multiculturalidade, tendo em conta a grande diversidade de actividades, pese embora o ambiente muitas vezes claustrofóbico, que pode afastar um ou outro visitante. Ainda assim, como afirma um dos seus dirigentes, este espaço apresenta de maneira geral “um ambiente acolhedor e familiar, que faz com que as pessoas queiram voltar” (Martins, 2014: 5).

2.3- Recreativa dos Anjos (RDA – 69)

A Associação Recreativa dos Anjos (RDA – 69), situada no Regueirão dos Anjos, 69, é provavelmente a associação de cariz mais comunitário entre as que serão abordadas neste capítulo.

No que ao espaço diz respeito, a associação está localizada numa garagem, pelo que é de destacar a forma como se transformou um espaço com essas características em algo tão diferente, ficando assim evidenciado que qualquer espaço abandonado pode ser aproveitado para outros usos que não o original.

Como actividades mais proeminentes esta associação apresenta concertos, jogos de ténis de mesa, debates, exibições de filmes, aulas de Yoga, oficinas de reparação de computadores e os muito bem-sucedidos jantares de beneficência⁵.

A relação entre a associação e quem a visita é marcada pela horizontalidade, já que, por exemplo, quem frequenta este espaço com o intuito de jantar tem, no fim da refeição – cujo preço de três euros é bastante acessível –, de lavar a loiça que sujou, ao contrário do que acontece na grande maioria dos outros locais, incluindo associações recreativas, onde costuma haver pessoas específicas com essa função. A associação RDA

⁵ https://www.facebook.com/rda6949/events/?ref=page_internal

– 69 promove, pois, um serviço comunitário em que todos participam em determinada tarefa e não existem, explícita ou implicitamente, empregados nem clientes.

Além de tudo isto, esta associação possui ainda uma biblioteca⁶, no número 49 da mesma rua, na qual há acesso gratuito à Internet, exposições de índole política e, claro, livros.

A RDA – 69 é, pois, uma das associações mais peculiares desta zona de Lisboa, apresentando-se como exemplo de espírito comunitário e promovendo ao mesmo tempo a arte enquanto forma de expressão política.

2.4- Zona Franca

Situada na Rua de Moçambique, 42, esta associação é exclusiva a sócios, sendo que o valor das quotas não é fixo. Cabe, pois, a quem se inscreve fazer uma doação livre, mas consciente, tendo sempre em conta a sustentabilidade da associação.

No que diz respeito a actividades culturais, a Zona Franca promove, habitualmente, eventos cinematográficos (sobretudo documentários, a meu ver o maior motivo de interesse desta associação), debates, cafés literários e *workshops*⁷.

Além disso, é também frequente a realização de concertos, sendo de destacar o apoio prestado a bandas que estão em início de carreira e procuram um espaço onde possam apresentar o seu talento.

Como é referido no artigo do jornal *Arroios – O Jornal de Um Lugar Desejado*, “se à possibilidade de descoberta deste tipo de talentos juntarmos as instalações com uma decoração despretensiosa mas com personalidade, Internet gratuita e um bar a servir bebidas e petiscos, temos uma coletividade que se assume como uma pequena e incontornável preciosidade no roteiro sociocultural da freguesia” (Martins, 2014: 5).

⁶ <https://rda69.wordpress.com/2017/03/30/a-biblioteca-no-rda49/>

⁷ https://www.facebook.com/zonafranca.nosanjos/events/?ref=page_internal

São estas, além do Espaço Pessoa e Companhia, as associações culturais e recreativas que melhor conheço na freguesia de Arroios – nunca esquecendo que há, para além destas, dezenas de outras associações de índole semelhante. Como assíduo frequentador dos espaços em questão, deixo aqui aqueles que são, a meu ver, os aspectos mais positivos e negativos destas associações, todas diferentes entre si, mas partilhando a qualidade de “instituições com um papel essencial na vitalidade” de “uma freguesia onde o associativismo faz parte do código genético das pessoas que a vivem” (p. 1).

III- O projecto sociocultural Espaço Pessoa e Companhia

1- Origens e objectivos do EPC; órgãos sociais da LUSOFONIAS

O projecto sociocultural Espaço Pessoa e Companhia foi criado em 2013 por três antigos estudantes da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa: Hugo Duarte, Luís Cunha e Ivo Migueis. Desde então, este projecto é responsável pela gestão da LUSOFONIAS – Associação Lusófona de Arte e Cultura, fundada a 12 de Março de 1998 e sediada na Calçada de Santana, nº 177, Freguesia de Arroios, Concelho de Lisboa, à qual estes três membros já pertenciam.

Os três principais objectivos do EPC são a promoção de uma programação cultural regular, a inclusão social através da cultura e a consolidação da proximidade com o mundo académico, nomeadamente com a FLUL. Foi fruto da parceria entre estas duas instituições que, de resto, me deparei com a possibilidade de estagiar no EPC, já que era uma das opções de local de estágio na lista que me foi apresentada pelo Núcleo de Apoio ao Aluno da FLUL.

No que diz respeito aos órgãos sociais da LUSOFONIAS – Associação Lusófona de Arte e Cultura, actualmente são compostos pelos seguintes membros:

- Mesa da Assembleia Geral: Soraia Simão (Presidente), Daniel Rodrigues (Vice-Presidente) e Luísa Santos (Secretário);
- Direcção: Hugo Duarte (Presidente), Luís Cunha (Vice-Presidente) e Orlando Claro (Tesoureiro);
- Conselho Fiscal: Edite Claro (Presidente), Nuno Anacleto (1º Vogal) e Ricardo Martins (2º Vogal).

2- Actividades realizadas pelo EPC

Sendo um projecto que abrange diversos sectores da Cultura, ao mesmo tempo que alberga estagiários ligados ao mundo académico e sócios estrangeiros que, mesmo estando pouco tempo em Portugal, acabam por dinamizá-lo à sua maneira, é natural que

o tipo de actividades levadas a cabo pelo Espaço Pessoa e Companhia vá mudando com o passar do tempo.

Tal pode ser comprovado pelas diferenças nos eventos que tiveram lugar durante o meu estágio em 2017, mais focados na Literatura, na Música e no Cinema, e os eventos no final de 2014 e início de 2015, período correspondente ao estágio de Flávio Alexandre (2016) no EPC e durante o qual houve especial foco em exposições artísticas ligadas à Pintura, à Fotografia e à Culinária, embora a área da Literatura também tenha tido o devido destaque.

No que diz respeito ao período entre o final do meu estágio e os dias de hoje, o EPC manteve a diversidade de temáticas nos seus eventos, com a continuação das aulas de acroyoga e a realização de eventos como *ateliers* de expressão dramática, concertos, *workshops* de produção de pasta de dentes, *workshops* de Dança (latina e contemporânea), ciclos de Cinema, aulas de português para estrangeiros e, na área da Literatura, uma sessão de poesia em homenagem a Ruy Belo, na qual marquei presença, e que contou com um recital poético do Grupo de Jograis U-Tópico⁸.

Na sua dissertação, Flávio Alexandre faz menção à “multidisciplinaridade” que caracteriza a equipa do EPC, algo que pode ser comprovado pela variedade de temáticas dos eventos levados a cabo por este projecto. Além disso, faz também uma análise SWOT – Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats – (Alexandre, 2016: 20), ou FOFA em português – Forças, Oportunidades, Fraquezas, Ameaças – do EPC, enumerando como forças as “novas tecnologias”, a “equipa multidisciplinar”, a “oferta cultural diversificada” e a “potencialidade do nome”.

Se em relação aos três últimos factores não há muito a comentar, a colocação das novas tecnologias na categoria “forças” deve ser feita com algumas reservas, uma vez que, sendo verdade que hoje em dia o acesso a essas tecnologias é elevado, não é menos verdade que o EPC não potencializa ao máximo essa situação em seu benefício. Além disso, não se pode ignorar que ainda há muita gente sem acesso a um computador ou a um telemóvel tecnologicamente mais avançado, pelo que, se um dos objectivos do projecto é a inclusão, deve publicitar-se o EPC através de outras formas, não ignorando o óbvio potencial inerente às novas tecnologias.

⁸ https://www.facebook.com/pessoacompanhia/events/?ref=page_internal

No que diz respeito às fraquezas, Flávio Alexandre considera o “elevado número de voluntários”, a “existência de um elemento coordenador” e a “dissociação dos organismos estatais” (Alexandre, 2016: 20) pertencentes a esta categoria.

Não me parece, pelo menos no que ao meu período de estágio diz respeito, que o número de voluntários (cerca de cinco) seja exagerado, mesmo tendo em conta a existência de um único coordenador – contraste apontado como prejudicial (Alexandre, 2016: 22). Se o facto de a equipa do EPC ser multidisciplinar é uma das forças do projecto, então o número de voluntários não pode ser considerado um exagero, uma vez que essa multidisciplinaridade advém em grande parte precisamente da heterogeneidade dos voluntários que levam a cabo os eventos.

Quanto à existência de um único elemento coordenador, não só não me parece incompatível em termos funcionais com o número de voluntários, como não é, de todo, o que se verifica, pelo menos no que concerne ao tempo que estive no EPC enquanto estagiário, dado que David Kong – um voluntário bastante activo, sobretudo no que dizia respeito às aulas de acroyoga, mas não só – assumiu um papel preponderante no quotidiano do projecto – porventura por morar na rua onde está sediado o EPC –, libertando alguma carga horária que o Dr. Hugo Duarte – o tal único coordenador – pudesse ter tido anteriormente.

Assim, mesmo que no período em que o Flávio esteve no EPC o Dr. Hugo Duarte tenha sido o único coordenador, durante o meu estágio essa responsabilidade foi dividida entre vários voluntários, respeitando o mais possível a área cultural em que cada um se sentia mais confortável.

Por sua vez, a ausência de uma relação forte com organismos ligados ao Governo pode, à primeira vista, ser considerada uma fraqueza, uma vez que as receitas do EPC advêm sobretudo da venda de livros e das quotas dos sócios e uma relação estreita com organismos estatais poderia assumir-se como fonte de receita alternativa e proporcionar outro fôlego financeiro ao projecto. No entanto, os responsáveis pelo EPC parecem lidar bem com esta situação, no sentido em que, caso sentissem necessidade, já teriam optado por essa estratégia, não o tendo feito até hoje por opção, segundo o que me foi dito pelo Dr. Hugo Duarte.

Por isso, havendo a possibilidade de, no mínimo, tentar acordos com organismos estatais e escolhendo não o fazer, parece-me que se trata não de uma fraqueza mas sim de

uma mera escolha de estratégia de gestão, concluindo-se por isso que o EPC é muito pouco dependente do Estado.

Ainda no que às fraquezas do EPC diz respeito, colocaria neste grupo a sua localização, dado que o acesso é limitado, pelo menos em comparação com outros projectos associativos da freguesia de Arroios situados muito perto de estações de metro e paragens de autocarro. No caso do EPC, saindo na estação de metro do Martim Moniz ou dos Restauradores, teremos sempre que subir dezenas de escadas, dada a sua localização no topo de uma colina, relativamente longe do centro. É possível também sairmos na paragem de autocarro do Campo Mártires da Pátria, mas a sede do EPC ainda fica a cerca de quinhentos metros. A localização é, pois, um dos pontos fracos do EPC:

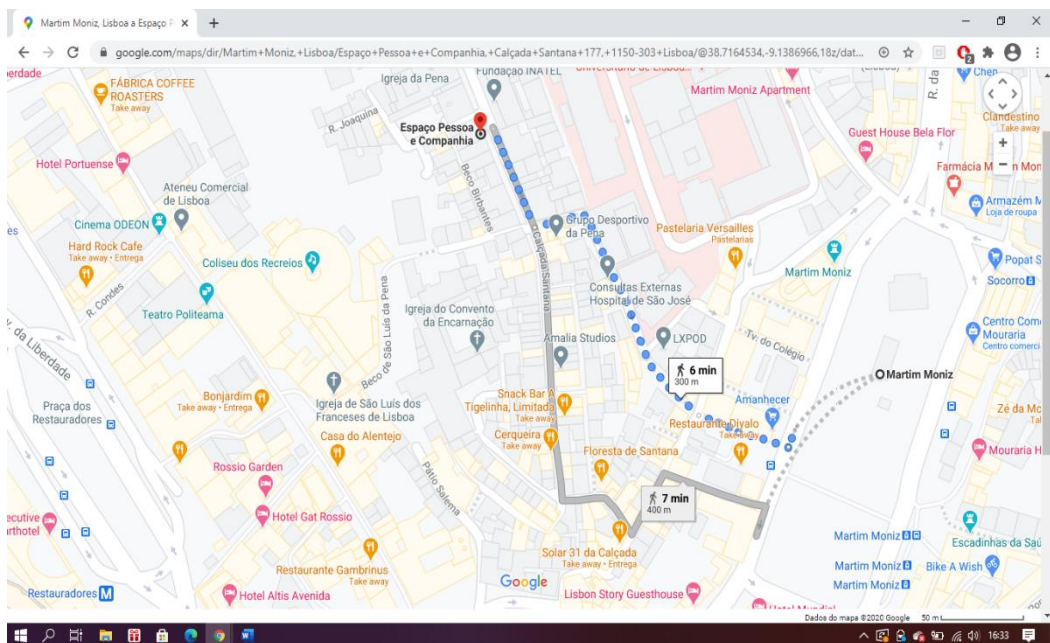


Figura 1. Localização do EPC e distância a pé a partir do Martim Moniz.

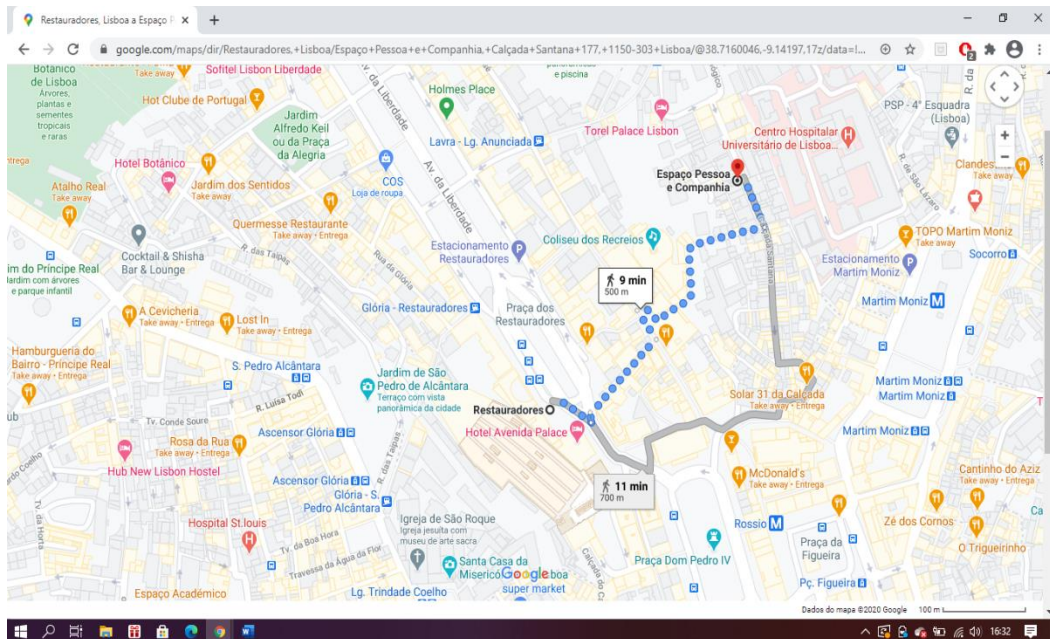


Figura 2. Localização do EPC e distância a pé a partir dos Restauradores.

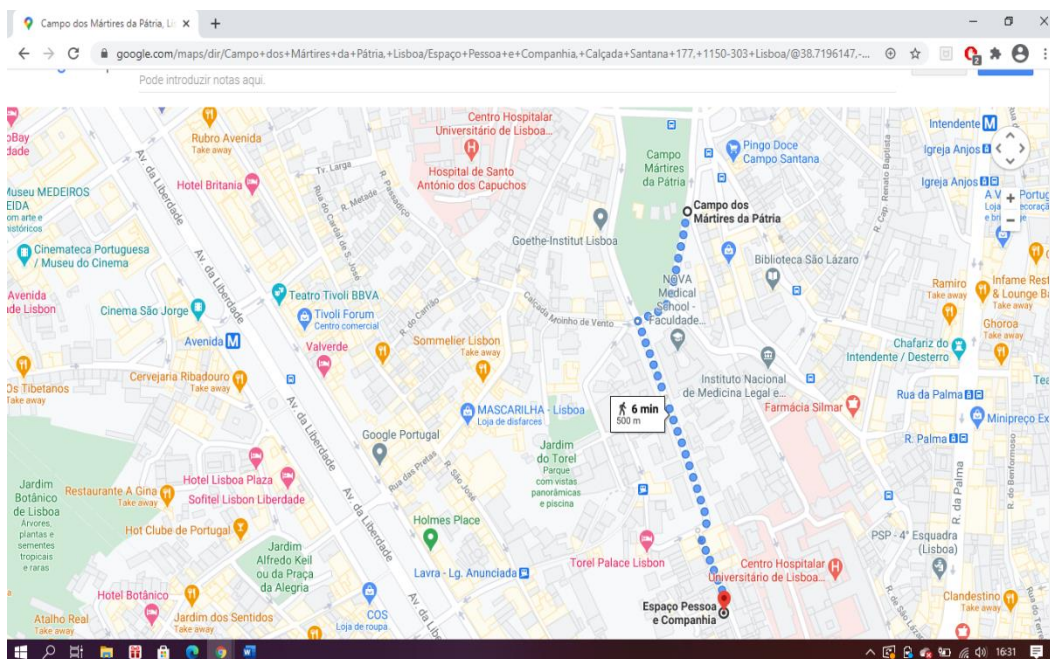


Figura 3. Localização do EPC e distância a pé a partir do Campo Mártires da Pátria.

Completa a análise interna, importa agora fazer uma análise externa, ou seja, verificar quais as oportunidades e ameaças com que o projecto se depara.

Em relação às oportunidades, julgo que seria interessante o EPC usar as suas plataformas online – nomeadamente, o Facebook – para informar os seus sócios de toda

a actividade cultural da freguesia, assumindo, de certa forma, o papel de uma espécie de “jornal cultural”; assim, quem segue o EPC poderia conhecer outras associações e vice-versa, passando a haver uma “rede de associações”, algo que poderia beneficiar os projectos culturais da freguesia de Arroios em geral e que vai ao encontro do que Flávio Alexandre propõe na sua dissertação:

“é fundamental a definição de novas linhas estratégicas de coesão com as outras entidades, como por exemplo a criação de acordos de parceria que permitirão a criação de uma rede de instituições que se auxiliem mutuamente, combatendo a escassez de capital, pois este é um problema já identificado na maioria das associações sem fins lucrativos” (Alexandre, 2016: 21).

A questão financeira reveste-se, pois, de enorme importância. As parcerias com outras associações e instituições seriam, também, uma alternativa às parcerias com organismos estatais já referidas, tendo como vantagem a preservação da independência das associações em detrimento de uma relação hierárquica com o Estado.

Por fim, Flávio Alexandre indica a “forte concorrência” da parte de outras associações”, a “escassez de capital” e a “falta de visibilidade” do EPC como ameaças exteriores ao EPC (Alexandre, 2016: 20).

A meu ver, não faz sentido atribuir às restantes associações da freguesia de Arroios o rótulo de “concorrência”, uma vez que, como já vimos, as associações mais frequentadas da região têm características e públicos-alvo que em pouco se assemelham ao EPC. A maioria das actividades promovidas por essas associações e pelo EPC são bastante diferentes – desde as temáticas ao já referido público-alvo, não esquecendo que o próprio espaço do EPC é muito mais reduzido do que, por exemplo, qualquer uma das associações que referi no capítulo anterior –, pelo que a baixa adesão que se verifica em alguns eventos deste projecto não é causada por uma “concorrência”.

Além disso, se há um objectivo que todas estas associações têm é o da inclusão social na Freguesia de Arroios, pelo que, caso essa inclusão esteja a ser conseguida pelos restantes projectos associativos, o EPC não deve ver essa situação como negativa, pois o mais importante está a ser conseguido, independentemente da associação em que tal acontece.

Por outro lado, faz sentido incluir a “falta de visibilidade” no grupo das ameaças, uma vez que, não possuindo acordos com o Estado nem com as outras associações da Freguesia de Arroios, o EPC acaba por ficar um pouco isolado, quer fisicamente – como já vimos, a sua localização não é propriamente a mais apelativa –, quer em termos funcionais, o que a longo prazo poderá, inclusive, colocar em causa a continuidade do projecto.

3- Espaço Pessoa e Companhia e inclusão social

A característica mais proeminente do Espaço Pessoa e Companhia prende-se com a forma como este serve de plataforma para que qualquer sócio possa realizar determinado evento na sua sede.

Pelo que pude registar ao longo do meu estágio em conversas com os próprios, muitos desses sócios são estrangeiros, sendo que uma grande parte deles está em Portugal de forma temporária, nomeadamente por estarem a realizar o programa Erasmus no nosso país.

Nesse sentido, pode considerar-se que o EPC contribui para a inclusão social de uma minoria de estrangeiros na freguesia de Arroios que procura um espaço onde possa concretizar os seus anseios culturais. Este papel vai ao encontro do que Gonçalo Santos (2011) afirma na sua tese, na qual escreve que neste tipo de projectos associativos “estabelecem-se relações entre as pessoas residentes e as pessoas que vêm de outros lugares e que desconhecem aquele território”, sobretudo “territórios de pequenas escalas como freguesia ou bairro” (Santos, 2011: 28-29). Também Rosana Albuquerque (2008) dá conta do papel das associações na integração social de imigrantes:

“A criação de associações como forma de os migrantes assegurarem a satisfação de necessidades sentidas nos novos espaços de residência é um fenómeno subjacente aos processos migratórios, tanto no quadro das migrações internacionais como internas” (Albuquerque, 2008: 100).

O facto de o Espaço Pessoa e Companhia permitir a qualquer sócio que realize um evento à sua escolha – desde que, obviamente, avise quem está responsável pela

calendarização das actividades e esse evento esteja de acordo com os objectivos a que o projecto se propõe – faz com que, embora não tendo um espaço que albergue uma imensidão de pessoas em simultâneo, acabe por não ser um projecto totalmente fechado dentro de si, ao mesmo tempo que incute nos seus sócios uma mentalidade activa e não passiva. De facto, “um associativismo passivo terá menos oportunidades para promover a socialização cívica, política e cultural do que um associativismo activo que envolva de forma plena todos os membros na vida da associação” (Carvalho, 2015: 11).

No entanto, essa ideia de associativismo activo cai por terra quando os sócios que comparecem nos eventos do EPC acabam por ser quase sempre os mesmos, em parte porque muitos dos sócios estrangeiros acabam por voltar ao seu país ao fim de algum tempo, sobrando um núcleo de sócios mais frequentes ao qual se juntam outro grupo de estrangeiros que irá eventualmente voltar ao seu país e assim sucessivamente.

Além disso, há uma diferença entre os sócios do EPC e os associados da LUSOFONIAS: os primeiros podem usufruir das actividades que o EPC desenvolve, mas não podem participar nas assembleias gerais da associação LUSOFONIAS, ao contrário dos segundos. Isto provoca situações em que um sócio activo do EPC acaba por não ter voto na matéria no que diz respeito aos destinos da associação cuja sede permite ao EPC desenvolver as suas actividades. Para que isso aconteça, tem de receber um convite por parte dos associados da LUSOFONIAS e a sua condição de associado tem de ser aprovada em assembleia.

Posto isto, pode considerar-se o Espaço Pessoa e Companhia como uma plataforma de relativa integração social na freguesia de Arroios, no sentido em que, não chegando à maioria dos habitantes da freguesia ou sequer à maioria dos estrangeiros que nela se encontram, acaba por responder às necessidades de certos grupos que procuram um espaço onde podem conviver e criar laços durante o pouco tempo que permanecem em Lisboa. Viegas (2004) afirma que, em teoria, as “desigualdades sociais e os fenómenos mais recentes do fluxo migratório, com origens culturais diferenciadas” (Carvalho, 2015: 15) dariam origem a conflitos sociais mais frequentes do que aqueles que, na prática, acabam por se verificar, precisamente devido ao papel que as associações como o Espaço Pessoa e Companhia assumem em termos “de integração e solidariedade social” (idem). Convém, não obstante, realçar que esta integração garantida pelo EPC é limitada a uma determinada elite cultural e não à maioria dos estrangeiros que compõem a freguesia, como veremos mais à frente.

Esta relação entre o Espaço Pessoa e Companhia e os seus sócios será aprofundada no próximo capítulo, no qual será realizada uma tipologia tanto do projecto associativo como de quem a frequenta.

4- Tipologia do Espaço Pessoa e Companhia e dos seus sócios

Neste capítulo farei a descrição do Espaço Pessoa e Companhia com base na tipologia proposta por José Manuel Leite Viegas (2004), exposta anteriormente nesta dissertação.

De acordo com este autor, existem três tipos de associações: as associações de “integração social”, as “de defesa de interesses de grupo” e as que “expressam os novos movimentos sociais”, sendo que o projecto Espaço Pessoa e Companhia (EPC) se insere no primeiro tipo.

Este tipo de associação é composto, segundo Viegas, pelas associações de “solidariedade social e religiosas”, as associações “desportivas culturais e recreativas” e as associações “de pais e moradores”, correspondendo o projecto EPC ao segundo destes três grupos.

Por sua vez, Pedro Moura Ferreira (2008) afirma que “a relação entre o envolvimento associativo, quer em intensidade (frequência) quer em duração (continuidade no tempo), e as práticas e as atitudes face à cidadania” (Ferreira, 2008: 110) são cruciais para melhor se analisar uma associação e os seus sócios.

No que diz respeito aos níveis de actividade e passividade nos destinos da associação, os sócios do EPC acabam por se encontrar na segunda categoria, uma vez que, como já referi, não são associados da LUSOFONIAS e, por isso, não podem participar nas assembleias gerais nem na forma como a associação é gerida, restando-lhes o papel de “consumidores” das actividades do projecto EPC.

Não sendo o EPC um projecto associativo de cariz desportivo, a verdade é que o facto de promover aulas de acroyoga (uma prática desportiva) faz com que muitos dos seus sócios apenas se interessem por esta sua vertente, como já referi anteriormente, o que nos remete para a diferenciação feita por Pedro Moura Ferreira entre os sócios activos

– pertencentes normalmente a uma associação não desportiva – e os passivos – que fazem parte sobretudo das associações desportivas.

Pude também registar, ao longo do meu estágio, e ainda estabelecendo uma relação com o texto de Pedro Moura Ferreira, que os sócios e visitantes do EPC são pessoas escolarizadas, com um capital social elevado e que procuram um espaço em que consigam usar o seu conhecimento para algo profícuo, ou mais que não seja para lá encontrarem pessoas que a si se assemelhem em termos de gostos e interesses.

No que concerne aos estrangeiros que frequentam o EPC, estes não pertencem, de todo, à maioria dos estrangeiros que vive na freguesia de Arroios, não só a nível académico como, até, no que às nacionalidades diz respeito. No caso dos primeiros, existe uma abundância de estrangeiros provenientes de países da Europa como Espanha, Itália e Inglaterra, entre outros, enquanto a maioria de estrangeiros residentes na freguesia que observamos nas ruas são os hoje habituais vendedores de loja, oriundos de países como Bangladesh, Paquistão ou Nepal. Em 2017, de resto, eram 92 as nacionalidades representadas na freguesia⁹, o que demonstra o carácter multicultural da mesma.

As actividades levadas a cabo pelo EPC não vão, pois, ao encontro das características da maioria da população estrangeira residente na freguesia. Um vendedor de loja oriundo do Nepal (por exemplo) e com baixos níveis de instrução não é o público-alvo do tipo de actividades que o EPC promove, como sessões de declamação de poesia ou de escrita criativa.

Estes dados coadunam-se, assim, com a teoria de que os níveis de instrução e a classe social a que uma pessoa pertence são dois factores muito relevantes na prática do associativismo. Quanto maiores os níveis destes factores, maior a probabilidade de pertença a uma associação de cariz cultural e recreativo.

Tendo sempre presente que o EPC é um projecto cultural, é de esperar que tenha sócios cujas características vão ao encontro daquelas que Pedro Moura Ferreira aponta aos associados deste tipo de associação, mais especificamente aos jovens, ou seja, os sócios do EPC “revelam-se sistematicamente mais presentes no espaço público e exibem atitudes mais consentâneas com as responsabilidades e as obrigações da cidadania” (Ferreira, 2008: 122). Tive a oportunidade de verificar isso mesmo durante as sessões de

⁹ https://www.rtp.pt/noticias/pais/arroios-um-mundo-de-92-nacionalidades_v1016765

poesia, cinema e música de índole política que tiveram lugar no EPC durante o meu estágio, nas quais os participantes evidenciaram um nível elevado de cultura geral.

Por outro lado, tendo eu ficado responsável pela inscrição de novos sócios ao longo do estágio, pude verificar que uma grande dos sócios do EPC tem como interesse principal as aulas de acroyoga, talvez porque não se encontre em Lisboa mais nenhum local em que possam desfrutar desse tipo de actividades, ou pelo menos em que o possam fazer de forma quase gratuita – a quota de sócios para seis meses é de cinco euros, para um ano é de dez euros. Ou seja, pagando cinco euros uma pessoa pode ir a todas as aulas de acroyoga e a todos os restantes eventos promovidos pelo EPC durante meio ano, salvo um ou outro evento organizado por um determinado sócio que cobre uma quantia simbólica.

No que diz respeito ao surgimento de novos associados, durante os três meses que durou o meu estágio verificou-se um aumento significativo, já que quem pretende frequentar as aulas de acroyoga tem de ser sócio do EPC e apenas a primeira aula é gratuita (ou seja, na segunda aula tem de se tornar sócio, caso ainda não o seja). É de assinalar o facto de a maioria de novos sócios durante este período de tempo serem mulheres na casa dos vinte anos (algumas com trinta e poucos), sobretudo estrangeiras, cujo principal interesse era precisamente frequentar as aulas de acroyoga.

Segundo o Doutor Hugo Duarte, o número actual de sócios é de 480, embora seja conveniente realçar que o número total está em constante mudança, o que se justifica com a quantidade elevada de sócios que pagam quotas apenas uma vez, devido ao facto de estarem interessados num evento específico e nunca mais voltarem ou de regressarem aos seus países de origem – deixando, assim, de estar activos no projecto e eventualmente de ser sócios do mesmo.

Com todo o potencial que tem – é, efectivamente, um projecto diferente dos que existem na freguesia de Arroios –, o Espaço Pessoa e Companhia pode melhorar certos aspectos, nomeadamente a forma como publicita os seus eventos nas plataformas online. Olhando, por exemplo, para a sua página de Facebook, é notório que a publicidade aos eventos é um pouco pobre, o que, tendo em conta o tal potencial que esses eventos possuem, é de lamentar.

IV- A experiência como estagiário no Espaço Pessoa e Companhia

1- Os primeiros dias

O meu primeiro contacto presencial com o Espaço Pessoa e Companhia ocorreu a 5 de Julho de 2017. Nesse dia, fui recebido pelo Presidente da Direcção da LUSOFONIAS, o Doutor Hugo Duarte, no âmbito de uma entrevista por mim solicitada com o intuito de ali realizar o meu estágio curricular.

Depois de uma agradável e tranquila conversa, ficou decidido que o meu primeiro dia de estágio seria a 4 de Setembro, com dezasseis horas e meia semanais, distribuídas equitativamente por Segundas, Quartas e Sextas-Feiras. Durante os cerca de três meses de estágio, este horário teve uma ou outra alteração, mas foi cumprido na generalidade do tempo.

Chegado o dia 4 de Setembro de 2017, fui recebido no EPC por David Kong – como já referi anteriormente, um voluntário muito presente no dia-a-dia do EPC e responsável sobretudo pelas aulas de acroyoga –, que me deu uma explicação detalhada dos procedimentos a ter em conta sempre que me deslocasse ao espaço do EPC, nomeadamente o “truque” para abrir a porta (visto que a chave que me foi atribuída não estava no melhor estado, assim como a própria fechadura), a contagem do dinheiro em caixa (à chegada e à saída), precedida pela iluminação do espaço, e a abertura da porta do pátio.

Neste dia, foi-me atribuída como primeira actividade fazer uma lista de cerca de cinquenta livros (entre todos os que estavam em exposição) para venda na banca do EPC no Festival TODOS, que decorreu poucos dias depois. Quanto ao resto da minha primeira semana de estágio, resumiu-se à venda de livros e à apresentação do espaço a quem o visitou pela primeira vez, na sua maioria estrangeiros e/ou turistas.

2- Descrição dos eventos realizados durante o estágio

Enquanto estagiário do Espaço Pessoa e Companhia, estive presente ao longo de quase três meses em seis eventos: Festival TODOS, numa sessão de filmes de animação da autoria do Quadro Vermelho, sessões de declamação de poesia e de cinema, exibição de músicas de índole política e um evento de escrita improvisada, tendo sido estes três últimos propostas minhas.

2.1- Festival TODOS

O primeiro evento em que participei enquanto estagiário foi no Festival TODOS, no dia 10 de Setembro de 2017¹⁰, Domingo, no qual estive a vender livros na banca reservada pelo EPC no Campo Mártires da Pátria, juntamente com David Kong e Luís Cunha.

O Festival TODOS, organizado pela Academia de Produtores Culturais e pela Câmara Municipal de Lisboa, ocorre anualmente, desde 2009, na cidade de Lisboa, sendo a sua localização alterada de ano para ano. O objectivo deste festival passa pela promoção da multiculturalidade existente na capital portuguesa e pela diminuição da “guetização” dos imigrantes que habitam na cidade¹¹.

No que à edição de 2017 diz ainda respeito, havia ainda no espaço do Campo Mártires da Pátria, além da banca de livros reservada ao EPC, várias bancas com diferentes tipos de oferta, sendo que a maioria estava relacionada com gastronomia. Estava a ser vendida, nessas bancas, comida dos quatro cantos do mundo, incluindo italiana, chinesa, indiana e de vários países da América do Sul, o que vai ao encontro do carácter multicultural do festival.

Além disso, por todo o jardim tiveram lugar vários espectáculos de arte contemporânea, incluindo arte urbana, peças de teatro e concertos.

¹⁰ <http://www.jfarroios.pt/portfolio/festival-todos-2017/>

¹¹ <https://www.festivaltodos.com/>

Tendo sido este o meu primeiro evento, devo destacar a forma como David Kong e Luís Cunha me colocaram à vontade e facilitaram sobremaneira a minha adaptação, assim como todas as conversas com os visitantes, sempre cheios de histórias interessantes para contar.

2.2- Sessão de filmes de animação

Também no dia 10 de Setembro teve lugar na sede do EPC uma sessão de filmes de animação levada a cabo pelo colectivo Quadro Vermelho, composto por Eliane Gordeeff e Claudio Roberto, *designers* brasileiros com Doutoramento e Mestrado em Multimédia, respectivamente, na Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa¹². Entre outros prémios, o Quadro Vermelho venceu a edição de 2015 do Festival de Cinema de Arouca na Categoria de Melhor Filme de Animação, com a curta-metragem *Life*¹³.

Esta sessão, que fez parte da programação paralela da edição de 2017 do Arroios Film Festival¹⁴, foi composta pela exibição de sete curtas-metragens: *A História da Calcinha*, *Relacionamentos*, *Lar Doce Lar*, *A Rosa*, *No Museu*, *Miudinho* e *Life*, com áudio em português do Brasil e legendadas em inglês (ao contrário dos vídeos disponíveis no YouTube que em rodapé coloco, que não estão legendados).

*A História da Calcinha*¹⁵ é a mais antiga (2001) destas sete curtas e caracteriza-se por mostrar de forma bastante original todo o passado desta peça de roupa até aos dias de hoje. Os avanços e retrocessos da igualdade de género e da emancipação feminina são os pontos fulcrais desta animação.

Em *Relacionamentos* (2003)¹⁶, podemos ver uma representação cómica dos vários tipos de relações amorosas, através de figuras com diferentes formas geométricas que, na maioria dos casos, não se conseguem encaixar, ou só o conseguem depois de sacrifícios de ambas as partes. Também figuras geometricamente iguais não “combinam”, o que

¹² <https://medium.com/quadro-vermelho-produ%C3%A7%C3%B5es/quem-somos-who-we-are-c9f4b2e77397>

¹³ <http://blogues.arouca.biz/aroucafilmfestival/2015/09/>

¹⁴ <https://www.meetup.com/pt-BR/Lisbon-Active-Social/events/243011389/>

¹⁵ <https://www.youtube.com/watch?v=uR7cZEnbzjQ>

¹⁶ <https://www.youtube.com/watch?v=F5Of9FBPcug>

pode servir para demonstrar metaforicamente que duas pessoas “iguais” nunca serão felizes e que, de facto, os opostos se atraem e completam-se entre si.

Criada em 2004, *Lar Doce Lar*¹⁷ é a maior curta-metragem de todas as exibidas nesta sessão (cerca de sete minutos). Típico prédio com moradores para todos os gostos: um casal que torna “audível” o amor que os une, um bebé que chora também muito alto, o tarado sexual, a vizinha que está sempre ao telefone a falar do que vê através da sua janela, o fã de Rock que ouve música a altos berros durante a noite, as habituais discussões entre vizinhos e até o clássico cartaz a anunciar “vende-se”. Esta é, pois, uma exímia representação daquilo que é a vida de quem mora em apartamentos.

*A Rosa*¹⁸, de 2005, é uma curta-metragem sobre como, mesmo quando tudo parece negro, é sempre possível o reflorescimento da esperança, da cor, enfim, da vida. O título desta obra é uma homenagem ao compositor Angenor de Oliveira, mais conhecido como Cartola, nos vinte e cinco anos da sua morte, e cuja canção mais bem-sucedida se chama “As Rosas Não Falam”.

Na curta-metragem *No Museu*¹⁹, a temática prende-se com as várias interpretações que uma mesma imagem – neste caso, um quadro – pode ter, assim como os estereótipos geralmente relacionados com os ingleses, franceses e brasileiros.

*Miudinho*²⁰, de 2013, é, provavelmente, a curta-metragem mais estranha ou, pelo menos, a mais diferente entre todas as exibidas. É composta, ao início, apenas por duas cores: preto e branco. Quando o ritmo da música que acompanha esta obra sobe, a curta fica mais colorida; outras cores, mais vivas, surgem na tela, assim como imagens relativas à natureza, a animais irracionais e a seres humanos, chegando depois a curta ao fim da mesma forma que começou: o ritmo da música volta a baixar e as cores exibidas voltam a ser, apenas, o preto e o branco. A interpretação que faço desta peça é a de que esta é uma representação do ciclo da vida.

¹⁷ <https://www.youtube.com/watch?v=2daKlxEozUE>

¹⁸ <https://www.youtube.com/watch?v=OLFvYxyMWQ0>

¹⁹ <https://www.youtube.com/watch?v=PKrWsDrwzK0>

²⁰ <https://www.youtube.com/watch?v=ejjQthgc3O4>

Por fim, a curta *LIFE*²¹, de 2014 e vencedora, como já referi, na Categoria de Melhor Filme de Animação no Festival de Cinema de Arouca em 2015, volta a abordar, como o próprio nome indica, a temática da vida, através de uma analogia entre os acontecimentos da vida e um jogo de futebol. Tal como nesta prática desportiva, também estamos ao longo da vida em constantes correrias, ou a querer algo que os outros também ambicionam; tal como no futebol, a vida é muitas vezes injusta, não importa o quanto tentamos algo. Tal como no futebol, também na vida caímos e voltamos a levantar-nos. E, tal como no futebol, o “jogo” (leia-se, a existência humana) continua sem nós, sendo que outros nos substituem. A meu ver, esta é a curta-metragem mais criativa e original entre todas as que foram apresentadas neste evento, já que o colectivo Quadro Vermelho utilizou um desporto bastante popular (no Brasil, claramente o mais popular) e, muitas vezes, criticado por distrair as massas daquilo que é, em teoria, o mais importante e mostrou que o futebol pode ser visto como uma representação de toda a nossa existência.

2.3- Sessão de declamação de Poesia

Neste evento realizado a 22 de Setembro²² e organizado por mim, pelo EPC e pelo grupo *Cross-cultural poetry writing and reading*, cada participante declamou um poema na sua língua materna ou numa língua que todos conhecessem, explicando-o de seguida. A minha escolha recaiu no poema “Contrariedades”, de Cesário Verde, e deveu-se ao desejo de mostrar aos participantes estrangeiros um exemplo da melhor Poesia que Portugal – e, mais concretamente, Lisboa – já teve, pondo dessa forma em prática o objectivo de incluir culturalmente aqueles que ainda não pertencem à comunidade envolvente, isto é, à freguesia de Arroios em particular e à cidade de Lisboa em geral.

Os outros países “representados” nesta sessão de declamação de poesia foram a Itália (através de um poema de Alda Merini), a França (com versos da autoria de Jean Genet), os Estados Unidos da América (com o grande Edgar Allan Poe) e o Taiwan.

²¹ <https://www.youtube.com/watch?v=hMPD9kb5PVk>

²² <https://www.facebook.com/events/518616218488258>

Em relação a este último, foi-me pedido por David Kong que traduzisse a letra de uma música escrita em chinês para português, sendo que ele me deu a letra já traduzida para inglês. No dia do evento, David leu o poema na língua original e, de seguida, li a minha tradução portuguesa para que todos os presentes entendessem a temática política desta canção: o não reconhecimento da soberania do Taiwan por parte da China. “Supreme Pain for the Tyrant”, da autoria da banda CHTHONIC, é o nome desta peça musical.

Tendo tirado uma Licenciatura em Estudos Portugueses, é de compreender que este evento tenha tido para mim um sabor especial, visto que o curso em questão é constituído maioritariamente por cadeiras de Literatura, muitas delas com foco reforçado na Poesia. Foi essa também uma das razões pelas quais resolvi declamar este poema de Cesário Verde, visto que o estudei na cadeira de Literatura Portuguesa Oitocentista e estudar a obra cesariana foi um dos maiores prazeres que já tive em termos académicos.

2.4- Exibição de músicas de índole política

No feriado de 5 de Outubro, o EPC, o grupo *Lisbon Polyglots* e o grupo *My Invisible City* realizaram um evento denominado “Songs that shaped the dreams of entire generations”²³, em que cada participante deu a conhecer uma música que marcou de forma indelével o seu país – ou não fosse esta a data da Implantação da República em Portugal.

Mais uma vez, tal como no caso de Cesário Verde, escolhi uma obra bastante familiar entre os portugueses mas cuja existência os estrangeiros desconheciam: “Os Vampiros”, do saudoso Zeca Afonso. Quando chegou a altura de justificar a minha escolha, expliquei aos restantes participantes (na sua maioria estrangeiros) a importância que Zeca Afonso teve em termos de música de intervenção nas décadas de 70 e 80. Uma visitante portuguesa completou a minha explicação referindo que esteve presente no último concerto que o cantor deu e que o seu estado era lastimável, lamentando-se também por ele ter dado tanto a Portugal e nos seus últimos tempos de vida não ter sido devidamente apoiado, nomeadamente pelo Estado.

²³ <https://www.facebook.com/events/313915509083369>

Outra música portuguesa escolhida por um dos participantes foi a “Movimento Perpétuo Associativo”, dos Deolinda, cuja letra se caracteriza por ser uma crítica ao comodismo verificado na geração actual em Portugal, como é de resto apanágio desta banda.

Pudemos ainda, neste evento, ouvir músicas oriundas de mais quatro regiões: Rússia, Arábia, Taiwan e Itália.

No caso da Rússia, a canção escolhida pela Ksenia Ashrafullina – uma poliglota que já tinha colaborado anteriormente com o EPC – foi a “Трава у дома” (“Trava u doma” no nosso alfabeto, “A relva à volta de nossa casa” em português, sendo esta tradução da minha autoria). A Ksenia justificou a sua escolha com o facto de os seus pais terem dançado esta canção no dia em que se conheceram, o que, entende-se, faz com que tenha com ela criado uma ligação emocional.

Quanto à canção taiwanesa, David Kong escolheu a mesma que já havia declamado no evento dedicado à Poesia: “Supreme Pain for the Tyrant”, dos CHTHONIC.

Por fim, a música italiana escolhida para este evento foi a icónica “Bella Ciao”, de origem anónima, que se tornou um símbolo da luta comunista, anarquista, operária e de movimentos de Resistência, durante o século XX e até aos dias de hoje.

2.5- Sessão de cinema

No dia 27 de Outubro, foi exibido no EPC o filme *Demonlover*²⁴, realizado por Olivier Assayas e estreado em 2002, no Festival de Cannes. Foi o único evento realizado no pátio exterior da sede enquanto estive a estagiar no EPC.

Este filme aborda o negócio da pornografia em animé e, sobretudo, a aceitação da violência como parte do quotidiano. Não há heróis nem vilões declarados, sendo que todas as personagens têm as suas razões para praticar acções criticáveis do ponto de vista moral e, também, para se sentirem vitimizadas. Este é, a meu ver, um aspecto bastante

²⁴ <https://www.facebook.com/events/293491171166260>

interessante do filme, visto que o torna mais realista, tendo em conta a complexidade da vida real, onde não há heróis nem vilões na esmagadora maioria do tempo e das situações.

De facto, umas das principais características desta peça cinematográfica é a total ausência de moralidade nas atitudes das personagens, o que nos leva a questionar se a forma amoral como esta indústria é representada pode ser vista como uma metáfora para algo que acontece hoje em dia e já era uma realidade em 2002: no mundo empresarial, o que interessa é o negócio e a parte humana é vista como o aspecto menos importante nos negócios que envolvem grandes corporações.

Demonlover faz parte do movimento *neo-noir*, composto por filmes contemporâneos de estilo *noir*, sendo este caracterizado pelo constante contraste entre luz e sombras, temas como a vingança, violência ou paranóia e, como já foi referido em cima, pelo esbatimento das fronteiras entre o bem e o mal e entre o certo e o errado.

2.6- Exercício de escrita improvisada

A 24 de Novembro de 2017, no meu último dia de estágio, o EPC acolheu este evento²⁵ por mim sugerido. O exercício em questão consistia na escrita, da parte de uma pessoa, do meio de uma história, sendo que a pessoa à sua direita iria de seguida escrever o final dessa história sem ler o que a outra tinha escrito e a pessoa à direita desta última escreveria o início da história, nos mesmos moldes. No final, cada pessoa leria em voz alta o resultado final de cada história.

Como é óbvio, não se pretendia aqui uma narrativa coerente, algo que seria impossível tendo em conta o que se escrevia sem saber o que a pessoa anterior havia escrito. O objectivo, quando sugeri este evento, era, por um lado, estreitar laços entre os sócios que não se conheciam tão bem fruto das gargalhadas pela actividade provocadas, e, por outro, demonstrar de forma metafórica a importância de sabermos a nossa História, uma vez que, não tendo conhecimento do passado, mais dificilmente podemos analisar o presente (meio da narrativa) e o futuro.

²⁵ <https://www.facebook.com/events/306482749852429/>

Ambos os objectivos foram alcançados, já que no caso do segundo houve quem tivesse entendido de imediato a intenção do exercício aquando da discussão em grupo e, no que toca ao primeiro, o facto de termos ido todos jantar juntos a seguir à actividade demonstra que os laços foram criados e/ou estreitados.

2.7- Aulas de Acroyoga

As aulas de acroyoga, gratuitas para os sócios, são um aspecto diferenciador do EPC comparando com as outras associações culturais de Lisboa. Não só é uma actividade pouco comum no nosso país, como é praticamente oferecida – basta os sócios terem as quotas em dia e as aulas não são pagas, sendo que um não-sócio pode experimentar uma aula de forma gratuita. Ou seja, qualquer pessoa, por menos abastada que seja, tem a possibilidade de frequentar estas aulas.

O objectivo desta prática, além do relaxamento que dela advém e da conexão que sentimos com o nosso corpo, passa pelo aumento da confiança no Outro, uma vez que o acroyoga, sendo praticado em grupo, exige por exemplo que quem faz de base tenha de erguer outra pessoa, que por sua vez não tem nenhum membro em contacto com o chão e tem, por isso, de confiar em quem a está a segurar. Quanto mais pessoas estiverem a fazer determinada pose, mais complexa esta se torna, pelo que a confiança no Outro tem de ser ainda maior.

Pessoalmente, experimentei este tipo de actividade uma vez, aproveitando uma aula especificamente direccionada para principiantes – geralmente, o nível das aulas é um pouco mais avançado. Foi uma experiência bastante positiva, sobretudo porque esta não é, de todo, uma área que eu domino. Mas fazer parte de uma associação também é isto: sair da nossa zona de conforto, explorar culturas diferentes e experienciar novas formas de arte.

Ainda no que toca a estas aulas, realço o exemplar trabalho promovido por David Kong e por Luís Cunha – os membros que, durante o meu estágio, mais força faziam para que as aulas se realizassem e que encontraram no EPC uma plataforma para praticarem esta actividade – na organização, no agendamento e no próprio leccionamento das mesmas, de forma tão regular – em condições normais (ou seja, quando as condições meteorológicas o permitem), o EPC promove aulas de acroyoga duas vezes por semana, quer na sua sede, quer no Campo Mártires da Pátria.

2.8- Toastmasters

Outro dos pontos de interesse do EPC durante o meu estágio foram as sessões de Toastmasters, que decorreram no espaço da LUSOFONIAS nas primeira e terceira Sextas-Feiras de cada mês.

A Toastmasters International²⁶ é uma organização internacional sem fins lucrativos cujo objectivo é servir como plataforma para o melhoramento das capacidades oratórias de todos aqueles que se inscrevam neste clube. Essa inscrição está dependente do pagamento, por cada participante, de quinze euros iniciais, aos quais se juntam sessenta euros por semestre, e apenas pode ser feita por maiores de dezoito anos.

Uma sessão de Toastmasters está dividida em três partes: na primeira, têm lugar os discursos preparados (com um máximo de cinco minutos) pelos participantes que serão avaliados mais tarde, tendo os discursos cinco níveis diferentes, com o grau de exigência maior a chegar no nível 5; na segunda, há espaço para discursos improvisados (com um máximo de dois minutos, trinta segundos para pensar no tema proposto e um minuto e meio para discursar), nos quais qualquer um pode participar, inclusive aqueles que estão apenas a assistir à sessão, sendo depois ajuizados pelo Avaliador dos Discursos de Improviso; na terceira e última parte toda a sessão o avaliador geral²⁷ aprecia tanto os oradores²⁸ como os respectivos avaliadores²⁹, assim como aqueles que participam nos discursos improvisados, o *Timekeeper*³⁰, o *Grammarian*³¹, o *Ah-Counter*³², o Avaliador dos Discursos de Improviso³³ e o responsável pela escolha do tema dos discursos de improviso³⁴. A avaliação geral da sessão é feita por um responsável exterior ao EPC e ligado ao Toastmasters.

Durante o meu estágio, ocorreram seis sessões de Toastmasters, nos dias 15 e 29 de Setembro, 6 e 20 de Outubro e 3 e 17 de Novembro, tendo eu assistido a quatro e preparado a logística de todas elas. Participei duas vezes em discursos improvisados e

²⁶ <https://www.toastmasters.org/>

²⁷ <https://tmclub.eu/portal.php?page=6706&sid=5540ddf28a71128930d2955f8e82500d>

²⁸ <https://tmclub.eu/portal.php?page=6708&sid=5540ddf28a71128930d2955f8e82500d>

²⁹ <https://tmclub.eu/portal.php?page=6705&sid=5540ddf28a71128930d2955f8e82500d>

³⁰ <https://tmclub.eu/portal.php?page=6701&sid=5540ddf28a71128930d2955f8e82500d>

³¹ <https://tmclub.eu/portal.php?page=6702&sid=5540ddf28a71128930d2955f8e82500d>

³² <https://tmclub.eu/portal.php?page=6699&sid=5540ddf28a71128930d2955f8e82500d>

³³ <https://tmclub.eu/portal.php?page=6707&sid=5540ddf28a71128930d2955f8e82500d>

³⁴ <https://tmclub.eu/portal.php?page=6704&sid=5540ddf28a71128930d2955f8e82500d>

posso atestar que não é, de todo, a situação mais confortável para quem não costuma discursar em público, sobretudo para desconhecidos.

O número de participantes variou de sessão para sessão, uma vez que estava dependente do número de oradores e respectivos orientadores, não tendo nunca sido menor do que oito e maior do que dezasseis, contando com o público-geral e atendendo a que, por vezes, houve quem acumulasse funções – por exemplo, o avaliador de um discurso podia também ser o *Timekeeper* da sessão.

Entretanto, o EPC deixou de receber estas sessões, visto que, de acordo com Ricardo Martins, 2º Vogal do Conselho Fiscal, e Soraia Simão, Presidente da Mesa da Assembleia-Geral, com o passar do tempo começou a haver cada vez mais gente a faltar, por razões pessoais e profissionais, sendo que nas últimas sessões já havia quem acumulasse três ou quatro funções e outras foram mesmo canceladas por insuficiência de participantes. Como consequência, o EPC optou por não renovar a inscrição (anual), até porque as sessões de Toastmasters são realizadas em vários locais e não existe carácter vinculativo a nenhum deles em particular.

2.9- Análise geral dos eventos

Numa análise geral destes eventos, pude constatar que em todos os visitantes foram recebidos de forma naturalmente acolhedora e inclusiva, mesmo aqueles que entraram no EPC pela primeira vez e que, por isso, podiam ficar mais à parte em comparação com os visitantes já familiarizados com o projecto.

O lado mais negativo destes eventos foi, a meu ver, a pouca afluência aos mesmos. Poderá argumentar-se, é verdade, que o espaço em si é demasiado pequeno para receber um grande aglomerado de pessoas. No entanto, o número de participantes em alguns dos eventos que presenciei foi demasiado reduzido, o que se pode explicar pela insuficiente divulgação das actividades, sobretudo no Facebook, onde é cada vez mais importante uma publicitação criativa e frequente. Ainda assim, não posso deixar de constatar que, nos meses que se seguiram ao meu estágio, a divulgação *online* dos eventos registou algumas melhorias, embora desconheça se essa melhoria se tem reflectido no número de participantes nos eventos.

Se avaliarmos os eventos como um todo, o balanço tem de ser bastante positivo. Independentemente do tal número reduzido de participantes, todos os eventos culturais valem a pena, mais que não seja porque haverá sempre alguém que aprenderá algo novo ou ganhará interesse por uma temática que até aí não lhe tenha despertado especial curiosidade.

Pessoalmente, não sabia nada sobre o tipo de filmes *neo-noir*, mas o facto de participar nesta sessão de cinema no EPC fez com que fosse pesquisar mais sobre esse assunto e adquirisse conhecimento sobre o mesmo.

Ainda na vertente cinematográfica, fiquei positivamente surpreendido com as curtas-metragens exibidas pelo colectivo Quadro Vermelho, já que ainda não tinha tido muito contacto com o cinema brasileiro. A curta “Life” foi a que mais me agradou, não só pela criatividade demonstrada, como também pelo facto de, como adepto de futebol, ser sensível à forma como o meio intelectual critica amiúde quem tanto gosta de um desporto “alienador de massas”. Esta curta mostra que esse argumento não é assim tão linear e que se pode incorporar um desporto ligado ao Povo no meio cultural sem que alguém esteja a sofrer uma lavagem cerebral.

Experiências como as aulas de acroyoga ou as sessões de Toastmasters ajudaram-me, e muito, a estar mais à vontade para confiar naqueles que me rodeiam e para falar em público com pessoas desconhecidas e mais experientes neste tipo de ocasiões do que eu.

Por fim, as sessões de Poesia e de música de intervenção foram aquelas que mais me disseram a nível emocional, já que estas são as duas maiores paixões que eu tenho. Ter tido a oportunidade de, num estágio de três meses, participar em eventos deste género deu-me um enorme prazer, até porque, além do facto de estar à vontade com os temas em questão, tive ainda a oportunidade de ganhar contacto com poemas e canções que desconhecia e que me abriram novos horizontes em relação a conflitos políticos de áreas do mundo das quais normalmente não ouvimos falar – como o conflito entre a China e o Taiwan.

VI- A experiência como membro da Associação Desassociada

Como já referi anteriormente, o facto de em 2016 ter iniciado em Cascais um projecto associativo – a Associação Desassociada³⁵ – contribuiu sobremaneira para a minha escolha de tema do Relatório de Estágio.

Desde Outubro de 2016, foram realizadas dezenas de eventos na área de Cascais, algo que, no entender dos fundadores da associação, era prioritário, devido à ausência de actividade cultural acessível a todos numa das vilas de Portugal mais visitadas em termos turísticos, umas das razões, aliás, pelas quais nos últimos anos se tem dado prioridade aos interesses financeiros de investidores estrangeiros em detrimento dos habitantes locais.

Assim, a Desassociada tem como um dos seus objectivos integrar os jovens que, devido à escassez de oferta cultural não-elitista na sua Vila, são obrigados a “fugir” para outras zonas do concelho, como a Parede, ou para Lisboa, além de tentar proporcionar pontos de encontro aos mais velhos, já que também estes são esquecidos pelo poder local.

Nesse sentido, concretizámos ao longo deste tempo alguns eventos culturais cujo intento era precisamente dar vida a Cascais. No que toca aos jovens, um evento como “A Cena Local” apresentou-se como o espaço perfeito para a comunhão entre pessoas desta faixa etária que se interessassem por qualquer tipo de arte. O conceito destas noites mensais passava por abrir o palco do Stairway (o bar que nos convidou para fazer uma parceria) a qualquer artista da Linha de Cascais – salvo raras excepções em que participaram artistas de Lisboa, como por exemplo a Inoportuna – Tuna Académica a Faculdade de Letras – que quisesse expôr o seu talento, sob inscrição prévia através de um formulário.

Desta forma, cumprimos um dos nossos principais objectivos: proporcionar a quem quer um espaço para promover a sua arte mas, normalmente, tem de pagar uma exorbitância de dinheiro uma forma de o fazerem gratuitamente – e até sendo pagos por isso, pois uma parte do lucro do bar e do dinheiro doado à associação era-lhes direccionado.

³⁵ <https://www.facebook.com/desassociada>

Além deste evento mensal, já promovemos igualmente a prática desportiva através de um torneio de Futebol de Praia e de um torneio nocturno de Voleibol, na Praia da Conceição e na Praia da Ribeira, respectivamente, ambas em Cascais.

No que toca a eventos que incluem pessoas mais idosas, a Desassociada já realizou quatro eventos na Sociedade Musical Sportiva Alvidense (SMSA): duas celebrações do 25 de Abril, em 2018 e 2019, sendo que esta última coincidiu com uma série de eventos realizados no âmbito das celebrações do centésimo aniversário desta musical; uma noite dedicada à música, em Setembro de 2018; e a “Cena Local”, em Setembro de 2019, evento que incidiu nas várias formas de arte realizadas por artistas independentes e da zona de Cascais.

Sendo esta uma Sociedade localizada numa zona relativamente desfavorecida de Cascais e frequentada praticamente apenas por pessoas de uma faixa etária mais velha, pretendemos com estes eventos mudar um pouco esse paradigma.

O projecto mais arrojado e ambicioso que temos em mãos, ainda assim, começou em Abril de 2018, altura em que começámos do zero uma horta comunitária no espaço de uma outra há dois anos abandonada, na Amoreira (Estoril). Trata-se claramente de um projecto a longo prazo, cujo objectivo, para além da óbvia produção de alimento, passa por apresentar formas alternativas de agricultura, com o principal foco a ser a produção o mais biológica possível e a redução do consumo de alimentos comprados em grandes superfícies comerciais.

Outro objectivo deste projecto passa por alertar a comunidade envolvente de que é possível viver de uma forma diferente daquela a que nos habituámos em ambientes citadinos, nos quais nos submetemos às leis do mercado e não encontramos qualquer alternativa àquilo que compramos nos supermercados, não raras vezes sem questionarmos o que está à nossa frente e a proveniência dos produtos que nos são vendidos.

Para que este projecto siga para a frente, é fundamental o carácter voluntarista dos seus membros, que amiúde abdicam de um dia de descanso das suas actividades profissionais e se dedicam arduamente à horta. Tudo isto vai ao encontro das palavras de Elísio Estanque (2006), que afirma:

“A construção de alternativas direccionadas para tornar mais efectivo o exercício da cidadania, e consequentemente revitalizar a vida democrática do país, tem de passar

pelo idealismo voluntarista, sem o qual não é possível exercer pressão sobre as instituições e os governos e ao mesmo tempo abrir novos horizontes de cariz emancipatório. Há um vasto conjunto de exemplos, sobretudo de âmbito local e regional, construídos sob lógicas comunitárias e mecanismos participativos alternativos (...) que vêm demonstrando, em diversas regiões do mundo, que a tecnocracia, o mercantilismo, a competição selvagem, a privatização dos serviços públicos, a submissão ao consumismo alienante não são uma fatalidade inelutável” (Estanque, 2006: 21-22).

Em termos sociais, a existência de uma associação deste tipo ajuda também a que sejam desconstruídos certos estereótipos. No caso dos jovens cascalenses, a quem é associada uma imagem de desinteresse pela Cultura, reveste-se de especial importância a existência de uma associação deste género, uma vez que, através dos eventos por esta promovidos, fica provado que tal estereótipo não corresponde totalmente à realidade, embora seja um facto que o interesse por este tipo de eventos podia e devia ser maior.

É também um dos objectivos da associação fomentar nos jovens (sobretudo, mas não só) uma maior consciencialização política. Nesse sentido, estamos atentos ao que vai acontecendo em termos de manifestações, não só no Concelho de Cascais, como também em Lisboa.

No dia 19 de Março de 2018, foi realizada, em Lisboa, uma vigília em homenagem a Marielle Franco - vereadora brasileira acérrima defensora dos direitos LGBT e profunda crítica da Polícia Militar -, assassinada na semana anterior no Rio de Janeiro. A Desassociada esteve presente nessa ocasião, não só pelo óbvio repúdio que toda a situação causou, como também pelo facto de termos membros brasileiros, o que tornou ainda mais difícil que ficássemos indiferentes àquela situação.

Tendo sempre presente a ideia de que “as estruturas associativas surgem (...) conotadas com o sentido de espaços de construção reflexiva de identidades individuais, de recomposição de laços sociais na interacção comunicativa e de significados com terceiros” (Monteiro, 2004b: 147), uma associação deste género possui, pois, este lado agregador, em que um indivíduo encontra num grupo de pessoas oriundas de outro país uma causa igual à sua, tornando-se mais fácil defender aquilo em que acredita, pois não se sente sozinho, vendo fortalecido, conseqüentemente, o seu “sentimento de pertença”, fundamental em qualquer comunidade, pois é essa identificação social que a distingue das outras comunidades” (Carvalho, 2015: 18; Peralta e Anico, 2006).

Dois dias antes da vigília supracitada, estivemos igualmente presentes numa manifestação contra a construção de condomínios na Quinta dos Ingleses, em Carcavelos, devido às nefastas consequências ecológicas que tal obra acarreta naquela zona, nomeadamente pelo risco de desaparecimento da Praia de Carcavelos e pela devastação do pinhal que envolve a quinta.

Para além destas duas manifestações, estivemos ainda presentes noutras duas: a 13 de Março, numa manifestação em frente à Embaixada de Espanha em Lisboa, em defesa da libertação dos presos políticos na Catalunha; a 24 de Maio, numa manifestação a favor da causa palestiniana, cujo objectivo foi repudiar os actos de Israel na Faixa de Gaza e o apoio prestado pelos Estados Unidos da América aos israelitas.

Pertencer a uma associação aumenta, pois, o interesse por assuntos políticos e problemas da esfera social, tal como, de resto, afirma Sigrid Robteutscher (2000):

“os membros das associações são ‘melhores’ democratas, têm mais informação sobre política, demonstram um maior interesse pelos assuntos públicos e são politicamente activos a nível mais elevado” (Robteutscher, 2000: 242).

Há, porém, adversidades a ter em conta. Tal como acontece no EPC, verifica-se nos eventos da Desassociada uma baixa adesão, justificada, em parte, pelo também baixo índice de politização da população cascalense – o que não ajuda à desconstrução do tal preconceito acima mencionado – e, como é óbvio, pelos próprios ideais da associação, nada condizentes com o de uma vila historicamente conservadora e, em termos político-partidários, de direita – desde o início deste século, a coligação PSD/CDS conseguiu sempre a maioria absoluta nas eleições autárquicas^{36 37 38 39 40} –, embora não se deva ignorar que Cascais não se resume à elite que habita na Quinta da Marinha e tem, também, bairros que reflectem as desigualdades sociais existentes na vila mas cujos habitantes não são suficientemente politizados nem se interessam pelo associativismo cultural, pelo que também essa camada da população não marca presença nos eventos.

³⁶ https://www.eleicoes.mai.gov.pt/autarquicas2001/D110000/C110500/110500_CM.html

³⁷ <https://www.eleicoes.mai.gov.pt/Autarquicas2005/CM/D11/C05.html>

³⁸ <https://www.eleicoes.mai.gov.pt/autarquicas2009/#%00>

³⁹ <https://www.eleicoes.mai.gov.pt/autarquicas2013/#%00>

⁴⁰ <https://www.eleicoes.mai.gov.pt/autarquicas2017/index.html#%00>

Assim, apenas uma minoria da população local se revê nos ideais da associação – não obstante alguns eventos terem tido muita gente presente, o que é normal quando ainda existe uma certa novidade nas actividades realizadas. A maioria desses eventos teve a presença de pessoas oriundas de outras localidades, como Oeiras ou Lisboa, que se revêem nos tais ideais. Com o passar do tempo, como é natural, a distância e tudo o que isso implica em termos de transportes e tempo despendido acaba por tornar cada vez mais rara a presença dessas pessoas, sobrando, pois, a tal população mais próxima localmente mas mais distante ideologicamente.

Uma associação cujos ideais não vão ao encontro dos da maioria da população envolvente – por mais que promova a inclusão daqueles que poderão pensar de uma forma diferente – arrisca-se a não ter um impacto duradouro no que ao número de participantes diz respeito, uma vez que a participação neste tipo de eventos “depende de questões identitárias, que se fundam na interiorização de uma determinada ideia/imagem e sentido de pertença face às organizações existentes no território” (Cristóvão e Miranda, 2006: 43).

Além disso, como refere Mancur Olsson (1998), citado por Alcides A. Monteiro (2004a), mesmo “quando uma organização defende interesses muito concretos e lhe é reconhecida eficácia e utilidade, nem sempre a obtenção de adesões se torna fácil e natural”, tendo em conta que “o sucesso na mobilização não reside na natureza dos interesses em causa nem no carácter que toma a acção mas, sim, no modo como a organização estrategicamente estrutura um sistema de oportunidades (sanções ou incentivos) que favorecem a participação”. Resumindo, “a acção colectiva organiza-se em torno da utilidade que revela para os seus membros” (Monteiro, 2004a: 120-121), pelo que os eventos levados a cabo pela Desassociada acabam por não ser vistos como úteis pela maioria da população de Cascais, que não vê na associação nenhum incentivo nem oportunidades para ganharem algo.

Uma comunidade caracteriza-se pelos eventos nela realizados e pelo modo de vida dos seus membros, nomeadamente no que concerne ao tipo de alimentação, de vestuário, às suas festas e à acção dos seus membros (Mendes, 2009, p. 53). Ora, se em Cascais a maioria da população que marca presença em eventos culturais tem tendência para frequentar aqueles que estão ligados a uma certa elite económica e social, não questiona o tipo de alimentação a que tem acesso e veste-se de uma forma tão diferente à dos

membros de uma associação focada em questões políticas e que questiona as decisões do poder local, não é de esperar que a Desassociada chegue a um número significativo de pessoas – tal como o EPC, embora por razões aparentemente distintas –, não podendo os seus membros ver tal situação como negativa, visto que há sempre uma minoria que se identifica com os seus ideais e modo de vida e que também merece ser representada associativamente.

Considerações finais

Serviu esta dissertação para mostrar que o associativismo não só é importante para a existência de uma sociedade democrática, como também “uma garantia da liberdade” (Santos, 2011: 14) do ser humano.

Além disso, estes capítulos tentam apelar a uma mentalidade congregadora, baseada na priorização do interesse colectivo em detrimento do individual e que contribua para “uma cidadania que seja simultaneamente social e política”, através, em grande parte, da democracia participativa e da prossecução de um “radicalismo reformista e transformador das instituições e da sociedade” (Estanque, 2006: 8), sustentado pela participação e mobilização dos cidadãos e consolidado “a partir de uma articulação entre relações plurais de tipo comunitário, de sociabilidade, com componentes de um contrato social mais institucional e abstracto” (Monteiro, 2004a: 117).

Há que ter, ainda assim, bem presente a ideia de que o movimento associativo, pese embora todo o seu potencial emancipador, está também repleto de desafios e assumi-lo é o primeiro passo para os superar. As associações, embora possam para tal concorrer, não promovem por si só a democracia: não podemos ignorar a existência de associações de carácter estritamente identitário, localistas ou de reforço de determinados poderes, características que, à partida, promovem a exclusão e não a inclusão social.

Numa época em que grande parte das associações culturais assumem um carácter de prestação de serviços, retardando dessa forma uma “cultura emancipatória” e reproduzindo “a mentalidade consumista” que vem caracterizando o século XXI, apresenta-se como crucial a aposta “em projectos que cultivem o diálogo intergeracional e a interculturalidade, contrariando a cultura desumana da discriminação (novos/velhos, nacionais/estrangeiros, normais/ anormais, natureza/cultura, ...), do individualismo e do antropocentrismo” (Fernandes, 2002: 114).

Outro desafio inerente ao movimento associativo prende-se com o papel amiúde limitador do Estado, justificado por supostas ajudas que mais não são do que um controlo das actividades das associações. De facto, as entidades públicas, ao invés de realizarem “tarefas de interesse comum”, incluindo as “do domínio da acção social e da cultura”, preferem deixá-las nas mãos das associações, apoiando-as “legislativa, técnica e financeiramente” (Freire, 2006: 22). O problema está na tenuidade da fronteira entre os

apoios sem segundas intenções à prática do associativismo e os apoios cujo intento é usar as associações como forma de propaganda do próprio Estado ou, até, como substitutas deste último.

Além do Estado – é preciso ter sempre presente que, nos socialismos reais, não há liberdade de associação –, também o Mercado e o sistema capitalista aparecem como ameaças ao associativismo, assim como uma das razões principais para a existência deste movimento, no sentido em que não só “o capital tende a apropriar-se de modo autodestrutivo, tanto da força do trabalho, como do espaço da natureza e do meio ambiente em geral” (Santos, 2007: 43), Além disso, acrescentaria eu, o funcionamento das associações é também afectado pela mentalidade consumista e individualista já anteriormente referida.

Também foi aqui referida a forma como a presença praticamente exclusiva da classe média no movimento associativo transforma num paradoxo as próprias ambições do associativismo.

De facto, os membros de associações pertencem quase sempre a uma classe social privilegiada, o que faz com que não representem os cidadãos das classes mais baixas, produzindo, mesmo que inconscientemente e sem intenção, novas formas de desigualdade. Ainda assim, não se pode ignorar que as associações têm potencial para reduzir algumas formas de desigualdade e permitir aos mais desfavorecidos uma plataforma para se exprimirem (Badescu e Neller, 2007: 158), pelo que o problema não está na presença da classe média mas sim na quase total ausência das classes mais baixas no movimento associativo.

No que diz respeito ao caso específico do EPC, este estudo conclui que este projecto associativo, não sendo político, cumpre o seu papel de agente de integração social de uma minoria muito específica da população de Arroios, nomeadamente os sócios estrangeiros, de classe média e com níveis académicos superiores que procuram nesta zona de Lisboa um espaço de convívio e onde se sintam envolvidos nas actividades levadas a cabo na cidade. Uma minoria elitista, não no sentido pejorativo do termo, mas sim tendo em conta as características da maioria da população estrangeira que habita em Arroios e que não corresponde, de todo, ao público-alvo do EPC.

Ademais, este projecto está um pouco isolado das restantes associações da freguesia de Arroios, não apenas geograficamente mas também, e sobretudo, no tipo de

eventos que promove, o que não é um factor necessariamente negativo dada a diversidade que oferece ao movimento associativo na região. Contudo, não deixa de ser aconselhável uma maior ligação e mais parcerias com outras associações, de modo a reforçar o papel e a importância do movimento enquanto garantia de integração social.

De resto, os eventos do EPC que tive oportunidade de presenciar contribuíram para um maior pensamento crítico do mundo em que vivemos, quer através da projecção de um filme que aborda a temática do negócio da pornografia e a forma as mulheres são tratadas nessa indústria, quer através da exibição de músicas de intervenção ou de curtas-metragens que retratam o nosso quotidiano e nos levam a pensar que há muitos aspectos das nossas vidas a melhorar, individual e colectivamente.

Por isso, e embora tenha aqui referido a forma como o marxismo privilegiou as desigualdades entre classes sociais em detrimento de outros tipos de lutas, o que contribuiu para a queda dos regimes socialistas e abriu a porta à consolidação do capitalismo enquanto sistema dominante no mundo ocidental, não podia estar mais de acordo com a seguinte afirmação de Marx: “Os filósofos limitaram-se a interpretar o mundo de diversas maneiras; o que importa é transformá-lo” (Marx, 1975: 30).

Cabe a cada um de nós, enquanto actores sociais, proceder a essa transformação, promovendo a comunhão entre indivíduos diferentes, numa horta comunitária ou numa aula de acroyoga, nestes tempos complexos e paradoxais “em que somos chamados a realizar a nossa humanidade” (Baptista, 2006: 245) e em que temos a noção de que “o futuro (...) nunca esteve tanto nas nossas mãos, mas as nossas mãos nunca foram tão ignorantes sobre se afagam uma pomba ou uma bomba” (Santos, 2007: 42).

Bibliografia

Albuquerque, Rosana (2008), *Associativismo, capital social e mobilidade: contributos para o estudo da participação associativa de descendentes de africanos lusófonos em Portugal*, Tese de Doutoramento em Sociologia, Lisboa, Universidade Aberta.

Alexandre, Flávio Manuel de Araújo (2016), *A importância do associativismo na inclusão social através da Cultura*, Dissertação de Mestrado em Cultura e Comunicação, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Alvino-Borba, Andreilcy e Herlander Mata-Lima (2011), “Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia”, *Serv. Soc. Soc.*, 106, 219-240.

Appadurai, Arjun (Ed.) (2001), *Globalization*, Durham, NC, Duke University Press.

Archambault, Edith (1999), “Le secteur associatif en France et dans le monde”, em François Bloch-Lainé (dir.), *Faire Société – les associations au coeur du social*, Paris, Syros, 11-36.

Augusto, Nuno (2006), *Novos actores sobre velhos palcos: Juventude, Política e Ideologias no Portugal Democrático*, Tese de Doutoramento, Covilhã, Universidade da Beira Interior.

Badescu, Gabriel e Katja Neller (2007), “Explaining associational involvement”, em Jan W. van Deth, José Ramón Montero e Anders Westholm (eds.) (2007), *Citizenship and Involvement in European Democracies: A comparative analysis*, Londres, Routledge, 158-187.

Baptista, Isabel (2006), “Para uma Pedagogia de Proximidade Humana: a educação no coração das comunidades”, em Américo Nunes Peres e Marcelino de Sousa

Lopes (coord.), *Animação, Cidadania e Participação*, Chaves, Associação Portuguesa de Animação e Pedagogia (APAP), 243-248.

Beck, Ulrich (2000), *Un nuevo mundo feliz: la precaridad del trabajo en la era de la globalización*. Barcelona: Paidós.

Bouzas, Miguel Angel Mesa e Grupo Herramientas Nueve (2001), *Que é... o Voluntariado?*, Paulinas.

Cascais, António Fernando (2006), “Diferentes como só nós: O associativismo GLBT português em três andamentos”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 76, 109-126.

Carvalho, Alfredo Melo de (2002), *Associativismo, inovação social e desenvolvimento*, Algés, Confederação do Desporto de Portugal.

Carvalho, Andreia (2015), *Associativismo e participação – o caso da Associação Cultural Desportiva e Social da Ereira*, Tese de Mestrado em Educação de Adultos e Desenvolvimento Local, Coimbra, Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Coimbra.

Coelho, Sandra Lima (2008), *Participação social e associativismo em Portugal: breves apontamentos de um estudo de caso de uma associação de promoção do Comércio Justo*, Porto, Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Comissão das comunidades europeias.. Relatório conjunto sobre a inclusão social, que sintetiza os resultados da análise dos planos de acção nacionais para a inclusão social (2003-05), Bruxelas, 12/12/2003, COM (2003) 773 Final, 2003.

Comunicação da Comissão sobre a promoção do papel das associações e das fundações na Europa (1997), Bruxelas, 06/06/1997, COM(97) 241 Final, 1997.

Cristóvão, Artur e Raquel Miranda (2006), “Animação e Desenvolvimento Rural: reflexão a partir do território do Douro-Duero”, em Américo Nunes Peres e Marcelino de Sousa Lopes (coords.), *Animação, Cidadania e Participação*, Chaves, Associação Portuguesa de Animação e Pedagogia, 34-47.

Denters, Bas, Oscar Gabriel e Mariano Torcal (2007), “Norms of good citizenship”, em Jan W. van Deth, José Ramón Montero e Anders Westholm (eds.) (2007), *Citizenship and Involvement in European Democracies: A comparative analysis*, Londres, Routledge, 87-107.

Estanque, Elísio (2002), “O ‘efeito classe-média’: desigualdades e oportunidades no limiar do século XXI”. Disponível em:

<https://ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/172.pdf>

Estanque, Elísio (2005), “Trabalho, desigualdades sociais e sindicalismo”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 113-140.

Estanque, Elísio (2006), “A questão social e a democracia no início do século XXI: Participação cívica, desigualdades sociais e sindicalismo”. Disponível em:

<https://core.ac.uk/download/pdf/19127334.pdf>

Fernandes, Ernesto (2002), “O associativismo no tempo da globalização: voluntariado e cidadania democrática”, *Intervenção Social*, 25/26.

Ferreira, Pedro Moura (2008), “Associações e Democracia: Faz o associativismo alguma diferença na cultura cívica dos jovens portugueses?”, *Sociologia, Problemas e Práticas* (57), 109-130.

Ferreira, Sílvia (2004), “O papel de movimento social das organizações do terceiro sector em Portugal”, *Actas dos ateliers do V Congresso Português de Sociologia*, Braga, Associação Portuguesa de Sociologia.

Frazer, Nancy e Linda Gordon (1995), “Contrato *versus* Caridade: Porque não existe cidadania social nos Estados Unidos”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 42, 27-52.

Freire, André (2003), “Pós-materialismo e comportamentos políticos: o caso português em perspectiva comparativa”, in Jorge Vala, Manuel Villaverde Cabral e Alice Ramos (eds), *Valores Sociais: Mudanças e Contrastes em Portugal e na Europa*, Lisboa, ICS, 295-361.

Freire, João (2006), “Um olhar sociológico sobre o associativismo: o clássico e o contemporâneo”, in Maria da Graça A. Mateus Ventura, *O Associativismo. Das Confrarias e Irmandades aos Movimentos Contemporâneos*, Lisboa, Ed. Colibri – Instituto de Cultura Ibero-Atlântico.

Freire, Sara (2009), *Associativismo juvenil e diferentes formas de participação política: um estudo de caso*, Tese de Mestrado em Empreendedorismo e Serviço Social, Covilhã, Universidade da Beira Interior.

Fukuyama, Francis (1992), *The end of history and the last man*, Harmondsworth, Penguin.

Giddens, Anthony (2000), *O mundo na era da globalização*, Lisboa, Presença.

Hunter, B. H. (2000), “Social exclusion, social capital, and indigenous australians: measuring the social costs of unemployment”, *Discussion Paper*, Centre for Aboriginal Economic Policy Research, nº 204, 1-41.

Legislação sobre o voluntariado: Ministério do Trabalho e da Solidariedade, Decreta- Lei nº389/99, de 30 de Setembro, in *Diário da República, 1ª Série- A, nº229, 30.9.1999*.

Lesbaupin, Ivo (2000), *Poder local x exclusão social: a experiência das prefeituras democráticas no Brasil*, Petrópolis, Vozes.

Lopes, João Teixeira (2004), “Política do vivido e acção política”, em *Democracia, Novos Desafios e Novos Horizontes*, Oeiras, Celta Editores.

Lousada, Maria Alexandre (2017), “O ‘espírito de associação’ em Portugal: dinâmica social e legislação (1820-1926)”, in Maria Veloso, Maria de Lurdes Rodrigues, Raquel Rego, Maria Alexandre Lousada, Carlos Gonçalves e Cristina Rodrigues (orgs.), *AAVV – Anarquismo, Trabalho e Sociedade: Livro em homenagem a João Freire*, Lisboa, Almedina, 97-119.

Kaufman, Jason (2002), *For the Common Good? American Civic Life and the Golden Age of Fraternity*, Oxford, Oxford University Press.

Kriesi, Hanspeter e Anders Westholm (2007), “Small-scale democracy: the determinants of action”, em Jan W. van Deth, José Ramón Montero e Anders Westholm (eds.) (2007), *Citizenship and Involvement in European Democracies: A comparative analysis*, Londres, Routledge, 255-279.

Kriesi, Hanspeter, Ruud Koopmans, Jan Willem Duyvendank e Marco G. Giugni (1995), *New Social Movements in Western Europe: a comparative analyses*, Minneapolis, University of Minnesota Press.

Martins, Margarida (2014, Julho). “O associativismo tem futuro”, *Arroios – O Jornal de um Lugar Desejado*, 02.

Marx, Karl (1975), *Textos Filosóficos*, São Paulo, Estampa,

Mazza, Jacqueline (2005), “Inclusão social, mercados de trabalho e capital humano na América Latina” em Buvinic, M.; Mazza, J.; Deutsch, R. (Orgs.), *Inclusão social e desenvolvimento econômico*, Rio de Janeiro, Elsevier.

Méda, Dominique (1999), *O trabalho – Um valor em vias de extinção*. Lisboa: Fim de Século

Meister, Albert (1972), *Vers une Sociologie des Associations*, Paris, Les Editions Ouvrières.

Meister, Albert (1974), *La Participation dans les Associations*, Paris, Éditions Économie e Humanisme.

Mendes, J. (2009), *Estudos do Património Museu e Educação*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

Monteiro, Alcides A. (2004a), *Associativismo e Novos Laços Sociais*, Coimbra, Quarteto.

Monteiro, Alcides A. (2004b), “Renunciar à autonomia ou o movimento associativo numa encruzilhada: O exemplo das Iniciativas de Desenvolvimento Local (IDL’s) em Portugal”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 69, 139-157.

Oliveira, Henrique Silveira (coord.) (2017, Janeiro), *Conhecer Arroios 2017: Estudo da Dinâmica Populacional da Freguesia de Arroios*, Henrique Silveira Oliveira (coord.), Lisboa, Instituto Superior Técnico, Departamento de Matemática.

Olson, Mancur (1998), *A lógica da acção colectiva – Bens públicos e teorias dos grupos*, Oeiras, Celta Editora.

Peralta, Elsa e Marta Anico (2006), “Introdução”, em Elsa Peralta e Marta Anico (eds.), *Patrimónios e Identidades: Ficções Contemporâneas*, Oeiras, Celta Editora, 1-20.

Proença, Carlos Sangreman (2005), *A exclusão social em cabo verde: uma abordagem preliminar*, Lisboa, ACEP — Associação para a Cooperação entre Povos, Centros de Estudo do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, 1-73.

Putnam, Robert D. (1993), *Making democracy work. Civic traditions in modern Italy*, Princeton, Princeton University Press.

Putnam, Robert (2000), *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*, Nova-Yorque, Simon Schuster.

Rifkin, Jeremy (1997), *La fin du travail*. Paris: La Découverte.

Robteutscher, Sigrid (2000) “Democracia associativa: as associações voluntárias como campo de treino para a democracia?”, em José Manuel Leite Viegas e Eduardo Costa Dias (orgs), *Cidadania, Integração, Globalização*, Oeiras, Celta, 233-254.

Salamon, Lester M. e Helmut K. Anheier (1992a), “In search of the non-profit sector. I: The question of definitions”, *Voluntas*, Vol. 3, nº 2, 125-151.

Salamon, Lester M. e Helmut K. Anheier (1992b), “In search of the non-profit sector. II: The problem of classification”, *Voluntas*, Vol. 3, nº 3, 267-309.

Santos, Boaventura de Sousa (2007), *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade*, Porto. Afrontamento.

Santos, Gonçalo Rafael Soares (2011), *O Associativismo Urbano: o caso da cidade de Coimbra*, Dissertação de Mestrado em Geografia Humana (Ordenamento do Território e Desenvolvimento), Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Santos, Vanda (2004), *O discurso oficial do Estado sobre a emigração dos anos 60 a 80 e imigração dos anos 90 à actualidade*, Lisboa, Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

Serrão, Lénia Carina Castro (2013), *Caminhos e Perspetivas do Associativismo Cultural na Madeira*, Tese de Mestrado em Gestão Cultural, Madeira, Universidade da Madeira.

Smith, Steven Rathgeb e Michael Lipsky (1993), *Nonprofits for Hire: The Welfare State in the Age of Contracting*. Cambridge, MA.; Londres, Harvard University Press.

Tocqueville, Alexis de (2002), *Da Democracia na América*, Cascais, Principia.

Van Deth, Jan, e Frauke Kreuter (1998) “Membership of voluntary associations”, em Jan Van Deth (org.), *Comparative Politics: The Problem of Equivalence*, Londres, Routledge, pp.135-155.

Verba, Sidney, Kay Lehman Schlozman e Henry E. Brady (1995) *Voice and equality: civic voluntarism in American politics*, Cambridge/London: Harvard University Press.

Viegas, José Manuel Leite (2004), “Implicações Democrática das Associações Voluntárias: O caso português numa perspectiva comparativa europeia”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 46, 33-50.

Viegas, José Manuel Leite (2010), “Associativismo, cidadania e espaço público”, em *Associativismo e Sindicalismo Judiciários*, Lisboa, Sindicato dos Magistrados do Ministério Público.

Viegas, José Manuel Leite e Susana Santos (2010), “Envolvimento associativo e mobilização cívica. O caso português em perspectiva comparativa e evolutiva”, em José Manuel Leite Viegas *et al.* (orgs), *A Qualidade da Democracia em Debate. Deliberação, Representação e Participação Políticas em Portugal e Espanha*, Lisboa, Mundos Sociais.

Vilaça, Helena (1991) “Associativismo urbano e participação na cidade”, *Sociologia*, I, 01, 175-185.

Warren, Mark (2001) *Democracy and Associations*, Princeton, Princeton University Press.

Warren, Mark E. (2004), “What kind of civil society is best for democracy?”, *Portuguese Journal of Social Science*, 3 (1), 37-47.

Wessel, Bernard (1997), “Organizing capacity of societies and modernity”, em Jan Van Deth (org.), *Private groups and Public Life: Social participation and Political Involvement in Representative Democracies*, Londres, Routledge, 198-219.

Westholm, Anders e Emanuel von Erlach (2007), “Small-scale democracy: the consequences of action”, em Jan W. van Deth, José Ramón Montero e Anders Westholm (eds.), *Citizenship and Involvement in European Democracies: A comparative analysis*, Londres, Routledge, 280-299.

Zmerli, Sonja, Kenneth Newton e José Ramón Montero (2007), “Trust in people, confidence in political institutions, and satisfaction with democracy”, em Jan W. van Deth, José Ramón Montero e Anders Westholm (eds.) (2007), *Citizenship and Involvement in European Democracies: A comparative analysis*, Londres, Routledge, 35-65.

Webgrafia

<https://www.lisboa.pt/municipio/freguesias>

[Consultado pela última vez a 14 de Setembro de 2020]

<https://empresite.jornaldenegocios.pt/Sector/S94991/freguesia/ARROIOS-LISBOA/>

[Consultado pela última vez a 14 de Setembro de 2020]

https://www.facebook.com/regueiraodosanjos/events/?ref=page_internal

[Consultado pela última vez a 14 de Setembro de 2020]

https://www.facebook.com/BusParagemCultural/events/?ref=page_internal

[Consultado pela última vez a 14 de Setembro de 2020]

https://www.facebook.com/rda6949/events/?ref=page_internal

[Consultado pela última vez a 14 de Setembro de 2020]

<https://rda69.wordpress.com/2017/03/30/a-biblioteca-no-rda49/>

[Consultado pela última vez a 14 de Setembro de 2020]

https://www.facebook.com/zonafranca.nosanjos/events/?ref=page_internal

[Consultado pela última vez a 14 de Setembro de 2020]

https://www.facebook.com/pessoaacompanhia/events/?ref=page_internal

[Consultado pela última vez a 14 de Setembro de 2020]

https://www.rtp.pt/noticias/pais/arroios-um-mundo-de-92-nacionalidades_v1016765

[Consultado pela última vez a 14 de Setembro de 2020]

<http://www.jfarroios.pt/portfolio/festival-todos-2017/>

[Consultado pela última vez a 10 de Setembro de 2020]

<https://www.festivaltodos.com/>

[Consultado pela última vez a 10 de Setembro de 2020]

<https://medium.com/quadro-vermelho-produ%C3%A7%C3%B5es/quem-somos-who-we-are-c9f4b2e77397>

[Consultado pela última vez a 10 de Setembro de 2020]

<http://blogues.arouca.biz/aroucafilmfestival/2015/09/>

[Consultado pela última vez a 10 de Setembro de 2020]

<https://www.meetup.com/pt-BR/Lisbon-Active-Social/events/243011389/>

[Consultado pela última vez a 10 de Setembro de 2020]

<https://www.youtube.com/watch?v=uR7cZEnbziQ>

[Consultado pela última vez a 10 de Setembro de 2020]

<https://www.youtube.com/watch?v=F5Of9FBPcug>

[Consultado pela última vez a 10 de Setembro de 2020]

https://www.youtube.com/watch?v=2daKlxEozUE&ab_channel=EGordeeff

[Consultado pela última vez a 10 de Setembro de 2020]

https://www.youtube.com/watch?v=OLFvYxyMWQ0&ab_channel=EGordeeff

[Consultado pela última vez a 10 de Setembro de 2020]

<https://www.youtube.com/watch?v=PKrWsDrwzK0>

[Consultado pela última vez a 10 de Setembro de 2020]

<https://www.youtube.com/watch?v=ejjQthgc3O4>

[Consultado pela última vez a 10 de Setembro de 2020]

<https://www.youtube.com/watch?v=hMPD9kb5PVk>

[Consultado pela última vez a 10 de Setembro de 2020]

<https://www.facebook.com/events/518616218488258>

[Consultado pela última vez a 14 de Setembro de 2020]

<https://www.facebook.com/events/313915509083369>

[Consultado pela última vez a 14 de Setembro de 2020]

<https://www.facebook.com/events/293491171166260>

[Consultado pela última vez a 14 de Setembro de 2020]

<https://www.facebook.com/events/306482749852429/>

[Consultado pela última vez a 14 de Setembro de 2020]

<https://www.toastmasters.org/>

[Consultado pela última vez a 8 de Setembro de 2020]

<https://tmclub.eu/portal.php?page=6706&sid=5540ddf28a71128930d2955fbe82500d>

[Consultado pela última vez a 8 de Setembro de 2020]

<https://tmclub.eu/portal.php?page=6708&sid=5540ddf28a71128930d2955fbe82500d>

[Consultado pela última vez a 8 de Setembro de 2020]

<https://tmclub.eu/portal.php?page=6705&sid=5540ddf28a71128930d2955fbe82500d>

[Consultado pela última vez a 8 de Setembro de 2020]

<https://tmclub.eu/portal.php?page=6701&sid=5540ddf28a71128930d2955fbe82500d>

[Consultado pela última vez a 8 de Setembro de 2020]

<https://tmclub.eu/portal.php?page=6702&sid=5540ddf28a71128930d2955fbe82500d>

[Consultado pela última vez a 8 de Setembro de 2020]

<https://tmclub.eu/portal.php?page=6699&sid=5540ddf28a71128930d2955fbe82500d>

[Consultado pela última vez a 8 de Setembro de 2020]

<https://tmclub.eu/portal.php?page=6707&sid=5540ddf28a71128930d2955fbe82500d>

[Consultado pela última vez a 8 de Setembro de 2020]

<https://tmclub.eu/portal.php?page=6704&sid=5540ddf28a71128930d2955fbe82500d>

[Consultado pela última vez a 8 de Setembro de 2020]

<https://www.facebook.com/desassociada>

[Consultado pela última vez a 14 de Setembro de 2020]

https://www.eleicoes.mai.gov.pt/autarquicas2001/D110000/C110500/110500_CM.html

[Consultado pela última vez a 14 de Setembro de 2020]

<https://www.eleicoes.mai.gov.pt/Autarquicas2005/CM/D11/C05.html>

[Consultado pela última vez a 14 de Setembro de 2020]

<https://www.eleicoes.mai.gov.pt/autarquicas2009/#%00>

[Consultado pela última vez a 14 de Setembro de 2020]

<https://www.eleicoes.mai.gov.pt/autarquicas2013/#%00>

[Consultado pela última vez a 14 de Setembro de 2020]

<https://www.eleicoes.mai.gov.pt/autarquicas2017/index.html#%00>

[Consultado pela última vez a 14 de Setembro de 2020]

Anexos

A: Fotografias

A 1 – Fotografia da entrada do Espaço Pessoa e Companhia



A 2 – Fotografias do interior do Espaço Pessoa e Companhia



A 3 – Fotografia do Exercício de Escrita Improvisada

